

José Antonio Moraes do Nascimento
Organizador

Centros de Documentação e Arquivos

acervos, experiências e formação

**Centros de
Documentação e Arquivos
Acervos, Experiências e Formação**

José Antonio Moraes do Nascimento
Organizador

Centros de
Documentação e Arquivos
Acervos, Experiências e Formação

2ª edição
E-book



2017

© Dos autores – 2017
josenasc@unisc.br

Editoração: Oikos
Capa: Juliana Nascimento
Revisão: Rui Bender
Arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Antonio Sidekum (Ed.N.H.)
Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)
Danilo Streck (Unisinos)
Elcio Cecchetti (SED/SC e GPEAD/FURB)
Eunice S. Nodari (UFSC)
Haroldo Reimer (UEG)
Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)
João Biehl (Princeton University)
Luís H. Dreher (UFJF)
Luiz Inácio Gaiger (Unisinos)
Marluza M. Harres (Unisinos)
Martin N. Dreher (IHSL)
Oneide Bobsin (Faculdades EST)
Raúl Fornet-Betancourt (Uni-Bremen e Uni-Aachen/Alemanha)
Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)
Vitor Izecksohn (UFRJ)

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (470833/2014-9)



Editora Oikos Ltda.
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau
93120-020 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848 / 3568.7965
contato@oikoseditora.com.br
www.oikoseditora.com.br

C397 Centros de documentação e arquivos: acervos, experiências e formação / Organizador José Antonio Moraes do Nascimento. 2. ed. – São Leopoldo: Oikos, 2017.

167 p.; 16 x 23 cm. E-book.

ISBN 978-85-7843-679-7

1. Centro de documentação. 2. Arquivos. 3. Formação – Acervo – Documento – História. I. Nascimento, José Antonio do.

CDU 002.6: 930.25

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Sumário

Apresentação – Acervos, experiências e formação	7
<i>José Antonio Moraes do Nascimento</i>	
A produção do conhecimento histórico sobre memória e patrimônio: algumas considerações sobre o uso das fontes e notas preliminares para o professor/historiador em formação	13
<i>Éder da Silva Silveira</i>	
<i>Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos</i>	
Silêncio e esquecimento dos excluídos da História nos monumentos e logradouros públicos de Porto Alegre	29
<i>Carlos Gilberto Pereira Dias</i>	
O Centro de Documentação da UNISC e seu acervo	41
<i>Olgário Paulo Vogt</i>	
<i>José Antonio Moraes do Nascimento</i>	
CEDOC/UCS: Ensino, Pesquisa e Memória de Acervos Educacionais ..	57
<i>Eliana Rela</i>	
Espaços arquivísticos e acervos: experiências do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo	67
<i>Ironita Policarpo Machado</i>	
Acervo Benno Mentz	83
<i>René E. Gertz</i>	
A trajetória dos papéis da direita do Rio Grande do Sul: de associação cívico-cultural minuano a acervo AIB/PRP (DELFOS/PUCRS)	95
<i>Leandro Pereira Gonçalves</i>	
Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Cachoeira: (in)visibilidade negra, devoção, memória e patrimônio	113
<i>Paulo Roberto Staudt Moreira</i>	

Acervo de Livros Didáticos de História do LEH/UFPel: constituição, organização e catalogação	141
<i>Lisiane Sias Manke</i>	
Arquivistas sem Fronteiras do Brasil: dez anos de cooperação e solidariedade no âmbito dos arquivos	155
<i>Jorge Eduardo Enríquez Vivar</i>	
<i>Alexandre Veiga</i>	
<i>Francisco Alcides Cougo Junior</i>	

Apresentação

Acervos, experiências e formação

José Antonio Moraes do Nascimento¹

Os centros de documentação são lugares onde se centralizam documentos com informações especializadas em um tema ou agrupa vários tipos de documentos e temáticas. São lugares de onde se pode construir a História. Não são os únicos, mas é onde se encontram muitas histórias prontas para ser contadas/pesquisadas. Depende da busca do pesquisador interessado em ir às fontes e ouvi-las. São espaços em que a história aguarda ansiosa para ser escrita e surgir para o mundo.

A finalidade dos centros de documentação é reunir, guardar e classificar documentos, bem como disseminar informações dos mesmos. A maioria dessas instituições têm acervos diversificados, contando com jornais, microfilmes, livros, filmes, relatórios, fotografias, mapas etc. No entanto, os centros, assim como os museus, arquivos e até mesmo bibliotecas, são vistos pela maioria da população como antiquário, que guarda e expõe coisas antigas e sem valor. Há um distanciamento e desconhecimento de sua finalidade quando, na verdade, é um espaço da memória, um lugar que guarda fragmentos da história e difunde o conhecimento. Por isso é necessária a interação dos arquivos com a comunidade, tendo como usuário o pesquisador e também o cidadão em geral.

Uma das maneiras dessa extroversão é pensá-los como parte do patrimônio cultural e difundi-los num processo de educação patrimonial com sua utilização na aula de história da educação básica. Com isso se desenvolve uma valorização das identidades e se fortalece uma consciência preservacionista. Por isso, ao pensar a documentação e os centros, se pensa na ideia de patrimônio, que pressupõe o educar ou uma educação patrimonial, inserido no espaço escolar, desenvolvendo uma sensibilidade e uma cons-

¹ Professor do Curso de História da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC e coordenador de Centro de Documentação da UNISC – CEDOC.

ciência para a importância da preservação, principalmente do acervo cultural da sua localidade e de seu município. Dessa forma, acessar um arquivo ou centro de documentação é investigar esse espaço como um lugar da história e da memória coletiva do Estado e de elementos culturais de grupos sociais nas suas diversidades.

Assim, partindo da ideia de aproximar os acervos de um maior número de pessoas, foi elaborado o projeto “organização do acervo e melhoria das condições de pesquisa no Centro de Documentação da UNISC”². Encaminhado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, recebeu financiamento para custeio e foi implantado como Projeto de Extensão na Universidade de Santa Cruz do Sul. O Centro de Documentação da Unisc (CEDOC) é ligado ao Departamento de História e Geografia e tem a finalidade de reunir e preservar documentos históricos dos grupos sociais do Vale do Rio Pardo. Além disso, colocar à disposição de especialistas e público em geral o acesso a fontes documentais que fazem referência à cultura, à economia e à política, preservando a história e a memória coletiva da região em que atua.

A importância do desenvolvimento do projeto de organização do acervo reside na melhoria das condições infraestruturais no CEDOC da UNISC, o qual foi criado em 1998, reunindo diferentes fontes documentais. O projeto envolve ações de ensino, pesquisa e extensão, ou seja, as funções básicas de uma universidade. Nesse sentido, caracteriza-se pela organização do acervo em fundos, séries e subséries, colocando a documentação a serviço da formação de alunos de graduação e de pós-graduação. Entretanto, a parte mais visível do centro de documentação está na disponibilização do acervo para a comunidade universitária, as escolas de educação básica e a população em geral para fins de consulta e para a realização de atividades de educação patrimonial.

O CEDOC guarda e preserva um patrimônio cultural, entendendo esse como o conjunto de todos os bens materiais ou imateriais, que, pelo seu valor intrínseco, são considerados de interesse e de relevância para a permanência e a identificação da cultura da humanidade, de uma nação, de um grupo étnico ou de um grupo social específico. Patrimônio cultural constitui uma herança do passado com a qual os homens do presente convivem e a qual pretendem transmitir às gerações futuras.

² Projeto coordenado pelo professor José Antonio Moraes do Nascimento e com a participação e colaboração dos professores Olgário Paulo Vogt e Éder da Silva Silveira.

Nesse sentido, há a pretensão de melhorar a organização do acervo com a conservação, restauração e digitalização de periódicos e fontes iconográficas. Também de realizar encadernações e acondicionamento, garantindo melhores condições de manuseio em parte do material existente. Em linhas gerais, o objetivo do projeto é qualificar e melhorar o atendimento do Centro de Documentação, facilitando o acesso aos documentos. Ainda dotar melhor a instituição de condições operacionais e de interação com a população da região, criando um local de conhecimento e reflexão sobre a história regional. Objetiva também incentivar a comunidade a preservar sua história e sua memória.

Entretanto, para atingir os objetivos de forma mais abrangente, se pensou em reunir, conhecer e partilhar experiências de outros Centros de Documentação e Arquivos que inspirem contribuições, práticas e projetos. Foram convidados especialistas para participar dessa publicação escrevendo um texto que relate a história e organização do acervo, alguma experiência no campo de sua organização e estruturação ou que apresente uma reflexão teórico-metodológica de sua utilização na pesquisa, na educação patrimonial ou no ensino de História.

Nesse sentido, **A produção do conhecimento histórico sobre memória e patrimônio: algumas considerações sobre o uso das fontes e notas preliminares para o professor/historiador em formação** é o artigo inicial da coletânea, no qual Éder da Silva Silveira e Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos discutem, a partir de suas experiências profissionais no ensino e na pesquisa, a inclusão das temáticas da memória e do patrimônio na formação dos futuros professores e historiadores. Destacam a importância desse conteúdo para a *atuação do historiador e/ou licenciado em História em espaços institucionalizados de memória ou de salvaguarda de patrimônios culturais*. Os referidos autores apontam para a necessidade de refletir a respeito da pesquisa em locais de memória e de patrimônio, bem como do papel desses profissionais ao atuar em museus, arquivos, centros de documentação e outras instituições de conservação e celebração de *vestígios do passado*.

Seguindo na linha de reflexão teórica, Carlos Dias, em **Silêncio e esquecimento dos excluídos da História nos monumentos e logradouros públicos de Porto Alegre**, discute a solidificação de alguns *vultos históricos* nos logradouros e monumentos de Porto Alegre em detrimento dos excluídos da história oficial. O autor questiona o fato de que intelectuais do passado eternizaram e/ou solidificaram na memória dos gaúchos, através dos monumentos e logradouros da cidade, alguns *vultos* e, ao mesmo tempo,

silenciaram a memória de outras pessoas num processo de negação e ausência, um deslocamento simbólico e voluntário dos anônimos do passado.

Na sequência desses artigos de reflexões teóricas e metodológicas, iniciam-se os textos com a apresentação de experiências de organização de Centros de Documentação e Arquivos em diferentes instituições. Em **O Centro de Documentação da UNISC e seu acervo**, Olgário Paulo Vogt e José Antonio Moraes do Nascimento apresentam um histórico da constituição desse acervo documental. Ao mesmo tempo, afirmam que tal iniciativa está relacionada à globalização, a qual estimulou uma proliferação de instituições preocupadas com a preservação da memória histórica. Mas também ao fato de que há uma precariedade ou a inexistência de arquivos públicos, principalmente nos municípios do interior. O CEDOC da UNISC, desde a sua implantação em 1996, ajustou seu foco na preservação da história e da memória da região em que a universidade surgiu e atua. Em 18 de dezembro de 2007, o CEDOC mudou-se para seu local definitivo, situado junto ao Memorial da UNISC.

Partindo de uma reflexão sobre o papel e as funções de um centro de documentação de uma instituição comunitária de Ensino Superior, Eliana Rela traz o texto **CEDOC/UCS: Ensino, Pesquisa e Memória de Acervos Educacionais**. Referido estudo aponta que o papel de tal centro de documentação é preservar documentos relativos à história da Universidade e conjuntos documentais de interesse à comunidade. Ainda acolhe acadêmicos do curso de História para *estágios curriculares obrigatórios, aulas e visitas orientadas junto a seu acervo e oficinas para o uso, o tratamento e a conservação de documentos*.

Ironita Policarpo Machado, em **Espaços arquivísticos e acervos: experiências do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo**, discutiu a definição de arquivo como espaço de guarda de memórias e espaço democrático e vivo, disponível à comunidade acadêmica e em geral. Apresentou o Arquivo Histórico Regional – UPF (AHR/UPF), que surgiu em 1984 com a denominação de Arquivo Histórico da Universidade de Passo Fundo, recebendo a atual denominação a partir de 1996. O arquivo sempre esteve voltado *para a preservação dos conjuntos documentais que preservam a memória da região onde a UPF está inserida*. Os fundos documentais embasam os pesquisadores ligados aos cursos de graduação e pós-graduação *lato-sensu e stricto-sensu* da universidade, com ampla gama de temáticas ou estudos de caso que *contribuem na compreensão da formação histórico-social, política e cultural do norte do Rio Grande do Sul*.

No texto **Acervo Benno Mentz**, René Ernaini Gertz chamou atenção para o fato de que a memória oral corre o risco de ser unilateral, sendo, portanto, necessário que se façam pesquisas históricas em outras fontes. Daí decorre a importância da preservação e do acesso a acervos documentais. Gertz salienta que documentos referentes à história da imigração, da colonização com alemães e descendentes no Rio Grande do Sul estão *guardados* por instituições de Ensino Superior, como UNISINOS, UNISC, UNIJUI, UPF. Também pelo Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, além de um grande número de acervos de outras instituições menores e de pessoas físicas. Entre esses arquivos e centros de documentação está o Acervo Benno Mentz (ABM), que será apresentado com alguns detalhes sobre sua constituição, os materiais que possui, algumas informações sobre seu conteúdo e, no final, brevíssimas “instruções de uso”.

A trajetória dos papéis da direita do Rio Grande do Sul: de associação cívico-cultural minuano a acervo AIB/PRP (DELFOF/PUCRS), texto de Leandro Pereira Gonçalves, apresenta uma discussão sobre a documentação da Ação Integralista Brasileira em conjunto com uma reflexão a respeito da História Política. No referido artigo, o autor afirmou que *estudar o integralismo é algo relativamente novo, mas que possui uma origem investigativa peculiar*. O integralismo não era visto como algo pertencente às pesquisas históricas até pelo menos início dos anos 2000. Situação modificada também em função da *abertura e ampliação dos acervos documentais*, como o Acervo Documental Ação Integralista Brasileira/Partido de Representação Popular – Espaço de Documentação e Memória Cultural da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (AIB/PRP-DELFOF-PUCRS), fundo constituído em Porto Alegre e que contém uma imensa quantidade de documentos sobre a história do integralismo, sendo oriundos do Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular (CD-AIB/PRP).

Paulo Moreira, em seu texto **Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Cachoeira: (in)visibilidade negra, devoção, memória e patrimônio**, apresenta documentação do Museu Municipal de Cachoeira do Sul, particularmente dos livros de registro da Irmandade do Rosário dos Pretos da Cachoeira. Assim, a ideia do texto é pensar *os livros como possibilidades e instrumentos de educação patrimonial e pedagógica* nos vestígios materiais e imateriais que legaram. A documentação demonstrou Cachoeira com uma população negra com irmandades que eram fontes *de solidariedade, alegria e força coletiva* para reafirmar a cultura e a resistência à

escravidão. O autor sugere que se construam *microbiografias de alguns dos membros de suas mesas diretoras, principalmente aqueles que foram reconduzidos mais de uma vez*, pois fornecem pistas sobre as hierarquias internas daquela comunidade (ou comunidades) negra.

A professora **Lisiane Sias Manke** participa deste projeto através da produção de um texto intitulado **Acervo de Livros Didáticos de História do LEH/UFPel: constituição, organização e catalogação**. O Laboratório de Ensino de História – LEH, do Departamento de História da UFPel, possui um acervo de materiais didáticos destinados à pesquisa e ao ensino de História, sendo um conjunto bastante diversificado, que data da segunda metade do século XIX aos dias atuais. O artigo abordará as características do acervo, bem como o processo de constituição e catalogação do mesmo. Ainda, segundo a autora, o LEH constitui-se num núcleo *de organização e preservação de materiais didáticos, históricos e atuais, potencializando a realização de práticas de ensino de História e pesquisas acadêmicas sobre o tema*.

Finalmente, em **Arquivistas sem Fronteiras do Brasil: dez anos de cooperação e solidariedade no âmbito dos arquivos**, seus autores Jorge Vivar, Alexandre Veiga e Francisco Cougo Junior contextualizam o surgimento e apresentam as ações da organização da sociedade civil Arquivistas sem Fronteiras (AsF). Os referidos autores afirmaram que o contexto político-social dos países em desenvolvimento foi marcado, *no que diz respeito aos arquivos, por uma lógica de obscurantismo da informação pública, ampla burocratização das decisões estatais, restrita transparência e acesso limitado a documentos*. É um cenário prejudicial ao mundo dos arquivos, da história e da memória coletiva. Há um acúmulo de grandes massas documentais e, ao mesmo tempo, uma política pública de gestão e preservação do patrimônio arquivístico precária. Diante desse horizonte é que surgem iniciativas, à margem do poder público, para propor soluções e pensar projetos capazes de combater o descaso para com o documento.

Esses são os artigos, aliás, uma síntese bastante breve dos mesmos, que espero estimulem a leitura. Mas, se meu resumo não instigou sua leitura, sugiro que leia-o assim mesmo, pois pode ser que tenha omitido, por uma interpretação parcial, o melhor do texto. Reunindo diferentes contribuições de importantes pesquisadores surgiu o livro para divulgar experiências e trabalhos significativos em Centros de Documentação e Arquivos. Boa leitura.

A produção do conhecimento histórico sobre memória e patrimônio: algumas considerações sobre o uso das fontes e notas preliminares para o professor/historiador em formação

Éder da Silva Silveira¹

Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos²

Introdução

Nas duas últimas décadas, tem sido comum perceber algumas alterações nos currículos das licenciaturas de História, que vêm incluindo, na formação do professor e historiador, disciplinas e conteúdos programáticos envolvendo as temáticas da memória e do patrimônio. Seja em disciplinas de estágio, seja em outras específicas, esses temas têm integrado a formação em História, contribuindo para uma *práxis* significativa, seja no ensino, seja na pesquisa.

Durante nosso percurso profissional, temos assumido e trabalhado com temas relacionados à história, à memória e ao patrimônio. A experiência de pensar o campo do patrimônio com nossos acadêmicos, sobretudo no âmbito das disciplinas ministradas por nós, nos cursos de graduação em História, será o ponto de partida (ou de chegada) para a apresentação de algumas notas que possam servir de mote para reflexões sobre a atuação do historiador e/ou licenciado em História em espaços institucionalizados de memória ou de salvaguarda de patrimônios culturais. Para isso, consideramos que a área do patrimônio tem se afirmado cada vez mais como uma

¹ Doutor em História. Professor do Departamento de História e Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISC, onde atua na linha de pesquisa *Educação, Trabalho e Emancipação*.

² Doutora em História. Professora do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, onde atua na linha de pesquisa *Populações, territórios e grupos étnicos*.

área de atuação dos profissionais formados em História. Um exemplo, nesse sentido, é o processo de regulamentação da profissão de historiador e o texto recentemente aprovado do projeto de lei 4699/2012. Sobre as atribuições desses profissionais, o seu artigo 4º estabelece o “assessoramento, organização, implantação e direção de serviços de documentação e informação histórica”, bem como “o assessoramento voltado à avaliação e seleção de documentos para fins de preservação”. Além disso, vale destacar o artigo 6º, que estabeleceu que “as entidades que prestam serviços em História manterão, em seu quadro de pessoal ou em regime de contrato para prestação de serviços, historiadores legalmente habilitados”. A regulamentação, dentre outros fatores, vem garantir a presença de profissionais formados em História, nas instituições de memória e patrimônio e/ou de salvaguarda de bens culturais. Esse processo vem ratificar a área do patrimônio como uma área de atuação privilegiada do historiador e do licenciado em História.

No processo de formação dos profissionais de História, o conhecimento teórico e empírico acerca do patrimônio e da memória torna-se, portanto, cada vez mais relevante. Esse processo deve provocar uma reflexão sobre o papel desses profissionais, no que tange à atuação em museus, arquivos, centros de documentação e qualquer outra instituição, na qual haja mecanismos de conservação e celebração de vestígios do passado. O processo mostra ainda a importância da pesquisa em locais de memória e de patrimônio, como os museus e os monumentos já citados.

Queremos, nesse sentido, compartilhar algumas notas sobre esse tema, partindo das reflexões produzidas com historiadores em formação, particularmente as que emergiram de nossas salas de aula e de atividades práticas como seminários, saídas de campo e estágios. Evidentemente, o exercício a que nos propusemos oferece, como qualquer outro, alguns riscos de reducionismos ou simplificações. Todavia a ideia levará em conta algumas seleções pensadas especialmente para este capítulo, onde buscamos apresentar três tópicos que consideramos importantes para o estudo da memória e do patrimônio. O primeiro visa destacar a importância da organização e classificação no processo de constituição das fontes para fins de estudo dos (ou através dos) bens culturais e do patrimônio documental. Em seguida, realizamos uma digressão para salientar a importância dos museus e dos monumentos como fontes para o estudo da imigração nas cidades. Por fim, evidenciamos duas notas a respeito de pressupostos teóricos que podem auxiliar o tratamento do patrimônio cultural, seja na pesquisa, seja no ensino. Fundamentalmente, ao sublinhar que o patrimônio também é uma

construção política e do presente, essas notas pretendem lançar algumas ideias que possam colaborar com o debate produzido com licenciandos e historiadores em formação.

1 Patrimônio documental: o processo de estabelecimento das fontes para fins de estudo da memória e do patrimônio

No conto “El idioma analítico de John Wilkins”, Jorge Luis Borges (1989) analisa o idioma proposto por Wilkins dizendo que *notoriamente, no hay clasificación del universo que no sea arbitraria y conjetural*³. A frase é quase uma metáfora que nos convida a pensar sobre o processo de estabelecimento das fontes para fins de estudo da memória e do patrimônio: um processo que consiste na organização, seleção, classificação e produção dos documentos. Em História, conforme asseverou Michel de Certeau, “tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira”. Essa nova distribuição cultural é, conforme Certeau, o primeiro trabalho. Apontar essa recolha como começo para a pesquisa, segundo ele, “consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto” (1982, p. 81). Tais documentos, uma vez selecionados,

formam a “coleção”. [...] Longe de aceitar os “dados”, ele os constitui. O material é criado por ações combinadas, que o recortam no universo do uso, que vão procurá-lo também fora das fronteiras do uso, e que o destinam a um reemprego coerente (CERTEAU, 1982, p. 81).

Ou seja, cabe ao historiador escolher e lançar mão das evidências materiais e/ou imateriais de forma própria e original para construir o seu texto sobre memória, sobre patrimônio e/ou sobre a história.

Carla Pinsky (2010), ao afirmar que os “historiadores trabalham com fontes”, chama a atenção para esse pleito, destacando o fato de que os his-

³ Personagem do conto *El idioma analítico de John Wilkins*, de Jorge Luis Borges (1989). John Wilkins, inspirado por algumas listas de classificação do universo, por volta do ano de 1664, iniciou a tarefa de criar a sua organização do universo. Para tanto “Dividió el universo en cuarenta categorías o géneros, subdivisibles luego en diferencias, subdivisibles a su vez en especies. Asigné a cada género un monosílabo de dos letras; a cada diferencia, una consonante; a cada especie, una vocal. Por ejemplo: de, quiere decir elemento; deb, el primero de los elementos, el fuego; deba, una porción del elemento del fuego, una llama [...]. Las palabras del idioma analítico de John Wilkins no son torpes símbolos arbitrarios; cada una de las letras que las integran es significativa, como lo fueron las de la Sagrada Escritura para los cabalistas [...]” (BORGES, 1989, s.p.).

toriadores buscam e organizam documentos para seu trabalho, considerando as peças selecionadas como princípio, origem, nascente; isto é, a sua seleção é que vai ser o princípio da pesquisa e que vai dar o tom de seu desenvolvimento.

Peter Burke (2004) acrescenta a essa seleção classificatória a categoria de fontes imagéticas (categoria baseada em imagens) e, ao fazê-lo, destaca as ponderações do historiador holandês Gustaaf Renier (1892-1962):

convendría sustituir la idea de fuentes por la de “vestigios” del pasado en el presente. El término “vestigios” designaría los manuscritos, libros impresos, edificios, mobiliario, paisaje (según las modificaciones introducidas por la explotación del hombre), y diversos tipos de imágenes: pinturas, estatuas, grabados, o fotografías (apud BURKE, 2004, p. 16).

“Vestígios” seriam, então, os “rastros, os indícios ou os restos” deixados pelos homens e mulheres do passado, pelas sociedades que nos precederam. E, nesse caso, a palavra poderia significar a mesma coisa que “fontes” pela sua possível abrangência.

Outros autores apontam que os objetos de estudo da memória, do patrimônio e da história podem ser agrupados também sob a rubrica de “testemunhos”. Nesse caso, teremos o “espectador, o depoente, o relator, a prova”. Hoje, essa rubrica ainda impõe reflexões sobre teoria da história e epistemologia. No entanto, em virtude do recorte aqui estabelecido, a realização desse exercício faria com que nos afastássemos do escopo desse texto. A rigor, como definiu Barros, “a fonte histórica é aquilo que coloca o historiador diretamente em contato com o seu problema”. Ela é “precisamente o material através do qual o historiador examina ou analisa uma sociedade humana no tempo [...] ou o meio de acesso àqueles fatos históricos que o historiador deverá reconstruir e interpretar” (2008, p. 134).

Falamos, portanto, do primeiro passo da pesquisa, que é juntar as fontes, buscá-las em muitos lugares para rearranjá-las e classificá-las num formato que responda às nossas indagações. Trata-se, como diz Certeau, de “um gesto que consiste em ‘isolar’ um corpo, como se faz em Física, e em ‘desfigurar’ as coisas para constituí-las como peças que preencham lacunas de um conjunto, proposto *a priori* [...]” (1982, p. 81). Essa seleção, portanto, não é neutra e faz com que, em síntese, um documento histórico seja “qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita” (KARNAL; TATSH, 2009, p. 24).

Os documentos são bens culturais e não raro, ao comporem acervos de arquivos e/ou centros de documentação histórica, também integram um patrimônio cultural. Conforme Heloísa Bellotto (2000, p.154), irão constituir o patrimônio documental os documentos que: a) “já cumpriram sua função imediata, ligada à razão pela qual foram gerados”; b) “que já não tramitam”; c) “que já passaram pelo arquivo corrente”; d) “que, já submetidos às tabelas de temporalidade, foram avaliados como de valor permanente, pela densidade de seu valor informativo testemunhal tanto para a história institucional da entidade que o produziu/recebeu/acumulou, como para a sociedade, em cujo contexto viveu e atuou esta instituição”. Esses documentos ou conjuntos documentais, segundo ela, podem constituir o patrimônio documental de uma instituição, de um município, de um estado ou de um país.

Bens culturais móveis e imóveis, produtos econômicos, criações artísticas, relatórios científicos, etc., todos informam, ensinam, testemunham: são documentos, desde que a expressão manifestada esteja registrada em um suporte. O exemplo é claro. O samba é um bem cultural brasileiro. O samba enquanto documento deve estar registrado numa partitura musical, num disco ou numa fita gravada, num vídeo, na banda sonora de um filme, etc. Assim, podemos chegar a afirmar que nem todo bem cultural é documento (ou pelo menos, pode não ser ainda documento), mas que todo documento, não em sua fase de criação ou de tramitação, mas quando já armazenado e custodiado por instituições competentes e adequadas à sua especificidade, é bem cultural (BELLOTTO, 2000, p. 155).

Conforme esclarece Bellotto, a expressão patrimônio documental geralmente faz referência aos conteúdos e aos valores atribuídos aos arquivos e seus acervos. Nesse sentido, documento pode ser “toda experiência humana ou manifestação da natureza que esteja registrada em um suporte a partir do qual a informação possa ser conhecida e transferida a qualquer momento em que dela se necessite”. Ou seja, quando falamos em documentos, sobretudo em relação a arquivos e centros de documentação, estamos falando de certa “unidade indivisível formada por informação e suporte em que ela esteja registrada” (id., p. 156).

O vocábulo patrimônio, mais recentemente, vem sofrendo transformações em diversas línguas e ampliando seu sentido. Sua origem, no entanto, remonta à antiguidade e à palavra latina *patrimoniu*, cujo sentido “bens de família”, “riqueza” ou “herança paterna” dava a dimensão de algo que passava dos pais para os filhos. Quando a palavra ampliou seu escopo, passando a representar mais do que herança paterna, tomando um sentido de

“representação de um povo”, de um “grupo étnico”, “de uma nação”, ela incorporou a dimensão do Estado-Nação e tomou o patrimônio como a manifestação cultural de um povo numa dimensão de identidade nacional.

No Brasil, a prática preservacionista que embasou a emergência do patrimônio está ligada à institucionalização de políticas públicas de meados dos anos 1930 com a criação da Inspeção de Monumentos Nacionais (1934 a 1937) e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937) (TURAZZI, 2009, p. 32) e caracterizou-se pela preservação de bens, como as casas e as igrejas barrocas de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, além de outros monumentos de pedra e cal em outras áreas do Brasil.

Desde fins dos anos 1970, com a criação da Pró-Memória, a categoria patrimônio expandiu-se, sendo incluídos nela outros bens arquitetônicos e obras de arte, mas também documentos, artesanato, festas, arte popular e religiões populares (GONÇALVES, 2007, p. 129).

Mas é com a Constituição de 1988 que a ampliação da noção de patrimônio cultural no país se deu de forma mais ampla. É o que revela o artigo 216 da Constituição Federal:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, s.p.).

A Constituição, nesse mesmo artigo, aponta que o “poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação”, além “de outras formas de acautelamento e preservação”.

No ano 2000, o Brasil deu mais um passo em direção às novas políticas de patrimônio que vinham sendo apontadas em nível internacional, quando instituiu, pelo decreto 3.551, o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, que estabeleceu novas políticas de identificação, gestão e referenciamento dos Bens Culturais de Natureza Imaterial, confirmados a partir de outubro de 2003 pela UNESCO na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Assim, passaram a ser protegidas as “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associa-

dos – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural” (32º sessão. Paris, 29/09/2003). O patrimônio cultural imaterial manifesta-se particularmente nos seguintes campos: a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial; b) expressões artísticas; c) práticas sociais, rituais e atos festivos; d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo; e) técnicas artesanais tradicionais.

Os documentos ligados à política do patrimônio imaterial vão ser completados pelo decreto que criou, na mesma época, o Registro de Bens Culturais, que consiste na inscrição de bens culturais de natureza imaterial em um ou mais de um dos seguintes livros:

I – Livro de Registro dos Saberes e modos de fazer, enraizados no cotidiano das comunidades;

II – Livro de Registro de Festas, celebrações e folguedos que marcam ritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade e do entretenimento;

III – Livro de Registro das Linguagens verbais, musicais, iconográficas e performáticas;

IV – Livro dos Lugares (espaços), destinado à inscrição de espaços comunitários como mercados, feiras, praças e santuários, onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

Patrimônio material e patrimônio imaterial formam, hoje, como apontamos, um imenso campo de pesquisa e produção de conhecimento que ainda espera por um número maior de pesquisadores.

A importância da seleção e da classificação das fontes, assim como dos pressupostos que as iluminaram, isto é, a memória e o patrimônio, vem mostrando que é possível contribuir para a produção de novos conhecimentos se procurarmos avançar nesses aspectos.

2 Museus e monumentos como fontes

Os museus e os monumentos são tomados aqui como fontes por sua trajetória, pois ambos são considerados lugares de memória de um grupo, de uma etnia, de uma nação. Homens e mulheres de todos os lugares estão no museu assim como aqueles objetos que a cidade, através de seus moradores, quis guardar. Já os monumentos, cuja representação é variada, são quase sempre construídos como preito de gratidão e/ou homenagem a determinados personagens/eventos. Essas “fontes”, cuja carga memorial é grande, podem ser representadas por

estátuas [...], memoriais e outras formas simbólicas [...] [que] são representações materiais de eventos passados e compõem a paisagem de certos espaços públicos da cidade. São intencionalmente dotados de sentido político comunicando mensagens associadas à celebração, contestação ou à memória visando o presente e o futuro (CORRÊA, 2005, s.p.).

São construções que ajudam a compor a paisagem e a testemunhar a presença de determinados grupos nas cidades, sendo, muitas vezes, resultantes de verdadeiras batalhas pela memória. No sul do Brasil, por exemplo, encontramos centenas de museus e de monumentos dedicados à imigração que foram organizados em datas festivas como os cinquentenários ou centenários das cidades ou marcam a data da chegada dos grupos imigrantes. Eles vêm sendo feitos, desde o início do século XX, por distintos segmentos da sociedade e vêm se repetindo até o os dias atuais com a mesma eficácia. No conjunto dos vestígios museológicos destacados, sublinhamos os que estão guardados, por exemplo, em museus da imigração. Trata-se de objetos da cultura material cuja historicidade é dada por sua utilidade e importância no contexto da vida familiar e da sociedade em geral. São fragmentos [vestígios] que foram depositados no museu como representação de uma fase da vida dessas populações e de seus antepassados. O acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (Museu do Imigrante), na cidade de São Leopoldo/RS dá bem a dimensão do que queremos destacar. Composto de um número aproximado de 10.000 peças museológicas, o museu não tem uma pergunta orientadora em sua exposição permanente. Os objetos são colocados em vitrines fechadas e podem ser analisados a partir de algumas categorias, entre as quais as de *objetos de uso doméstico* (louças, aparelhos de chá e café, copos, pratos e travessas de servir); *vestimentas* (roupas infantis, femininas e masculinas de imigrantes do séc. XIX e início do séc. XX); *ferramentas de trabalho masculino* (formão, plaina, martelo); *instrumentos musicais* (piano, órgão, violão); *objetos da igreja* (púlpito) e da *liturgia* (bíblia, santos, crucifixos, rosários) e *serviço de louça requintado* (cálices de vinho, compoteiras e canecos de chopp). As sociabilidades dos grupos imigrantes, nesse mesmo museu, exigem categorias de análise ligadas às *festas* (convites de baile, convites de casamento), aos *jogos* (cadernos para marcar os pontos nos torneios de bolão e tabuletas de tiro ao alvo), às *bandeiras* (de clubes sociais como a Sociedade Orpheu), às *fotografias* (merecem uma classificação à parte pelo seu volume e conteúdo).

Por esse motivo é que nos debruçamos sobre esses espaços para uma leitura sobre as “fontes” ali guardadas e tendo um horizonte de expectativa

em relação aos documentos que o museu armazena, já que eles guardam não só documentos públicos, mas, também, muitos documentos pertencentes a acervos privados.

Sendo uma fonte de pesquisa histórica, é possível “ler”, a partir da museografia e da expografia (organização da exposição permanente), se existe no museu um diálogo entre textos, imagens, objetos e coleções. Nesse sentido, ele pode também ser tomado como um local possível de leitura e observação da sociedade em seu conteúdo expositivo, embora seja um “espaço de ficção” cujo discurso deve ser comunicado ao público visitante.

O outro exemplo que trazemos como “fonte” para o estudo da imigração nas cidades é o que trata dos monumentos. Eles são representações materiais de acontecimentos que envolveram imigrantes e passaram a compor a paisagem das cidades a partir de um determinado contexto, quase sempre originando-se nos poderes públicos e no apoio da comunidade. Quando erigidos, os monumentos são intencionalmente dotados de sentido político, comunicando mensagens associadas à celebração e/ou à memorização, visando ao presente e ao futuro. Estátuas, templos, memoriais, obeliscos, placas, comemorações e outras formas simbólicas, uma vez erigidas, são quase sempre submetidas a diversas interpretações. O que representam? Qual o seu simbolismo?

Os monumentos erigidos em homenagem aos imigrantes ou aos mortos nas guerras ou mesmo aos heróis das batalhas ou da independência dos países apresentam, em suas justificativas e em seus propósitos, os elementos que podem ser classificados como fontes de sua existência e do episódio ao qual se ligam. Em se tratando de imigrantes, a homenagem através do monumento quase sempre é, também, como já apontamos, um preito de gratidão.

Além da análise descritiva e do inventário dos emblemas da composição, importa valorizar propostas alternativas recusadas [...], caracterizar a iniciativa de construção da peça recorrendo à documentação de sua concepção. É possível, ainda, apresentar os modos pelos quais o objeto foi percebido a partir da solenidade de inauguração ou [de] testemunhos circunstanciados [...] (KNAUSS, 1999, p. 8).

É o caso do monumento à imigração em São Leopoldo (RS), construído no ano de 1924 e concluído no ano seguinte, 1925. Enquanto produção humana, o monumento é capaz de revelar os interesses relativos à sua edificação. A cultura material, nessa esfera, auxilia na compreensão da sociedade que a produziu, pois que é o meio social que atribui sentido aos

artefatos, como nos informa Menezes (1994). Ao analisarmos o desenrolar da inauguração do Monumento ao Imigrante em São Leopoldo, buscamos maior compreensão do discurso identitário a ele inerente, uma vez que se apresenta como marca de sua pertença étnica.⁴

Quanto ao apelo de gratidão dos monumentos, ele vem tanto da comunidade como do poder público e aparece em frases de grande impacto, como a que foi colocada no Monumento Nacional ao Imigrante em Caxias do Sul/RS por sugestão do próprio governo nacional: “A NAÇÃO BRASILEIRA, AO IMIGRANTE”. O enunciado da gratidão – que se transforma em homenagem – fixa, simbolicamente, a aliança entre o Estado e a Sociedade (KNAUSS, 1999, p. 9), fazendo desse gesto um ato político.

Finalmente, é importante ter presente que os monumentos nas cidades fazem parte do imaginário urbano, e os monumentos à imigração, nesses mesmos lugares, demarcam uma relação com antepassados, pioneiros e fundadores.

3 Notas sobre memória e patrimônio: para além dos conceitos tradicionais

É tradicional dividirmos, para efeitos didáticos de estudo, o patrimônio cultural em três grandes categorias: *material, imaterial e natural*. A literatura sobre o tema é ampla, e grande é o número de obras que integram o estado da arte a respeito da noção e da gestão do Patrimônio Cultural no Brasil. Há também consenso sobre os patrimônios culturais serem dispositivos políticos e pedagógicos de memória e identidade. Trata-se de um campo que não é neutro, sendo marcado por disputas, conflitos e apropriações, já que os patrimônios alteram, consolidam ou solidificam imagens e fronteiras.

Temos destacado em nossas salas de aula a importância de considerar que os bens de cunho material, natural ou imaterial que compreendem o patrimônio cultural são importantes fontes para a pesquisa e para o ensi-

⁴ A ideia inicial de construção de um monumento que *homenageasse os alemães* surgiu durante as tratativas da comemoração do centenário da imigração alemã. Inicialmente, escolheu-se o *local* onde o monumento deveria ser edificado. Era à margem do Rio dos Sinos. Ali era o *lugar de memória* dos imigrantes. No monumento, construído na *Praça do Imigrante*, na margem do rio, uma vez pronto, foi colocada (...) no lado sul de frente para a Rua Dom João Becker uma figura humana, tamanho natural, em bronze, representando o *colono imigrante*. Sobre a figura, a inscrição em alemão, com tradução em português, que diz: em *memória* de nossos antepassados e ladeando-a, duas datas: 1824-1924 (MÜLLER, 1979, p. 11).

no. Essa importância tem sido percebida de maneira cada vez mais incisiva à medida que examinamos os fundamentos teórico-metodológicos da memória e do patrimônio que iluminarão a seleção documental realizada quer para a pesquisa, quer para o ensino. Assim, se trabalharmos com a memória vista como as representações coletivas do passado tal como se forjam no presente (TRAVERSO, 2012, p. 14), veremos que tal representação estrutura as identidades sociais, inscrevendo-as numa continuidade histórica e dotando-as de um sentido, ou seja, de um conteúdo e de uma direção (TRAVERSO, 2012, p. 14-15). Mas a memória é também uma construção sempre filtrada por conhecimentos adquiridos posteriormente. Ou seja, é sempre filtrada pelo presente. A memória, segundo Catroga (2000),

só poderá desempenhar a sua função social através de liturgias próprias [...]. Seu conteúdo é inseparável dos seus campos de objectivação e de transmissão – linguagens, imagens, relíquias, lugares, escritas, monumentos – e dos ritos que os reproduzem (CATROGA, 2000, p. 48).

Por isso é pertinente dizermos que não existe representação memorial sem traços. E, para fixar esses traços da memória, fazemo-lo através do patrimônio, entendido aqui como “um conjunto de bens culturais cujo tratamento orienta-se pela lógica do conservar e transmitir, pelo respeito à herança enquanto evidência de realizações e materialização de valores”. Tradicionalmente, “a incorporação desses elementos por parte de um país ou população se completa na ideia do legado cultural” (CHOAY, 2011, p. 11). A partir desse gancho, apresentamos algumas notas sobre esse tema.

A primeira nota diz respeito a ideia de que patrimônio não é só legado, é (também) uma fabricação do presente. Uma primeira observação importante no processo de formação daqueles que trabalharão no campo do patrimônio é a necessidade de ir além de qualquer concepção que reduza o termo à dimensão etimológica de *legado*. O processo de elevação de um bem cultural à categoria de patrimônio cultural implica operações de escolha, significação e atribuição de sentidos no presente e já explicitados anteriormente. Isto é, as operações que agem sobre os objetos materiais e imateriais da cultura num momento em que eles geralmente já não cumprem mais as funções relacionadas à razão pela qual foram criados.

Pensar que o patrimônio cultural é uma invenção do presente permite considerá-lo um processo fluído, móvel, passível de ressignificação a partir de padrões culturais e interesses políticos que ancoram os valores que lhe são atribuídos e que, ao mesmo tempo, o revela, o (re)significa e o inventaria. Nessa perspectiva, o patrimônio carrega consigo determinados

discursos sobre os bens culturais, que são seletivos e que se enunciam no presente sob a forma de razões específicas. Conceber o patrimônio como uma construção no presente permite-nos questionar e problematizar os “sentidos de patrimonialidade” (POULOUT, 2012), isto é, os regimes de sentido e de historicidade que atuam sobre determinados bens culturais.

Enfatizar o patrimônio como construção do presente também permite vê-lo como uma “manifestação autoproclamada de um trabalho social e intelectual”. Ou seja, permite pensá-lo a partir dos “recortes e dos ‘enquadramentos’ aos quais ele se consagra em uma relação sempre complexa” (POULOT, 2012, p. 29). Assim como ocorre no campo conceitual da memória social, o patrimônio é fruto de seleções de determinados elementos para preservação. Entretanto é preciso estarmos atentos a esse conceito, já que o patrimônio, no dizer de Leenhardt (2011),

não se define pela natureza dos objetos que o constituem, mas pela modificação que se opera na consciência social no momento em que determinada categoria de objetos passa para outro mundo separado do cotidiano, gerado por regras de manutenção e de veneração específicas (LEENHARDT, 2011, p. 9-10).

Avançando um pouco mais sobre tais questões, vamos encontrar em Márcia D’Alessio que “a ideia moderna de patrimônio está ligada ao impulso de preservação de bens materiais e imateriais que emerge do social”. Trata-se, portanto, de “uma forma de relação com o passado, um sentimento que revela o desejo de eternizar traços e marcas dos grupos humanos” (D’ALESSIO, 2012, p. 79). Nessa mesma direção, Françoise Choay, ao se referir à noção de “patrimônio histórico”, asseverou que a expressão designa “um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias” devido à industrialização (2011, p. 11). Isso quer dizer, ao fim e ao cabo, que é a comunidade quem escolhe, amplia e seleciona seus bens (e os preserva), conforme necessidades atreladas às suas construções identitárias.

A segunda nota pertinente aos estudos desse tema refere-se à ideia de que patrimônio é uma construção política. Se patrimônio é uma construção e é fruto de uma seleção, equivale dizer que ele não é uma construção neutra e também tem uma dimensão política. Essa observação é importante na medida em que nos alerta para o fato de que todo e qualquer patrimônio cultural está associado a determinados interesses políticos, sociais e econômicos. Desse modo, patrimônio também é discurso e expressa determinadas narrativas nos lugares sobre os quais está fixado.

Não raro, alunos que iniciam suas reflexões sobre memória e patrimônio tendem a reproduzir uma sentença ao nível de senso comum de que a principal função do patrimônio cultural é “preservar a memória”, estabelecendo uma equivocada relação sinonímia entre os termos, bem como deixando erroneamente reduzida a noção de memória a algo apreensível e originado no passado. Diferentes leituras sobre memória e história permitem avançar na conceituação e relação dessas noções com o conceito de patrimônio.⁵ Ao longo do processo de formação, é importante que os acadêmicos possam substituir essa ideia de senso comum pela percepção de que, muito mais do que preservar, os patrimônios, como bens culturais e dispositivos de memória, atuam na sociedade cumprindo papéis que também são políticos e institucionais. Mais do que preservar, os patrimônios contribuem para enquadrar e guardar determinadas memórias, dotando-as de duração e estabilidade (POLLAK, 1989). Na perspectiva de Pollak (1989) e de Halbwachs (1990), significaria conceber os patrimônios também como construções políticas fabricadas socialmente como pontos de referência ou indicadores de um passado real ou imaginado que se quer ou se necessita salvar.

Não considerar o patrimônio como uma construção política e a memória como uma (re)construção continuamente atualizada do passado pode contribuir para que o historiador seja apenas tributário e colaborador de um trabalho especializado de enquadramento e manutenção de determinados discursos, sem problematizá-los. Para a compreensão do patrimônio como uma construção política, é salutar que haja a compreensão da memória como “uma reconstrução continuamente atualizada do passado”. Ela é “mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um ‘estar aqui’ que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele” (CANDAUI, 2011, p. 9). Memória e patrimônio não serão e não permitirão, pois, uma reconstituição fiel do passado. Nas palavras de Poulout, “em termos foucaultianos, dir-se-ia que o patrimônio não é a soma dos monumentos conservados nem a instituição que os conserva, mas as regras de sua prática, o sistema de seus julgamentos” (2012, p. 28).

Pensar o patrimônio como uma construção política é também estar atento aos silêncios, às disputas e às desigualdades nesse campo. Como

⁵ Ver, por exemplo, os textos de Nora (1984; 1993), Schimidt (2006) e Albuquerque Junior (1994).

construção política relacionada ao fenômeno da memória coletiva, a história da patrimonialização dos bens culturais no Brasil demonstrou seu caráter elitista.⁶ Desse modo, uma adequada relação entre patrimônio e memória pode tornar possível pensar nos silêncios, esquecimentos e memórias subterrâneas no campo do patrimônio e, também, problematizá-lo no campo das lutas materiais e simbólicas entre as classes, as etnias e os grupos sociais (CANCLINI, 2013).

Considerações finais

Poderíamos continuar a traçar algumas notas a respeito da temática, uma vez que ela apresenta múltiplas possibilidades de relações e apontamentos para discussão. No entanto, vamos parar por aqui em virtude dos limites que nos propusemos neste texto.

Vimos que o processo de organização das fontes requer um determinado arranjo e classificação que leve em consideração a diversidade e a proveniência dos documentos. Selecionar, organizar e classificar o patrimônio documental é fundamental, pois é quando ficam patentes as diferentes possibilidades de produzir conhecimento através dessas fontes.

Museus, arquivos, centros de documentação e outros espaços de conservação e celebração de vestígios do passado são espaços privilegiados para a atuação de professores/historiadores. A atuação nesses espaços, assim como a utilização de um patrimônio cultural no ensino ou na pesquisa, exige desses profissionais uma leitura atenta dos conceitos de história, memória e patrimônio, bem como de suas possíveis relações, distanciamentos e aproximações. Nem sempre são tranquilas as relações estabelecidas entre esses conceitos, pois elas ocorrem em tensas e complexas intersecções.

Compreender que o patrimônio não é só legado, mas também uma construção política no presente, pode colaborar para a problematização dos patrimônios documentais tangíveis e intangíveis em diferentes perspectivas: perguntar sobre as memórias subterrâneas ou em disputa, presentes ou ausentes nos patrimônios culturais; questionar a sacralização e naturalização de um passado realizada pelo patrimônio, bem como as narrativas que justificam a elevação de determinados bens culturais a essa categoria; ana-

⁶ Ver nesse sentido os trabalhos de Mariza Veloso Motta Santos (1996) e Maria Cecília Londres Fonseca (1996).

lisar em que medida o patrimônio cultural contribui para a construção e manutenção de identidades de um grupo ou território, enfim, são muitas as possibilidades. Em seu conjunto, elas nos ajudam a perceber que o patrimônio cultural presente em lugares de institucionalização de determinadas memórias é somente um discurso possível em relação ao passado. A plausibilidade desse discurso e sua potencialidade pedagógica passa pela percepção das relações de poder que constroem, desconstroem e (re)significam os patrimônios de determinada comunidade.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Violar memórias e gestar história. Abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um “parto difícil”. *Clio – Série História do Nordeste*, n. 15, 1994, p. 39-52.

BARROS, José D’Assunção. *O campo da história*. Especialidades e abordagens. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. *Ciências e Letras*, Porto Alegre: Ed. FAPA, n. 27, jan./jun.2000, p. 155-166.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BORGES, Jorge Luis: El idioma analítico de John Wilkins. In: _____. *Otras inquietaciones*. Madrid: Alianza Editorial, 1989.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: EDUSC, 2004.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 2013.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHOAY, Françoise. *As questões do património*. Lisboa: Edições 70, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. Monumentos, política e espaço. *Revista Eletrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, v. IX, n. 183, 15 de febrero de 2005. Disponível em: <<http://www.ub.edu.es/geocrit/sn/sn-183.htm>>. Acesso em: maio 2015.

D’ALESSIO, Márcia Mansor. Metamorfoses do patrimônio – O papel do historiador. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, 2012, p. 79-90.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação dos anos 70 e 80. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, 1996, p. 153-163.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In: _____. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio*. Coleção Museu, memória e cidadania. Rio de Janeiro, s.n., 2007, p. 117-138.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

KNAUSS, Paulo (Coord.). *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

LEENHARDT, Jacques. Teoria e prática do patrimônio. In: BERND, Zilá; SANTOS, Nádia Maria Weber (Org.). *Bens culturais: temas contemporâneos*. Canoas: Unilassalle; Porto Alegre: Movimento, 2011.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: Editora da Universidade/EDUSP, v. 2, 1994.

MÜLLER, Telmo Lauro. *Monumentos em São Leopoldo*. São Leopoldo: Rotermund, 1979.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, v. 10, dez. 1993, p. 7-28.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. V. 1. Paris: Gallimard, 1984.

PINSKI, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POULOT, Dominique. A razão patrimonial na Europa do século XVIII ao XXI. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, 2012, p. 27-44.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a academia SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, 1996, p. 77-95.

SCHMIDT, Benito Bisso. Entre a filosofia e a sociologia: matrizes teóricas das discussões atuais sobre história e memória. *Revista Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXXII, n. 1, jun. 2006, p. 85-97.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar*. Lisboa: Unipop, 2012.

TURAZZI, Maria Inez. *Iconografia e patrimônio: o Catálogo da Exposição de História do Brasil e a fisionomia da nação*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

Silêncio e esquecimento dos excluídos da História nos monumentos e logradouros públicos de Porto Alegre¹

Carlos Gilberto Pereira Dias²

“A incompreensão do presente nasce fatalmente
da ignorância do passado.”

Marc Bloch

Quando vagueio por Porto Alegre, sinto um certo incômodo, pois, de alguma forma, observo um fosso simbólico na história do Rio Grande do Sul: de um lado, os “vultos heróicos” inscritos em nossas ruas e monumentos; de outro, um silêncio e esquecimento dos excluídos pela “história oficial”.

Os nomes de alguns *vultos históricos* imortalizados no Rio Grande do Sul foram objeto de interesse (e de admiração) de escritores como Achilles Porto Alegre³, que considerava os “heróis” gaúchos verdadeiros “varões dignos de Plutarco [...] tanto pela grandeza do caráter como pela singularidade da ação” (1922, p. 8). Em seu esforço em registrar aquilo que lhe pareceu mais significativo, Achilles Porto Alegre, no entanto, espantosamente esqueceu-se de fazer referência aos sujeitos excluídos, ignorando a heterogeneidade dos atores sociais que compõem a história local. Os “he-

¹ Este artigo é parte de um debate mais amplo que pode ser encontrado em DIAS, Carlos Gilberto Pereira. *Costurando Vidas: Os itinerários de duas professoras: Ana Aurora do Amaral Lisboa (1860-1951) e Júlia Malvina Hailliot Tavares (1866-1939)*. 2012. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, RS, 2012.

² Professor do Departamento de História – UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul). Mestre em História pela PUCRS e Doutor em História pela UFRGS. E-mail: carlosd@unisc.br; cgpdias@hotmail.com.

³ Dentro da chamada historiografia oficial, Walter Spalding é outro autor gaúcho que posteriormente utiliza a perspectiva heroizante e seletiva dos chamados *vultos históricos*. A esse respeito ver SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. Porto Alegre: Sulina, 1969.

róis” *monumentalizados*⁴ em sua obra são oriundos, majoritariamente, da elite rio-grandense e não raramente ostentam títulos como “doutores”, “barões” e “marechais”.

Nesse sentido, minha reflexão apoia-se num questionamento: qual a dimensão atual dessas referências instituídas por um grupo de intelectuais no passado que se eternizam e/ou solidificam na memória dos gaúchos através dos monumentos e logradouros da cidade, mas que, num outro extremo, silenciam a memória de pessoas não nomeadas e, portanto, negadas do nosso cotidiano?

Analisando alguns vestígios, busquei entender como ocorreu o processo de *enquadramento da memória* e, por outro lado, como os silêncios lacunares a respeito dos sujeitos excluídos ressoam na tênue camada do esquecimento.

Tal reflexão está diretamente ligada à noção de memória, que, na sua acepção simples, seria a capacidade de lembrar o passado, de reter ideias, impressões e conhecimentos adquiridos anteriormente e, principalmente, de reconstruir o resíduo de tempo que ficou armazenado.

Enquadramento da memória

No limiar do século XX, o tema da memória seduzia inúmeros intelectuais. Sigmund Freud problematizava a memória e suas diferentes manifestações no psiquismo, buscando suporte analítico na construção de sua teoria psicanalítica. Alguns anos mais tarde, Marcel Proust poetizou a noção de memória involuntária ou *déjà-vu* no célebre fragmento do livro *Um Amor de Swann* – o primeiro dos sete volumes que compõem sua ambiciosa obra literária *Em Busca do Tempo Perdido* – em que dizia:

Mas no mesmo instante em que aquele gole envolvido com as migalhas do bolo tocou o meu paladar, estremeci, atento ao que se passava de extraordinário em mim [...] de súbito a lembrança me apareceu. Aquele gosto era o do pedacinho de *madeleine* que minha tia Léonie me dava aos domingos pela manhã em Combray (PROUST, 1995, p. 49).

No entanto, é no estudo do filósofo francês Henri Bergson, contemporâneo a Freud e Proust, que podemos encontrar o ponto de partida das inquietações que influenciarão o debate acadêmico sobre a memória. Numa

⁴ Utilizo o termo *monumentalizado* de forma similar à expressão *monumentalização*, que, para Abreu, significa o processo pelo qual uma pessoa passa a integrar o patrimônio de uma nação ou região (ABREU, 1994).

perspectiva bergsoniana, a função básica da memória seria a de evocar todas aquelas percepções passadas análogas à percepção presente (BERGSON, 1999, p. 161). Nesse sentido, pode-se entender que a memória introduz alguma coisa do passado no presente e essa observação me leva a rejeitar a ideia de que ela seja capaz de recuperar um passado real⁵.

[...] a verdade é que jamais atingiremos o passado se não nos colocarmos nele de saída. Essencialmente virtual, o passado não pode ser apreendido por nós como passado a menos que sigamos e adotemos o movimento pelo qual ele se manifesta em imagem presente, emergindo das trevas para a luz do dia (BERGSON, 1999, p. 158).

Nesse contexto, o método introspectivo de Bergson conduz-o a uma reflexão sobre a memória em si mesma como subjetividade livre e conservação espiritual do passado, sem que lhe parecesse pertinente fazer intervir quadros condicionantes de teor social ou cultural. Em resumo, para o filósofo francês, a lembrança é a sobrevivência do passado.

Em 1925, influenciado por Bergson, Maurice Halbwachs publica *Les cadres sociaux de la mémoire*, mas aqui não vai estudar a memória como tal, mas os quadros sociais da memória, pois, para ele, a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão. Dessa forma, Halbwachs demonstra a impossibilidade de se evocar ou de se conceber a memória se não nos voltarmos para os seus pontos de referência ou, nas palavras do autor, para os seus *quadros sociais*. É importante observar que Halbwachs está interessado em entender a memória enquanto reconstrução do passado através de grupos sociais. O caminho trilhado pelo autor levou-o a afirmar, já na década de 1920, que “[...] as memórias são construídas por grupos sociais. São os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que determinam o que é memorável, e também como será lembrado” (BURKE, 2000, p. 70), ou seja, se lembramos, é porque os outros nos fazem lembrar. Em contrapartida, no método introspectivo de Bergson não existe:

[...] uma tematização dos sujeitos-que-lembram, nem das relações entre os sujeitos e as coisas lembradas, como estão ausentes os nexos interpessoais, falta, a rigor, um tratamento da memória como fenômeno social. Essa dimensão exterior dos meandros e constituição da memória foi explorada posteriormente por Maurice Halbwachs (BOSI, 2004, p. 54).

⁵ Numa passagem inspirada nas reflexões de Bergson, Santos comenta: “A memória vai representar não a ida ao passado, mas exclusivamente a presença deste no presente através de dilemas éticos e morais” (SANTOS, 2003, p. 74).

Com relação ao conceito de *memória coletiva*, Pollak, escrevendo na década de 1980, preferiu a noção de *enquadramento da memória*. Segundo esse autor, o processo de constituição da memória funciona como um constante jogo entre políticas oficiais de memória e memórias clandestinas que, de alguma forma, sobrevivem ao gesto de enquadramento. Nesse sentido, ele ressalta:

O trabalho de *enquadramento da memória* se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (POLLAK, 1989, p. 09-10).

Portanto o *enquadramento da memória* funciona como uma espécie de formatação das imagens do passado que devem ser lembradas no presente. O trabalho de redescoberta – e de reconstrução – das trajetórias de sujeitos excluídos da História conduz inevitavelmente a um repensar dos marcos de definição do discurso historiográfico e do discurso da memória social elaborados em torno e a partir deles. Além disso, na linha de Halbwachs, esse *enquadramento da memória* de homens e mulheres anônimos só pode ser entendido a partir dos quadros sociais reais que sustentam tais lembranças e em relação aos quais eles são evocados. As marcas biográficas relacionadas a eles encontram-se dispersos nos arquivos marginais da história e nos relatos orais, por exemplo.

A memória traz à consciência presente imagens de vestígios não só ausentes, mas também esquecidos. Nesse sentido, a relação estabelecida com o passado é, especialmente, uma relação de significação histórica em que emergem inúmeras informações/representações sobre os sujeitos excluídos, assim como, evidentemente, outros tantos rastros permanecem submersos. Conforme Seixas, na interpretação de Halbwachs, “a memória e o esquecimento são igualmente induzidos pelos quadros sociais; o esquecimento é considerado como um efeito da transformação ou do desaparecimento dos quadros sociais formadores da memória” (SEIXAS, 2002, p. 103).

Enfim, na opacidade do tempo, a memória dos “heróis” selecionados pela historiografia tradicional é evocada, ressignificando aquilo que não existe mais e que se nutre da dialética entre a presença e a ausência.

Vultos históricos no panteão de papel

Entre os inúmeros pontos de referência – materiais e imateriais – que organizam as nossas lembranças e que as inserem na memória coletiva na qual estamos mergulhados – cristalizada nos monumentos, na arquitetura, nos logradouros e nas datas, por exemplo –, destacam-se igualmente os “personagens históricos de cuja importância somos incessantemente lembrados” (POLLAK, 1989, p. 03). Nesse sentido, é possível identificar a memória histórica de um conjunto heterogêneo de atores sociais nas fissuras dos arquivos históricos num *panteão de papel* a ser descoberto.

O conceito de *enquadramento de memória* relaciona-se aqui com outra noção: a de *vulto histórico* e, portanto, gostaria de refletir brevemente sobre como se faz um vulto na história. Para isso, proponho demarcar historicamente o despertar da noção de *homens ilustres* no Brasil.

Dentro da chamada “história pátria”, é possível situar no século XIX o momento em que se forjam os heróis nacionais ou *vultos históricos*. Na esteira dessa observação, é importante lembrar o papel determinante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) na constituição do chamado *panteão de papel*, em que figuram homens e (algumas) mulheres *ilustres* (ENDERS, 2000, p. 41-42). É, portanto, no Brasil imperial que encontramos o marco histórico inicial da *panteonização* no país.

Nesse contexto, a “tarefa de recensar e homenagear os grandes mortos [coube] principalmente aos membros das instituições culturais e artísticas do Império” (ENDERS, 2000, p. 41). Porém a missão de escolher no passado as pessoas ilustres a serem lembradas inscreve-se em uma tradição clássica, longínqua no tempo, que remonta, no mínimo, às *Vidas Paralelas* de Plutarco, abrangendo um longo período – dentro da perspectiva dos *regimes de historicidade*⁶ –, em que predominou o *topos da historia magistra vitae*

⁶ A noção de ‘regime de historicidade’ compreende “[...] uma formulação sábia da experiência do tempo que, em retorno, modela nossos modos de dizer e de viver nosso próprio tempo. Um regime de historicidade abre e circunscreve um espaço de trabalho e de pensamento. Ele ritma a escritura do tempo, representa uma ‘ordem’ do tempo, à qual se pode subscrever ou, ao contrário (e mais frequentemente), querer escapar, procurando elaborar uma outra”. Nessa perspectiva, pode-se delimitar um longo período marcado pela chamada ‘história mestra da vida’, que se estende do século IV a.C. até o início do século XIX (HARTOG, François. *O tempo desorientado*. Tempo e história. “Como escrever a história da França?”. *Anos 90*, Porto Alegre, PPG em História da UFRGS, n. 7, p. 7-28, julho 1997, p. 8). Sobre isso, Schmidt ainda comenta: “[...] pelo menos até o final do século XVIII e início do XIX, as biografias acompanhavam um regime de historicidade que buscava, no passado, exemplos, positivos ou negativos, para as ações tomadas no presente: era a chamada ‘história mestra da vida’ (*historia magistra vitae*), pela qual cabia ao passado iluminar o futuro” (SCHMIDT, Benito Bisso. *Biografia e*

(história mestra da vida). Assim, é no passado que Plutarco busca a inspiração norteadora para o presente por meio das vidas exemplares dos personagens que eleger para compor sua obra. O modelo plutarqueano pouco se alterou até o início do século XIX. Em 1840, por exemplo, em uma série de conferências, Thomas Carlyle escolheu tratar de alguns “heróis”, sugerindo que esses *homens ilustres* exprimiam o espírito de uma época.

Thomas Carlyle (1795-1881) é o representante contemporâneo mais importante da apologia clássica do herói, estabelecendo um elo com seu antecessor Plutarco, que vivera quase mil e oitocentos anos antes. Ambos percebiam e comportavam-se perante seus biografados não só como pretenso narradores factuais, mas principalmente como admiradores de suas qualidades morais. Por meios diferentes chegavam ao mesmo ponto, enaltecendo os heróis escolhidos como modelos de virtude e heroísmo. Enders mostra como Carlyle foi ‘apropriado’ pela historiografia brasileira do XIX: Thomas Carlyle utiliza indistintamente as palavras *heroic* e *great man*. Os historiadores brasileiros do Segundo Reinado são em geral fiéis à aceção acadêmica e dão preferência às categorias de “brasileiros ilustres” ou de “celebridades”. É importante não esquecer ainda que os “heróis” de Carlyle não são escolhidos por suas características individuais, pois, para ele, o herói suplanta o indivíduo e só tem valor, justamente, quando anula sua individualidade. O herói, no entendimento desse autor, representa sobretudo a ‘medula da história do mundo’ (ENDERS, 2000, p. 43). Conforme Carlyle, “[...] a história universal, a história daquilo que o homem tem realizado neste mundo, é no fundo a história dos grandes homens que aqui têm laborado. Eles foram os condutores de homens, estes grandes homens,

regimes de historicidade. Métis: história & cultura, v. 2, n. 3, p. 57-72, jan./jun. 2003, p. 58). É, portanto, na Antiguidade e, mais exatamente, no mundo romano – por volta do século I d.C. – que o projeto de Plutarco traduzido na noção de *exemplum vitae* se insere, inaugurando o gênero da vida exemplar com objetivo moral. Além disso, é com o modelo plutarqueano que o gênero biográfico irá se cristalizar. O propósito principal do autor foi transmitir às gerações posteriores os valores edificantes dessas vidas exemplares que modificaram o curso da História. É importante notar que, de certa forma, a narrativa biográfica de Plutarco se estende ao século XIX, na medida em que aquele modelo se assemelha bastante às biografias oitocentistas. Nesse ‘modelo’ perpetuado ao longo da história, a função básica do gênero biográfico é identificatória, ou seja, conforme Dosse, “serviu de discurso de virtudes, de modelo moral edificante para educar e transmitir os valores dominantes às gerações futuras. O gênero biográfico participa então de um regime de historicidade no qual o futuro é o já lá dos modelos existentes que ele trata de reproduzir ao infinito” (DOSSE, François. *Le Pari Biographique*. Écrire Une Vie. Paris: Éditions La Découverte, 2005, p. 133 – tradução livre).

os modeladores, padrões e, em sentido amplo, criadores de tudo o que a massa geral dos homens imaginou fazer ou atingir” (CARLYLE, 1963, p. 9).

No panorama brasileiro do século XIX, o dever patriótico encontra no modelo de Plutarco e no “herói” de Carlyle inspiração para o surgimento da galeria nacional de homens ilustres. Nessa tarefa,

A biografia permite, portanto, uma reconstituição viva do passado, mas esta não é sua única missão pedagógica. É também sua missão difundir vidas exemplares. O exemplo do grande homem deve ser contagioso, fazer surgir novos exemplos ou, ao menos, servir de guia moral e cívico (ENDERS, 2000, p. 46).

Em 1847, o historiador João Manuel Pereira da Silva publicou o livro *O Plutarco Brasileiro*, que recebeu de imediato inúmeras críticas por suas lacunas e erros. Posteriormente, em 1868, a obra foi revista e ampliada, tendo o nome alterado para *Os varões ilustres do Brasil* (ENDERS, 2000, p. 45). Para Cezar, “o princípio que orienta o trabalho biográfico do autor pode ser, assim, comparado àquele de Plutarco: tornar conhecidos os atos dos grandes homens do passado no presente. Com efeito, a partir dos dois livros sobre a biografia de homens ilustres que serviram à nação brasileira pode-se tomar Pereira da Silva por uma espécie de *Plutarco brasileiro*. O próprio título de sua obra já indica que ele mesmo, provavelmente, se pensava um *Plutarco*. A manutenção, apesar de tudo, da estrutura biográfica nos *Varões illustres* parece confirmar essa hipótese. O próprio Pereira da Silva faz referência ao historiador grego na edição do *Plutarco brasileiro* de 1847” (CEZAR, 2003, p. 81).

Portanto é através do modelo de Plutarco que se amplia e se estabelece a galeria de figuras homenageadas com biografias ao longo do século XIX até meados do século seguinte. Nessa relação entre narrativa biográfica, permeada pela noção de heroicidade, e escrita da história, o modelo plutarqueano representa, de maneira geral, a perspectiva que orientou a composição do *panteão de papel* da Nação que então se constituía.

Entre as décadas de 1920 e 1940, outros heróis nacionais vão entrando e ocupando espaço em um simultâneo movimento, outros vão deixando de ser citados, sendo esquecidos; porém a partir de 1930 e sobretudo, depois de 1937, a história nacional muda muito rapidamente. Por um lado, o varguismo e a própria revolução de 1930 e seus desdobramentos impõem um repensar profundo ao passado. Por outro, existe uma agora clara política populista de educar sistematicamente através do exemplo de vida dos grandes vultos históricos. Não que durante a Primeira República não exis-

tissem iniciativas pedagógicas, encaminhadas através do uso moralizante das histórias de vida e biografias de grandes personalidades, fundamentalmente dos estadistas imperiais e republicanos. No entanto, somente a partir de 1930, o governo do Estado Novo cria um ministério, grades curriculares e todo um aparato de censura e policiamento na constituição e leituras moralizantes sobre a relação do passado com o presente, ressaltando-se aí o papel de alguns grandes ‘vultos’ nacionais [...]. Entre 1930 e 1945 existe uma febre biográfica no Brasil. Essa foi, sem dúvida, a época em que proporcionalmente mais se escreveram e publicaram biografias no Brasil dentro do campo da História (RICCI, 2000, p. 152-153).

Portanto, na perspectiva esboçada anteriormente sobre a metáfora do *panteão de papel* – espécie de monumento da memória historiográfica –, os nomes dos *vultos históricos* nomeados por Achylles Porto Alegre encontram pontos de significação. Nesse processo de panteonização, a missão do autor foi selecionar no passado as figuras ‘dignas’ a serem lembradas, como parte fundamental do processo de solidificação dos ‘vultos eminentes’. Assim, à medida que os nomes de nossas ruas e esculturas heroicas em praças públicas solidificam-se enquanto marcos histórico, a panteonização parece inevitável.

* * *

A partir das considerações de cunho teórico e historiográfico realizadas até aqui, busquei refletir de que maneira se forjam os “heróis” na memória local. Sendo mais específico ainda, minha intenção aqui foi de entender a dimensão cotidiana das referências históricas instituídas por um grupo de intelectuais no passado que se eternizam e/ou solidificam na memória dos gaúchos através dos monumentos e logradouros da cidade. Se, por um lado, somos incessantemente lembrados dos “heróis” que possuem seus nomes estampados em placas de logradouros de nossas cidades ou em esculturas espalhadas em nossas praças, de outro, acostumamo-nos ao esquecimento de homens e mulheres que não foram selecionados pela “história oficial”.

Sendo assim, pautei minha reflexão a partir das noções de *enquadramento da memória* e de *panteão de papel* – espécie de galeria de figuras selecionadas e homenageadas, cristalizadas em nossos logradouros e monumentos.

Na escrita de Achylles Porto Alegre – inspirado em Plutarco e suas ‘vidas’ exemplares –, reafirma-se uma perspectiva de história elitista e seletiva, nomeando os “grandes homens do passado”, entretanto o *enquadramento da memória* é intrinsecamente cheio de porosidades. Pollak, muito apropriadamente, lembrou que esse trabalho “deve satisfazer a certas exigências de justificação” (1989, p. 9). Nesse processo, alguns elementos dos itinerários dos *vultos históricos* escapam aos marcos consagrados, os quais tendem a apagar as contradições.

O esquecimento dos nomes de homens e mulheres anônimos da história é uma derrota frente àquilo que a memória inscrita nos monumentos e logradouros incessantemente nos faz lembrar. Nesse sentido, o esquecimento é uma ação deliberada de ocultamento, e portanto o esquecimento é prisioneiro de um passado que não emerge no presente, pois não o identificamos em sua completude.

Não resta dúvida de que as referências cotidianas (monumentos e patrimônio histórico em sentido amplo) são mediadores entre o passado e o presente. No entanto, quando encontramos nesses marcos apenas os *vultos históricos*, reforça-se unicamente uma identidade parcial ou, em outras palavras, um espelho da dominação elitista.

Se anteriormente, com a chamada “história oficial”, cristalizou-se essa monumentalização que encontramos não por coincidência no presente, hoje, com a chamada “história social”, recupera-se o cotidiano das pessoas na sua multiplicidade. Encontramos nas fissuras dos arquivos, a *petite histoire*, a história das minorias e/ou excluídos e, dessa forma, percebemos que nossa herança histórico-cultural extrapola em muito aquelas referências nomeadas por autores como Achylles Porto Alegre.

Há, portanto, um longo processo de negação e ausência, um deslocamento simbólico e voluntário dos anônimos do passado, que, apesar de aparecerem nas fissuras dos arquivos e fontes históricas, permanecem excluídos da história, na camada tênue do esquecimento. Entretanto, o traço elitista acomodado tranquilamente em nossos logradouros e monumentos revela espontaneamente suas contradições no presente, pois é constantemente afrontado pela dinâmica da história.

Referências

- ABREU, Regina. Emblemas da nacionalidade: O Culto a Euclides da Cunha. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Ano IX, n. 24, p. 66-84, 1994.
- BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*. Ensaios sobre a relação do corpo com o espírito. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BORGES, Vavy Pacheco. Desafios da memória e da biografia: Gabrielle Brune-Sieler, uma vida (1874-1940). In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (Res) Sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. Lembranças de Velhos. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BURKE, Peter. História como memória social. In: *Varietades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CARLYLE, T. *Os Heróis*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1963.
- CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. *Métis: História & Cultura*. v. 2, n. 3, jan./jun. de 2003, p. 73-94.
- DIAS, Carlos Gilberto Pereira. *Costurando Vidas: Os itinerários de duas professoras: Ana Aurora do Amaral Lisboa (1860-1951) e Júlia Malvina Hailliot Tavares (1866-1939)*. 2012. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, RS, 2012.
- DOSSE, François. *Le Pari Biographique. Écrire Une Vie*. Paris: Éditions La Découverte, 2005.
- ENDERS, Armelle. O Plutarco Brasileiro. A Produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*, v. 14, n. 25, p. 41-62, 2000.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. 3. reimp. São Paulo: Centauro, 2008.
- HARTOG, François. O tempo desorientado. Tempo e história. “Como escrever a história da França?”. *Anos 90*, Porto Alegre, PPG em História da UFRGS, n. 7, p. 7-28, julho 1997.
- MAUAD, Ana Maria. Entrevista. *Outros Tempos*, São Luís: UFMA, v. 6, n. 7, p. 241-242, 2009.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, PUC-SP, n. 10, dez. 1993.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Cpdoc, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, p. 03-15, 1989.

PORTO ALEGRE, Achylles. *Homens do Passado*. Porto Alegre: Globo, 1922.

PROUST, Marcel. *No Caminho de Swann*. 17. ed. São Paulo: Globo, 1995.

RICCI, Magda. Como se faz um vulto na história do Brasil. In: GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos et al. *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000, p. 147-160.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. *Memória Coletiva e Teoria Social*. São Paulo: Anablume, 2003.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. *Métis: história & cultura*, v. 2, n. 3, p. 57-72, jan./jun. 2003.

SEIXAS, Jacy Alves de. Halbwachs e a Memória-Reconstrução do passado: Memória Coletiva e História. *História*, São Paulo: Edunesp, n. 20, p. 93-108, 2002.

SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. Porto Alegre: Sulina, 1969.

O Centro de Documentação da UNISC e seu acervo¹

Olgário Paulo Vogt²

José Antonio Moraes do Nascimento³

Neste ano de 2016, o Centro de Documentação da UNISC (CEDOC/UNISC) completa vinte anos de história. Foi criado em 1996 a partir de uma documentação remanescente da Cooperativa Agrícola Rio Pardinho, fundada em 1913 – a mais antiga cooperativa de produtores rurais existente na região. Nesse sentido, o texto objetiva apresentar a trajetória trilhada desde então para a formação do atual acervo documental com seus diversos fundos, que foram sendo incorporados ao longo dos anos seguintes até a atualidade.

Ao mesmo tempo, pretende-se apresentar algumas justificativas mais gerais para a criação de Centros de Documentação e Arquivos em escala mundial. Tais iniciativas estão relacionadas ao fenômeno internacional da globalização, que provocou uma obsessão pelo passado, criando um mercado da memória. Também se implementaram Centros de Documentação no Brasil, em função da precariedade ou da inexistência de arquivos públicos na maioria dos municípios, o que prejudica ou dificulta a realização de pesquisas. Assim, essas instituições, além de preservar os documentos, permitem a ampliação de pesquisas, principalmente regionais e institucionais, às quais os centros estão ligados.

¹ Uma versão inicial deste texto foi apresentada por VOGT, Olgário Paulo, no IX Encontro Estadual de História – Vestígios do passado e suas fontes, no ano de 2008.

² Professor do Curso de História da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC e Chefe do Departamento de História e Geografia.

³ Professor do Curso de História da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC e Coordenador de Centro de Documentação da UNISC – CEDOC.

A globalização e a proliferação dos Centros de Documentação e de memória histórica

No Brasil, nas últimas décadas, afora o poder público em suas diferentes esferas, também a sociedade civil tem desempenhado um importante papel na produção e registro de conhecimento e para a democratização da informação (LOPES; PIMENTA, 2003, p. 7). Várias universidades, ONGs e fundações têm envidado esforços na criação de centros de documentação e de preservação da memória. Dois motivadores principais, atuando combinados, explicam a razão da multiplicação desse aumento dos chamados “lugares de memória”.

Um desses motivadores diz respeito à precariedade ou à inexistência de arquivos públicos, principalmente nos municípios do interior dos respectivos estados. No país, os arquivos públicos mais bem organizados pertencem, normalmente, aos Poderes Executivo e Legislativo, sobretudo no âmbito nacional e estadual (BACELLAR, 2005, p. 50). Portanto as capitais estão razoavelmente servidas de repositórios para a guarda documental. O mesmo, entretanto, não se pode afirmar no que concerne aos demais municípios. Os arquivos, quando aí existentes, funcionam com muita precariedade. Isso não raras vezes ocasiona perdas irreparáveis de fontes de pesquisa.

Nos últimos decênios, muitas universidades começaram a bancar atividades de organização, de preservação e de divulgação do acervo cultural que passaram a reunir. Coube ao CEPEDOC da Fundação Getúlio Vargas e ao Arquivo Edgar Laurenroth, da UNICAMP, papel pioneiro nesse tipo de trabalho (ARAÚJO, 1999). Mas a exemplo dessas e de dezenas de instituições, também a UNESP implantou, em 1987, o CEDEM; a UNB, em 1986, criou seu CEDOC, a Universidade Estadual de Londrina implementou seu CDPH. Na corrente desse movimento nacional, no Rio Grande do Sul, várias instituições de Ensino Superior implantaram centros de documentação e memória. Apesar da proliferação havida, não se sabe, com exatidão, quantos são e nem onde estão localizados tais centros (BICCAS; SALVADORI, 2005, p. 147), o que indica a necessidade de um levantamento dessas iniciativas espalhadas por todo o território brasileiro.

Os acervos organizados e tornados disponíveis à consulta nos centros de documentação passaram a servir de apoio às pesquisas realizadas principalmente por docentes e alunos da área das ciências humanas da comunidade acadêmica. Com isso, além de serem preservadas fontes docu-

mentais originais, foi trazido para perto do pesquisador o material necessário para o desenvolvimento de suas pesquisas (CAMARGO, 1999).

Via de regra, os centros de documentação universitários surgem com a finalidade de dar ênfase à memória regional e para colocar sob proteção a memória e a documentação da própria instituição, gerada ao longo do tempo. Foi assim que os centros de memória e documentação tornaram-se característicos das universidades brasileiras. As finalidades dos centros são idênticas às dos arquivos, ou seja, constituem-se em base do conhecimento da história e têm como função tornar disponível as informações contidas no acervo documental sob sua guarda (PAES, 2002, p. 20).

Outro desses motivadores responsáveis pela multiplicação dos centros de documentação diz respeito ao fenômeno internacional indiscutível que iniciou no final do século XX com a intensificação da globalização. Trata-se da extraordinária valorização da memória, do patrimônio histórico e da história. A partir da década de 1980, nos Estados Unidos e em países da Europa, comemoram-se datas nacionais (como, por exemplo, a da queda da Bastilha, na França); memoriais são construídos (entre outros para lembrar do holocausto judeu. Esses, indiscutivelmente, têm um caráter pedagógico de indução comportamental, além de visar ao efeito moral da correção e da reparação); velhos centros urbanos são restaurados; e documentários históricos são produzidos. Nos países do Leste da Europa, questões relacionadas à memória e ao esquecimento dela ocupam posições centrais. Enfim, o mundo, conforme afirma Huyssen (2000, p. 15), está sendo musealizado.

No Brasil, no meio acadêmico passou a haver uma profícua produção historiográfica sobre o centenário da abolição da escravidão, ocorrido em 1988; sobre o centenário da Proclamação da República, comemorado em 1989; sobre os quinhentos anos de *descobrimto* da América, festejados em 1992; sobre os quinhentos anos de *descobrimto* do Brasil, comemorados no ano 2000; florescem em todos os lugares estudos de genealogia; festas de família são realizadas em profusão. Afirma François Hartog (1997, p. 16) que as comemorações passam a definir um novo calendário da vida pública, impondo seu ritmo e suas datas.

A obsessão pelo passado fez com que fosse criado um verdadeiro mercado da memória (e por mais que se possa desejar, no contexto atual não há qualquer espaço para a cultura fora do mercado). A indústria da memória, ao que tudo indica, é uma decorrência da globalização, da revolução tecnológica, da mídia de massa, dos novos padrões de consumo e da

mobilidade que transformaram a temporalidade das vidas. A aceleração contemporânea do tempo e da própria história banaliza a invenção, faz suceder alucinantemente os engenhos e dá aos homens a sensação de que o presente lhes foge, desorientando os espíritos e alterando a percepção da história (SANTOS, 1997, p. 30). Ao mesmo tempo, o meio técnico-científico-informacional aproxima os lugares, fazendo com que os espaços e os indivíduos, em graus diversos, estejam integrados no sistema mundo.

Para se opor ao efeito devastador e desintegrador da aceleração da história, segurar traços e vestígios passou a ser uma necessidade vital. A preservação da memória coletiva é elemento indispensável para a coesão e identificação de grupo. Como nunca antes, esse parece ser também um período em que tradições são inventadas (HOBSBAWM, 1984). Os novos desafios impostos pela globalização, pelos meios de comunicação de massa e pelo multiculturalismo fizeram multiplicar também os “lugares de memória”. Foi o historiador francês Pierre Nora quem forjou a expressão “lugares de memória”.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas [...]. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade (NORA, 1993, p. 13).

No mundo globalizado, como as sociedades precisam de uma ancoragem temporal e espacial, as práticas das memórias nacionais e locais passam a ganhar força. Observe-se, entretanto, que as comemorações ou reflexões sobre o passado são sempre nacionais – quando não regionais ou locais –, mas nunca de conteúdo internacional. Dessa forma, “práticas de memória nacionais e locais contestam os mitos do cibercapitalismo e da globalização com sua negação de tempo, espaço e lugar” (HUYSSSEN, 2000, p. 36). Em ambientes democráticos, consegue-se impor, com melhores condições, a defesa da diversidade cultural existente nos territórios do que em ambientes onde prevalece a intolerância, seja ela de que natureza for.

Particularidades de um Centro de Documentação

Conforme explicitado pelo papa da arquivística, Theodore Schellenberg (1974), a coleta e a reunião sistemática de registros do passado tiveram início com os gregos. Isso ocorreu lá pelo século V a IV a.C. Apesar das sociedades humanas há muito tempo reunirem e protegerem registros de

seu passado, é preciso ressaltar que aquilo que sobreviveu como memória coletiva de tempos passados não foi o conjunto de monumentos e de documentos que existiram, mas o resultado de uma escolha efetuada pelos historiadores e pelas forças políticas que operaram em cada época histórica (LE GOFF, 1984).

Documentos são registros do passado e podem ser conceituados “como o conjunto da informação e seu suporte” (TESSITORE, 2003, p. 11). Nesse sentido, podem ser considerados documentos o livro, o artigo de revista, o jornal, a correspondência, a pintura, o disco de músicas, a fita cassete, o vídeo de uma conferência, o filme, o cartaz, o prontuário médico, a legislação, as plantas topográficas, os mapas, os objetos utilizados pelas pessoas etc. Os documentos, para que possam ser preservados e disponibilizados aos pesquisadores e à sociedade, são reunidos em espaços específicos de memória (NORA, 1993).

De acordo com Belotto (1991, p. 14), tecnicamente são quatro os tipos de entidades responsáveis pela guarda, pela manutenção e pela disponibilização ao público de registros documentais: o museu, a biblioteca, o arquivo e os centros de documentação. Cada uma dessas entidades repositórias de acervos documentais difere no que tange ao tipo de documento que guardam e quanto aos procedimentos técnicos que adotam no gerenciamento do seu acervo.

Os centros de documentação assumem funções mistas, situando-se na encruzilhada ou na fronteira entre os acervos de uma biblioteca, de um museu ou de um arquivo. Todavia a instituição que mais similaridade guarda com os centros de documentação são os arquivos. Como assevera Tessitore, eles, entretanto, possuem “documentos acumulados organicamente, no decorrer das funções desempenhadas por entidades ou pessoas, independentemente da natureza ou do suporte da informação; portanto, provenientes de uma única fonte geradora (a entidade/pessoa acumuladora)” (2003, p. 12). É o caso, a título de exemplo, de um Arquivo Municipal, que é repositório da documentação produzida e recebida pela administração de um determinado município ao longo de sua trajetória. Ou de um Arquivo Público Estadual, que reúne a documentação atinente à máquina do Estado, envolvendo suas diferentes secretarias e órgãos. No caso de um Centro de Documentação, ele pode reunir documentos de suporte os mais diversos e de diferentes procedências.

Assim, o centro de documentação pode ser considerado uma entidade mista, híbrida, sendo quase uma mescla dos outros três. Ou seja, devido

à diversidade da documentação reunida, os centros de documentação extrapolam o universo documental dos museus e das bibliotecas e aproximam-se do perfil dos arquivos na medida em que custodiam conjuntos arquivísticos relacionados com os temas em que estão especializados. Os centros não somente guardam e preservam acervos documentais, mas têm por finalidade apoiar a pesquisa. Acervo oriundo de diferentes fontes geradoras, de suporte diverso e com foco na especialidade temática (não guardar qualquer tipo de documento) são, portanto, características fundamentais dos centros de documentação.

Os acervos de um centro de documentação podem ser adquiridos por compra, doação ou permuta e, normalmente, são de origem diversa. Os centros de documentação têm por finalidade:

- possuir documentos arquivísticos, bibliográficos e/ou museológicos, constituindo conjuntos orgânicos (fundos de arquivo) ou reunidos artificialmente, sob a forma de coleções, em torno de seu conteúdo;
- ser um órgão colecionador e/ou referenciador;
- ter acervo constituído por documentos únicos ou múltiplos, produzidos por diversas fontes geradoras;
- possuir como finalidade o oferecimento da informação cultural, científica ou social especializada;
- realizar o processamento técnico de seu acervo, segundo a natureza do material que custodia (TESSITORE, 2003, p. 14).

Definir claramente as linhas temáticas em torno das quais se dão a formação e a ampliação do acervo de um centro de documentação é fundamental. Quando um centro reúne uma excessiva diversidade de áreas, perde, aos poucos, sua identidade, dificultando a precisão dos objetivos e ações. O CEDOC da UNISC ajustou, desde a sua implantação, seu foco na preservação da história e da memória da região em que a universidade surgiu e atua. Foi nesse sentido que se propôs a reunir, classificar, preservar e colocar à disposição do público em geral fontes documentais de tipologia e suporte diversos, que fazem referência à cultura, à economia e ao comportamento dos diversos grupos sociais que originaram a sociedade do Vale do Rio Pardo.

Trajetória do CEDOC/UNISC

O CEDOC da UNISC foi criado no ano de 1996. Seu acervo documental inicial teve origem com a documentação reunida pelos professores João Pedro Schmidt e César Hamilton Brito Góes ao desenvolver o projeto de pesquisa “Associativismo e cooperativismo no Vale do Rio Pardo”. Em

termos de quantidade e de qualidade, a documentação remanescente da Cooperativa Agrícola Rio Pardinho, fundada em 1913 – a mais antiga cooperativa de produtores rurais existente na região –, constitui um acervo inicial valioso.

Como a universidade estava em processo de expansão, em 1997 necessitou utilizar o espaço físico ocupado pelo Centro no bloco 27. Ele foi, então, temporariamente desativado. Foi reativado em 1998 e funcionou regularmente no seu antigo local até o final de 2002. Nesse período, seu acervo foi incrementado e algumas pesquisas ali desenvolvidas. A mais significativa delas, intitulada “Memória da UNISC”, deu origem ao livro “UNISC: a construção de uma universidade comunitária”, publicado em 2003.

De 2003 a 2006, embora mantendo o acervo e o espaço físico, o CEDOC esteve outra vez desativado. Dessa feita, o motivo foi a falta de professores interessados em ali desenvolver algum projeto de pesquisa ou de extensão.

No final do ano de 2006, o acervo do CEDOC aumentou sensivelmente quando passou a custodiar os acervos do Arquivo Histórico do Colégio Mauá e de Ernesto Pellanda. Em virtude disso, o Centro passou a ocupar mais um espaço no bloco 6. Ali, além do atendimento ao público, ficou também sediado o Fundo Mauá.

O acervo que constituiu o Arquivo Histórico do Colégio Mauá foi transformado no Fundo Mauá. A origem desse acervo data de 1966, quando houve a criação do Museu do Colégio Mauá, de Santa Cruz do Sul. Em 1981, ocorreu o desmembramento do acervo entre o Museu e o Arquivo Histórico. Nessa ocasião, o Arquivo ficou com a maior parte das fontes documentais escritas e fotográficas, que até então estavam sob a guarda do Museu.

O acervo da família Pellanda veio se somar ao CEDOC durante o ano de 2006. Ernesto Pellanda nasceu em 1896 em São Gabriel, sendo filho de imigrantes italianos oriundos do Vêneto. Mudando-se para a capital, Porto Alegre, cursou a Escola Superior de Comércio, que mais tarde transformou-se na Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Fez parte da *intelligenza* de Porto Alegre, um grupo de intelectuais que se reuniam na Livraria do Globo. Foi funcionário público do Estado, colunista de jornal e professor de Estatística na UFRGS. Foi economista e historiador, tendo publicado vários livros, alguns deles por encomenda do governo do estado do RS, como as monografias sobre a imigração germânica e italiana no sul do Brasil. Seus escritos são referência para pesquisadores atuais.

O Fundo Pellanda possui, basicamente, duas tipologias documentais: **a) livros**, que envolvem diferentes áreas do saber, destacando-se os relacionados com a História, com a Economia, com a Sociologia e com a Literatura do Rio Grande do Sul; **b) periódicos**, dentre os quais se destacam revistas e outras publicações que circularam nas décadas de 1920, 1930, 1940 e 1950.

Em 18 de dezembro de 2007, o CEDOC mudou-se para seu local definitivo situado junto ao Memorial da UNISC. Ali ocupa um espaço físico de 98 metros quadrados, divididos em três salas: uma delas serve para a guarda da documentação; outra é utilizada para o atendimento ao público; e uma terceira é usada para realizar os trabalhos de administração e gerenciamento da documentação do acervo.

Mesmo com todas as precariedades, limitações e intermitência de funcionamento que apresentou no transcurso desses 20 anos de existência, hoje o CEDOC da UNISC é responsável pela guarda e conservação de um respeitável conjunto de acervos documentais. É, indiscutivelmente, guardião de um dos mais importantes acervos documentais existentes no Vale do Rio Pardo.

Atualmente está sendo desenvolvido no CEDOC um projeto que visa arranjar em fundos, séries, subséries e coleções o seu acervo documental e bibliográfico. Dada a amplitude do projeto e levando em consideração que o trabalho em um centro de documentação, em um arquivo histórico, em uma biblioteca ou mesmo em um museu nunca está findo, tem-se consciência de que apenas os primeiros passos nesse sentido foram efetivamente dados. Esse é um projeto de fôlego, que precisa de continuidade e persistência.

Metodologicamente, a documentação existente está arranjada em fundos documentais, obedecendo ao critério de procedência. Adotam-se, para tanto, procedimentos técnicos e metodológicos que se aproximam bastante do tratamento documental utilizado pela arquivística (SCHELLENBERG, 1974 e 1980; BELLOTTO, 1991). Cada um dos cinco fundos documentais existentes está sendo organizado em séries, subséries, seções e coleções, quando evidentemente isso é possível. Esse arranjo se dá sempre obedecendo à regra geral de ordenação da documentação de acordo com a estrutura original do órgão produtor ou receptor, sua função e o tipo documental. De acordo com Heloísa Liberalli Bellotto (1991, p. 79), atualmente não é mais possível conceber a organização de arquivos ou centros de documentação por outro procedimento senão o de fundos documentais.

Hoje em dia já é inadmissível, mesmo nos países cujo emprego de tratamento arquivístico adequado a seus acervos documentais administrativos seja recente, que os documentos estejam arranjados por assunto, por ordem cronológica única, por formatos ou suportes materiais da documentação que lhe compete recolher, tratar, custodiar, preservar e divulgar. De há muito está estabelecido que a questão do levantamento dos assuntos e de outras informações contidas nos documentos resolve-se pelos índices dos instrumentos de pesquisa, cuja elaboração é tarefa da descrição e não do arranjo dos arquivos.

Antes da aquisição de qualquer documento ou conjunto documental, a equipe do CEDOC faz uma avaliação de sua compatibilidade com o perfil do acervo e de seu significado como fonte para os estudos desenvolvidos em sua área. Somente após essa avaliação, a aquisição é consumada ou não, pois o Centro não pode correr o risco de se transformar num mero depósito de toda e qualquer peça documental que se lhe queira impor. A ampliação do acervo deve ser contínua, de forma a atender às necessidades dos pesquisadores e contribuir para abrir novos campos de investigação, o que não significa recolher qualquer registro do passado.

Uma vez recebidos, os documentos são registrados. Esse procedimento permite o controle do patrimônio documental custodiado pelo CEDOC, o estabelecimento de programas periódicos de tratamento do acervo e a existência de um instrumento preliminar de acesso aos documentos por parte do usuário, haja vista que o processamento técnico dessa documentação é, por sua própria natureza e volume, lento e moroso. Depois, passa por um processo inicial de higienização e tomada de um conjunto de medidas preventivas, que objetivam impedir ou retardar a deterioração dos documentos. Essas medidas consistem na retirada de poeira, na proteção contra a luminosidade e a umidade, na inibição de procriação de insetos no espaço do acervo e na retirada de grampos, clips metálicos e fitas adesivas dos documentos.

A higienização consiste, basicamente, da limpeza de documentos com um pincel. Há que se ter consciência de que a poeira, os ácaros e os fungos deterioram os documentos em suporte papel. Quando ocorre uma limpeza de um livro, por exemplo, não somente a sua parte externa deve ser limpa. É necessário fazer a remoção da poeira folha por folha. Quando há centenas de livros, revistas, jornais e códices que precisam, rotineiramente, passar por esse tratamento alternativo, essa atividade nunca é definitivamente concluída.

Assim, os passos dos procedimentos técnicos do CEDOC/UNISC atêm-se, em linhas gerais, aos seguintes:

1º) registro dos documentos que dão entrada no acervo do Centro;
2º) higienização da documentação, a fim de evitar que agentes de deterioração atuem no processo de danificação das fontes documentais, e adoção de medidas de proteção aos documentos em particular e ao acervo de forma geral (Gomes, 1997). Os cuidados com a conservação física do acervo são essenciais para sua real preservação. A documentação cujo manuseio é desaconselhável futuramente deve ser digitalizada;

3º) arranjo, ou seja, o agrupamento da documentação do acervo de acordo com sua procedência e funcionalidade em fundos, séries, subséries e coleções, a partir da identificação de uma sequência de tipos documentais. O arranjo constitui-se em uma sequência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora, visam à distribuição em classes dos documentos de um centro de documentação;

4º) identificação de cada um dos documentos (procedência, informação contida, doador, ano de produção, finalidade) e digitação dos dados em programa específico. Esse é um trabalho lento e moroso. Por exemplo, como o acervo do CEDOC é constituído de dezenas de milhares de fotografias, identificar os personagens, a data, o órgão produtor, o fotógrafo, a cena etc. de cada uma das fotos é uma tarefa que envolve muito tempo, pesquisa e paciência. Muitas vezes, algumas dessas informações não são possíveis de ser obtidas;

5º) atribuição, a cada um dos documentos, de um código de referência e de localização no acervo;

6º) acondicionamento em unidades de arquivamento. O acondicionamento, sempre que possível e de acordo com as tipologias, segue as normas de instalações, de segurança, de condições ambientais, de iluminação e de mobiliário estipuladas pelo Conselho Nacional de Arquivos.

Resumindo, todo esse cuidado com a documentação do acervo do CEDOC visa garantir sua preservação e facilitar o acesso ao mesmo para que os documentos venham a ser acessíveis ao uso e para tornar-lhes conhecidos a natureza e o conteúdo (SCHELLENBERG, 1980, p. 89).

Os fundos documentais

Tendo definido o arranjo, cuja tarefa consiste no agrupamento da documentação do acervo de acordo com a sua procedência e funcionalidade em fundos, séries, subséries, seções e dossiês, a partir da identificação de

uma sequência de tipos, chegou-se a cinco fundos documentais em que está sendo arranjada a documentação sob a custódia do Centro. São eles:

- Fundo Mauá;
- Fundo Pellanda;
- Fundo Cooperativas;
- Fundo Ensino Superior em Santa Cruz do Sul;
- Fundo CEDOC.

Cada um desses fundos possui suas séries. O Fundo Mauá, por exemplo, possui entre suas séries Imprensa, Empresas, Sociedades, Colônia de Santa Cruz, Província de São Pedro, Câmara Municipal, Intendência Municipal, Prefeitura Municipal, Famílias e outros. Cada série pode subdividir-se em subséries. As subséries podem, de acordo com o tipo de documentação, ser divididas em seções e/ou dossiês.

• **Fundo Mauá**

Este acervo engloba um patrimônio cultural de inestimável valor. Estão aí agrupados os jornais brasileiros impressos no idioma alemão *Kolonie* (1891-1941), *Fortschritt* (1902-1904), *Santa Cruz Anzeiger* (1905-1908), *Neue Zeit* (1929-1932) e *Volksstimme* (1930-1939); a coleção da Gazeta do Sul (1945 até os dias atuais); os cadastros dos lotes coloniais das colônias de Santa Cruz e de Monte Alverne, realizados por Carlos Trein Filho a partir de 1876; milhares de fotografias de indivíduos, de famílias, de prédios, de rituais, de encontros sociais e de cenas do cotidiano; documentos de família, dentre os quais certidões de batismo, de confirmação e de casamento; salvo-condutos, títulos de eleitor, certificados de reservista e passaportes; documentos de sociedades desportivas e recreativas; mensagens e relatórios orçamentários encaminhados pela municipalidade de Santa Cruz ao Conselho e à Câmara Municipal; relatórios de indústrias existentes no município de Santa Cruz do Sul; o Diário de August Hennig, de 27 volumes; e livros e outros documentos que retratam a história de Santa Cruz e da região e da colonização alemã no estado.

• **Fundo Pellanda**

Há neste fundo livros que podem ser qualificados como muito raros, publicados em inícios até meados do século XX; a Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; a Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul; a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; a Revista do Globo; o Boletim Geográ-

fico do Rio Grande do Sul; a Revista Província de São Pedro; o Boletim Municipal de Porto Alegre; a Revista do Arquivo Municipal de São Paulo; a Revista do Ensino do Estado do Rio Grande do Sul; a Revista Samaritana do Sul; a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; a Revista de Psico Análisis e a Revista Parati.

• **Fundo Cooperativas**

Engloba documentos diversos de cooperativas existentes na região. O acervo mais significativo pertenceu à Cooperativa Agrícola Rio Pardiño, cujas atividades se desenrolaram entre 1913 e 1995. Estatutos, livros de atas, livro de matrícula de associados, livros-caixa e relatórios de atividades são alguns dos documentos que se encontram neste fundo documental.

• **Fundo Ensino Superior em Santa Cruz do Sul**

Reúne parte da documentação histórica e um enorme acervo fotográfico, gerado, a partir de 1962, quando da criação da Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul (APESC), instituição mantenedora da UNISC, da Escola Educar-se, do CEPRU e do Hospital Santa Cruz. Incluem-se aí os livros de atas dos Conselhos da APESC e documentos diversos de suas mantidas: Faculdade de Ciências Contábeis (1964-1992); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1967-1992); Faculdade de Direito (1968-1992); Escola Superior de Educação Física (1970-1992); Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul (1980-1993) e Universidade de Santa Cruz do Sul (a partir de 1993).

• **Fundo CEDOC**

Integram este fundo uma série de documentos, dentre os quais um acervo de microfilmes composto de Falas e Relatórios dos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul; dos Relatórios dos Presidentes do Estado do Rio Grande do Sul e do jornal “A Federação”; um acervo fotográfico que retrata diferentes momentos e monumentos de Santa Cruz do Sul; a coleção do jornal A Folha de Rio Pardo (1957-2001); o periódico Skt. Paulusblatt (1949-1979); o jornal Peleia; a Revista Alto Falante; vários maços de jornais de movimentos de esquerda editados no Brasil nas décadas de 1970 e 1980; uma série de documentos pertencentes a famílias; monografias e livros que dizem respeito à região do Vale do Rio Pardo e um banco de entrevistas de história oral.

Dialogando com o ensino, a pesquisa e a extensão

A razão de existência de um centro de documentação em uma universidade normalmente está ligada a duas motivações principais: uma delas diz respeito à preservação da própria memória da instituição; a outra relaciona-se com a necessidade de servir de suporte para o ensino, a pesquisa e a extensão. Entretanto, para que os documentos cumpram uma função social, administrativa, jurídica, técnica, científica, cultural, artística e/ou histórica, é indispensável que estejam preservados, organizados e acessíveis.

Por isso é importante e necessária uma maior interação dos arquivos com a comunidade através de um processo de educação patrimonial, também com utilização na aula de História da Educação Básica. Assim se promove uma valorização das identidades e se fortalece uma consciência preservacionista. Para tentar atender essa ideia, foi elaborado o projeto “organização do acervo e melhoria das condições de pesquisa no Centro de Documentação da UNISC”.⁴ A importância do desenvolvimento do projeto não reside, exclusivamente, na necessidade de implantar condições infraestruturais. Vai mais longe. Objetiva também, em seu escopo mais amplo, incentivar a comunidade a preservar sua história e sua memória e, através do trabalho sério realizado, adquirir a confiança da comunidade. Uma vez conquistados o respeito e a confiança da sociedade, novas fontes documentais certamente serão doadas à universidade.

O CEDOC/UNIS envolve o ensino, a pesquisa e a extensão, tripé que engloba as funções básicas de uma universidade. A função pesquisa fica mais perceptível nos estudos que são feitos para a organização do acervo em fundos, séries e subséries, na informatização dos dados e na elaboração dos meios de busca e de recuperação dos registros da documentação existentes no acervo. A função ensino ocorre quando a documentação é utilizada para a formação do aluno de graduação. A função extensão, que é a parte mais visível de um centro de documentação, dá-se quando o acervo é colocado à disposição da comunidade universitária e da comunidade em geral para fins de consulta e quando da realização de atividades de educação patrimonial. O que dá personalidade à universidade, que avança contí-

⁴ Projeto coordenado pelo professor José Antonio Moraes do Nascimento com a participação e colaboração dos professores Olgário Paulo Vogt e Éder da Silva Silveira.

nua e progressivamente, é a comunicação constante entre a atividade didática e a atividade de pesquisa e de extensão.

O CEDOC/UNISC possui vínculos diretos com o ensino de graduação. Vários são os alunos, de diferentes cursos da instituição, que já fizeram uso da documentação existente no Centro para realizar seus Trabalhos de Curso (TCs). Incluem-se nesse rol estudantes dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, de Comunicação Social, de Economia, de História, de Geografia e de Letras. O acervo é explorado também por professores para ilustrar e dinamizar suas aulas. A utilização de fotografias, de mapas antigos, de exemplares de jornais, de revistas ou de documentos de diferentes tipologias são recursos dos quais se podem valer professores de diferentes disciplinas e cursos. No curso de História, as disciplinas de Arquivos e Fontes para a Pesquisa Histórica, História do Rio Grande do Sul, Seminário de Pesquisa em História e os TCs têm levado os alunos a pesquisar no CEDOC.

Na pós-graduação, o acervo organizado do CEDOC já contribuiu para que alunos desenvolvessem suas monografias de pós-graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Além disso, pretende-se estimular através do trabalho dos bolsistas e com os estagiários de docência em História, a utilização de fontes documentais para as aulas na Educação Básica, levando ao conhecimento desses estudantes o próprio acervo bem como uma consciência preservacionista.

Referências

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; BATALHA, Cláudio. Preservação da memória e pesquisa: a experiência do Arquivo Edgar Lauenroth (AEL). In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP/FAPESP, 1999.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23-79.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

BICCAS, Maurilane de Souza; SALVADORI, Maria Ângela Borges. Centros de documentação e memória da educação: perspectivas de pesquisa para história da educação. *Horizontes*, v. 23, n. 2, jul./dez. 2005. p. 147-155.

CAMARGO, Célia Reis. Os Centros de Documentação das Universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da. *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP/FAPESP, 1999.

- GOMES, Sônia de Conti. *Técnicas alternativas de conservação: recuperação de livros, revistas, folhetos e mapas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.
- HARTOG, François. O tempo desorientado. Tempo e história. “Como escrever a história da França?” *Anos 90* – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, n.7, julho de 1997. p. 7-28.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HUYSSSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- KIPPER, Maria Hoppe; RIZZATO, Elizabeth Pires; VOGT, Olgário Paulo. *UNISC: a construção de uma universidade comunitária*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: *Enciclopédia Enaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. p. 11-50.
- LOPES, Aline Moreira; PIMENTA, Cristina (Org.). *Como montar um centro de documentação: democratização, organização e acesso ao conhecimento*. Rio de Janeiro: ABIA, 2003.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, PUC, n. 10, 1993, p. 7-28.
- PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.
- SCHELLENBERG, T. R. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.
- SCHMIDT, João Pedro; GOES, César Hamilton Brito. *Associativismo e cooperativismo no Vale do Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul, 1995 (Relatório de Pesquisa).
- TESSITORE, Viviane. *Como implantar Centros de Documentação*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2003.
- VOGT, Olgário Paulo. O acervo do Centro de Documentação da UNISC. *Anais do IX Encontro Estadual de História – Vestígios do passado e suas fontes*. Porto Alegre, 2008.

CEDOC/UCS: Ensino, Pesquisa e Memória de Acervos Educacionais

*Eliana Relat*¹

O presente texto propõe uma reflexão sobre o papel e as funções de um centro de documentação de uma instituição comunitária de Ensino Superior a partir da atuação do Centro de Documentação (CEDOC) da Universidade de Caxias do Sul (UCS). O estudo deste caso possibilita identificar o papel do CEDOC na preservação de documentos relativos à história da universidade e também no acondicionamento de conjuntos documentais de interesse à comunidade. Dentro das diversas funções desse centro de documentação destacam-se a pesquisa, o ensino e a gestão de acervos educacionais, marcas expressas de sua atuação na referida universidade.

O contexto histórico do CEDOC tem sua origem a partir do desenvolvimento do projeto *Levantamento de Fontes Relativas à História da Universidade de Caxias do Sul e de sua Produção Científica, Visando à Organização de um Centro de Documentação*, coordenado pela professora Heloísa Eberle Bergamaschi. Assim, em 1988, realizaram-se as primeiras atividades para construção do banco de memória oral com professores e funcionários, bem como ações para a localização de documentação referentes à história da UCS e de sua produção científica. Entre os meses de abril e março de 1989, efetuaram-se as primeiras entradas de documentação no CEDOC, marcando o início de seu funcionamento, o qual se deu junto às dependências do curso de graduação em História. No segundo semestre do ano de 2000, o CEDOC foi transferido para uma sala localizada na Biblioteca Central da UCS, local em que o acervo recebeu tratamento técnico (com princípios da arquivologia) a partir da contratação de uma empresa especializada. Essa organização possibilitou formar uma equipe de trabalho com dois auxiliares de arquivo, uma professora do curso de História, um estagiário e o apoio técnico de uma arquivista. Em 2010, a equipe realizou um importante passo,

¹ Professora doutora no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul. E-mail: erela@ucs.br.

construindo, de forma coletiva, um regulamento, a fim de sistematizar as dimensões fundamentais para atuação do e no CEDOC, tais como: o seu objeto, os objetivos, a forma de recebimento dos documentos, as regras quanto ao procedimento para pesquisa e conduta de seus usuários.

É importante inserir aqui a constituição do Instituto de Memória Histórica e Cultural da UCS – (IMHC), que ocorreu em 17 de julho de 1991 por meio da Portaria nº 176/91. Tal instituto ganhou impulso quando, no ano de 2011, reuniu no mesmo espaço físico os acervos alocados em múltiplos espaços da instituição. Assim, o CEDOC foi transferido da Biblioteca Central para o espaço do IMHC.

Contando com espaços adequados, foi possível intensificar os seus objetivos, como preservar o acervo histórico documental da instituição e de suas atividades acadêmicas; promover a guarda e a conservação de acervos referentes à cultura regional e de outras manifestações consideradas de relevante importância histórica. Além do objetivo de preservar o seu acervo histórico, a nova estrutura possibilitou disponibilizá-lo, de forma adequada, como suporte informacional no fomento à pesquisa do conhecimento. Ademais, também passou a atuar como um laboratório de aprendizagem para estudantes, sendo, inclusive, campo de estágio curricular obrigatório, recurso didático aos professores da Graduação e da Pós-graduação e espaço para oficinas na área de *Educação Patrimonial*, oferecidas à comunidade em geral, objetivando a familiarização com o cotidiano da pesquisa documental, da memória e da *Educação Patrimonial*.

Seu acervo é formado por documentação escrita, impressa, iconográfica, filmográfica e documentos sonoros, como entrevistas. O seu conjunto de documentação está estimado em: 4.000 caixas de documentos textuais; 2.000 imagens fotográficas; 25 documentos cartográficos; e 100h de gravação de voz. Esses valores são uma estimativa devido ao constante fluxo de entrada de documentos, em especial do setor de comunicação, que tem repassado ao centro conjuntos documentais importantes, como a coleção de clípagens e o acervo fotográfico dos eventos ocorridos na instituição.

O CEDOC e o ensino

O CEDOC, visando atingir os seus objetivos e estar em consonância com o Instituto de Memória Histórica e Cultural, desenvolve alguns projetos que são disponibilizados para a comunidade acadêmica em geral, pesquisadores de todas as áreas do conhecimento e professores de outras instituições

educacionais. Nesse sentido, o centro acolhe dentro de seu espaço estágios curriculares obrigatórios, aulas e visitas orientadas junto a seu acervo e oficinas para o uso, o tratamento e a conservação de documentos.

O CEDOC, como *campo de estágio*, tem por objetivo ampliar a formação profissional do acadêmico do curso de História. Visa, desse modo, à preparação dos discentes para atuar em centros de documentação e memória, em arquivos e nas demais instituições que preservam a memória e o patrimônio histórico, científico e cultural do país. Observe-se que, além desse objetivo, o estágio curricular permite também ao estudante a reflexão sobre a documentação em organização e o despertar para projetos de pesquisa.

O estágio curricular tem, indubitavelmente, por finalidade complementar a formação profissional. Efetivamente, é um período regular de aprendizado prático, que promove a familiarização com as soluções imediatas e diretas de problemas da profissão no próprio ambiente de trabalho, sob controle e orientação competentes. São estágios curriculares aqueles que constam na grade curricular do curso de Graduação do aluno. Tais estágios consistem na iniciação às técnicas de organização de arquivos, na produção de instrumentos de pesquisas, nas técnicas de apoio informativo à pesquisa, em atividades relacionadas à preservação de arquivos e coleções de valor histórico.

Como campo de estágio, a pesquisa é entendida como atitude investigativa do acadêmico em situação de prática docente, envolvendo o trabalho de observar, de buscar informações, de formular hipóteses, de identificar problemas e necessidades para compreender, interpretar e analisar o contexto da realidade dos acervos de memória. É nesse momento ainda em que são questionadas as próprias crenças, propondo e experimentando alternativas, para superar dificuldades e planejar intervenções pertinentes e de qualidade. Para que a pesquisa, assim compreendida, concretize-se no decorrer do estágio, são propostas, do ponto de vista metodológico, estratégias formativas diversificadas que tenham, como enfatizado anteriormente, o foco na análise e na compreensão das questões que emergem da vivência e da reflexão do contexto da gestão do patrimônio cultural.

Dentre essas destacam-se:

- a) as observações para a caracterização dos acervos;
- b) a elaboração de meios de busca;
- c) a construção de produtos resultantes da atividade de difusão cultural;
- d) a elaboração e o desenvolvimento de cronologias;
- e) a higienização de acervos;

- f) as investigações a partir de problemas e necessidades detectadas nos acervos;
- g) as atividades pertinentes ao Banco de Memória Oral;
- h) a elaboração de relatório.

O projeto *Aula no CEDOC* é um amplo laboratório para cursos de Graduação e Pós-Graduação, visto que possibilita aos professores dos diversos cursos da universidade planejarem e ministrarem suas aulas a partir das fontes documentais do acervo e no espaço físico do centro de documentação. Frente a esse serviço, a equipe do Centro de Documentação almeja implementar a sistemática de organização de aulas a serem desenvolvidas no CEDOC pelos professores dos diferentes cursos. Para tanto, a equipe é parceira para planejar as aulas, junto aos professores, das disciplinas que terão como tema a documentação pertencente ao acervo do CEDOC. Outro objetivo do referido projeto é propiciar aos graduandos em História a construção do conhecimento a partir da leitura e da reflexão sobre o conteúdo dos documentos e ainda vivenciar as diversas etapas no processo de construção do conhecimento, como: a pesquisa, a leitura da documentação, a leitura da historiografia, a discussão entre o professor – os alunos – a documentação – a historiografia e a sistematização das conclusões.

Visitas Orientadas é o projeto que apresenta à comunidade acadêmica da UCS, das escolas de Ensino Médio, além de grupos interessados, a oportunidade de conhecer o acervo e a sua forma de gestão. Essas visitas são previamente agendadas, havendo também a possibilidade de atender a solicitações específicas de professores, como, por exemplo, o acesso a documentos sobre um tema específico.

A *Oficina: História, Arquivos e Restauração de Documentos* tem como principal objetivo proporcionar ao aluno uma visão mais ampla do trabalho de organização e tratamento do acervo de um centro de documentação e do seu restauro, bem como a importância da fonte documental na produção científica.

O CEDOC e a pesquisa

Na expectativa de operar como espaço interdisciplinar especializado, o CEDOC atua fortemente como provedor de informações para a pesquisa. Essa dimensão na atuação do Centro de Documentação é responsável pela organização, acondicionamento, conservação e difusão cultural dos acervos. O usuário contata o Centro de Documentação da UCS, faz a “Solicitação de Pesquisa”, informando o assunto a ser pesquisado e a sua finalidade. Depois

de realizada a solicitação, o material é separado e o usuário será contatado para agendar o horário da pesquisa. As coleções disponíveis para pesquisa tratam-se do Acervo Documental Arquivo Histórico da UCS e dos acervos de interesse para a comunidade, como: Coleção Consulado da Itália; Coleção Estação Experimental de Viticultura e Enologia; Coleção Laudelino Teixeira de Medeiros e Coleção Oswaldo Fernandes Vergara. Neste texto será dada ênfase ao Acervo Documental do Arquivo Histórico da UCS. As demais coleções serão descritas posteriormente de forma resumida.

O Acervo Documental do Arquivo Histórico da UCS é composto de documentos escritos, sonoros e iconográficos que relatam a história institucional administrativa, acadêmica e pedagógica desde sua criação, apresentando os processos de transformação pelos quais passou a mesma. O acervo subdivide-se em dois fundos: o fundo fechado e o fundo aberto. O fundo fechado abriga os documentos das escolas isoladas que deram origem à Associação Universidade de Caxias do Sul, transformada, posteriormente, em Fundação Universidade Caxias do Sul. Além disso, abriga também os documentos de setores e unidades que já foram fechadas. Já o fundo aberto abarca a documentação de setores da instituição que ainda produzem informações.

Pertencem aos arquivos do fundo fechado: Charrua Motéis de Veraneio; Escola de Enfermagem; Escola de Enfermagem Madre Justina Inês; Escola Municipal de Belas Artes de Caxias do Sul; Faculdade de Direito de Caxias do Sul; Fundação Alto Taquari de Ensino Superior; Fundação Educacional da Região dos Vinhedos; Instituto de Administração e Tecnologia e Instituto Superior Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisas.

Os fundos abertos representam o maior número, uma vez que os setores respectivos continuam a produzir informações. Entre eles estão a Associação dos Funcionários da Fundação Universidade; a Biblioteca Central; todos os centros e seus respectivos cursos de Graduação e Pós-Graduação; o Conselho Universitário; a Editora da UCS; o Gabinete do Reitor; os institutos em geral da UCS; o Instituto Superior Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisa; a Reitoria; a Superintendência Acadêmica e os Projetos de Pesquisa concluídos.

Enfatiza-se a relevância do acervo acadêmico em seus aspectos pedagógicos, administrativos e culturais como elemento fundamental para a memória das Instituições de Ensino Superior (IES). Para tanto, é necessário analisar o lugar dos arquivos históricos nas IES como silêncio de uma memória esquecida entre caixas e prateleiras, provocando uma quase ausência de memória coletiva referente às práticas e à cultura pedagógica.

Promover tal análise é perceber a experiência de organização do acervo de uma instituição de Ensino Superior como atribuição de sentidos ao conjunto de saberes produzidos. É também refletir acerca de questões como: (a) Qual o valor da memória do Ensino Superior?; (b) Há consciência para formação de acervos?; e (c) Para que formar acervos escolares acadêmicos?

A importância do lugar do arquivo histórico na instituição de Ensino Superior acompanha, de fato, a afirmação dessa mesma instituição como um microcosmo com formas e modos específicos de organização e funcionamento. Nessa perspectiva, simultaneamente, apresenta-se com uma identidade própria, carregada de historicidade, sendo possível construir, sistematizar e reescrever o itinerário de vida da instituição (e das pessoas a ela ligadas). Em sua multidimensionalidade, o arquivo assume um papel fundamental na construção da memória e da identidade histórica da instituição.

Memória e identidade coletivas fazem parte de um mesmo processo, e para reconhecer como se dá a construção da identidade de um grupo, é necessário utilizar como fonte suas memórias. Um dos autores que relaciona identidade e memória é Pollak (1989), que refere identidade como a imagem que uma pessoa constrói e apresenta aos outros e a si própria, construção essa que se realiza ao longo de um percurso histórico situado.

Já sobre a memória, o mesmo autor diz que a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, definindo o seu lugar, sua complementaridade, mas também as suas oposições. Nesse sentido, a memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, integra-se em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades. A identidade, então, é uma manifestação ligada à memória coletiva ou à dimensão do pertencimento social, no qual memórias são compartilhadas, e há a percepção da diferença em relação ao outro, isto é, a identidade se constitui em relação à alteridade.

As concepções de memória e de identidade relacionadas à emergência do uso de diferentes fontes possibilitam compreender quais cadernos escolares, diários de aprendizagem, planos de aula, livros didáticos, registros fotográficos, dentre outros, postos em relação, fornecem pistas para a construção das culturas escolares. Nessa perspectiva de fontes, é importante preservar a documentação produzida por professores, pesquisadores, acadêmicos, com vistas à formação de acervos que proporcionam o registro da memória, a investigação sobre identidades e culturas escolares.

Um arquivo permanente não é construído por acaso. E a história não é feita com documentos que nascem para ser históricos, uma vez que a história é feita com os registros do cotidiano (BELLOTTO, 2004). No caso das instituições de Ensino Superior, são igualmente importantes os documentos administrativos (relativos às atividades-meio), documentos acadêmicos (relacionados aos registros de inscrições, de matrículas, de oferta de cursos e disciplinas, de históricos escolares) e documentos pedagógicos (relacionados ao processo de mediação do ensino e da aprendizagem).

Então qual o valor da memória do Ensino Superior?

De modo geral, as instituições de ensino precisam guardar, de forma permanente, documentos acadêmicos, especialmente aqueles que dizem respeito a todos os processos acadêmicos pelos quais passa um estudante. Essa documentação, até recentemente, gerou e ainda gera grandes volumes de papéis. A digitalização com certificação é um processo recente, necessitando de apropriação de tal cultura nas gestões das instituições. A falta de espaço físico acaba sendo utilizada como forte motivação para a eliminação de documentos, como os citados anteriormente (cadernos, diários de professores, trabalhos acadêmicos...). Tal fator, associado à pouca compreensão sobre o valor histórico e científico das informações cotidianamente produzidas, promoveu o distanciamento do valor de memória das trajetórias ocorridas no Ensino Superior.

Ademais, a ausência de conhecimento sobre a importância da preservação dos acervos escolares em tal nível de ensino e o entendimento do uso desses como fonte para pesquisa deve ser uma preocupação constante, não somente das instituições, todavia, inclusive, dos docentes cuja atuação cotidiana dá sentido à identidade e à memória da atuação profissional e dos processos que a envolvem. Promover uma ação de educação patrimonial, envolvendo professores, estudantes e a comunidade acadêmica na questão da preservação das fontes, é uma iniciativa a ser tomada, pois viabiliza uma mudança conceitual na forma de interpretar os objetos de estudo, como por exemplo: se até meados dos anos 2000, as pesquisas em História da Educação investigavam objetos com base na legislação educacional, recentemente há um exercício para olhar o cotidiano da docência, os saberes, as práticas sociais, culturais e as pessoas que fazem parte de tal contexto.

O acervo histórico da UCS é composto de documentos e fotografias desde sua criação, apresentando os processos de transformação pelos quais passou (CONFORTO, 2002). O CEDOC preserva a documentação administrativa, acadêmica e pedagógica desde as primeiras escolas isoladas de

Ensino Superior, como já citado anteriormente, criadas no município de Caxias do Sul, as quais se fundem posteriormente para formar a Universidade de Caxias do Sul.

Atualmente, com as mudanças paradigmáticas que ocorrem no campo da historiografia, a introdução de temáticas voltadas à dimensão cultural da sociedade aponta para uma lenta mudança de concepção em relação à memória. Publicações sobre histórias de vida de professores e professoras, análise de livros didáticos e estudos sobre diários de professores têm feito com que as teorias arquivísticas sejam repensadas.

Para que então formar acervos escolares acadêmicos? Conforto ressalta que:

[...] preservar a memória da instituição, que possibilitaria: 1. A avaliação dos projetos, em aspectos pedagógicos e administrativos, que foram implementados no passado. Selecionando os que obtiveram sucesso e fazendo as correções necessárias para garantir sua continuidade, certamente contribuirão para o aperfeiçoamento de ações futuras. 2. A UCS é uma Universidade que possui um amplo quadro docente, composto por professores de diversos municípios, estados e até do exterior. Torna-se indispensável para eficácia das ações pedagógicas o conhecimento da história da instituição, sua filosofia e projeto pedagógico (CONFORTO, 2002, p. 106).

Acervos de interesse para a comunidade

O centro de documentação em uma instituição comunitária representa, além do exposto neste artigo, o papel preponderante de inserção na comunidade por meio da preservação de fontes para a história local. Nesse sentido, o CEDOC/UCS disponibiliza acervos de interesse para a comunidade por meio de coleções documentais recebidas através de doação, que, após receber o tratamento técnico adequado (avaliação, limpeza, arranjo), é disponibilizada para consulta. A seguir, é disponibilizada a relação das coleções com o resumo identificando os seus conteúdos.

Coleção Consulado da Itália é composta por passaportes dos imigrantes italianos e de rolos de filmes sobre a Itália, doados pelo Consulado do referido país. Constitui-se de aproximadamente 1.600 passaportes e de um livro de registro dos mesmos. A data estimada de entrada no Brasil é do início de 1900 até os primeiros anos da década de 1970.

Coleção Estação Experimental de Viticultura e Enologia é composta por documentos e fotografias que ilustram a criação da estação, o seu funcionamento, os trabalhos de experimentação desenvolvidos pela mesma, bem como a história da viticultura na região.

Coleção Laudelino Teixeira de Medeiros. Bacharel em Ciências Econômicas e em Direito, foi professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul por muitos anos. O seu acervo é composto das seguintes séries documentais: Vida Pessoal; Atuação Profissional; Produção Intelectual; Produção de Terceiros; Coleção de Mapas e Plantas e Coleção de Fotografias.

Coleção Oswaldo Fernandes Vergara. O advogado Oswaldo Vergara foi presidente da OAB/RS, entidade que ajudou a fundar. Presidiu o Instituto dos Advogados do RS; escreveu artigos abordando questões linguísticas sob o pseudônimo de Nuno Álvares, publicando diversas obras de cunho jurídico. Na política, destacou-se como articulador do Partido Social Democrático (PSD) e como deputado federal; fundador e presidente do Hospital Sanatório Parque Belém; atuou como professor de Direito em Porto Alegre; participou na fundação da Varig; foi diretor da Sanrig e participou do Conselho do Banrisul e do Conselho Penitenciário. O acervo existente no CEDOC reflete a trajetória pessoal, acadêmica, política e jurídica de Oswaldo Vergara.

Considerações finais

Como objetivo decorrente do trabalho de organização de um centro de documentação, é possível identificar o seu potencial, enquanto fontes de pesquisa para a produção científica, de forma a contribuir tanto para história da educação no Ensino Superior como para a preservação de fontes para história local. Tais documentos permitem apreender a realidade educativa em que foram produzidos, mas podem ser lidos em perspectivas diversas, expressando na sua materialidade e no seu conteúdo a riqueza dos contextos de produção.

Na tentativa de resposta à questão posta inicialmente para identificar o valor da memória do Ensino Superior, é possível observar poucos estudos sobre a importância da preservação dos acervos escolares em tal nível de ensino. Além disso, o entendimento do uso desses como fonte para pesquisa deve ser uma preocupação constante, não somente das instituições, mas também dos docentes, cuja atuação cotidiana dá sentido à identidade, à memória da atuação profissional e aos processos que a envolvem.

No atual processo de produção em massa de informações, sejam elas em meio físico sejam em meio digital, para que formar acervos escolares acadêmicos? A gestão das informações do acervo documental do CEDOC/UCS exemplifica uma inserção no fio da História da Educação e da Didática Universitária, visto que possibilita uma visão longitudinal de concep-

ções que perpassaram suas propostas, além de propiciar elementos para a tomada de decisão e de projetar ações pertinentes. De fato, formar acervos escolares é investigar e analisar os processos de qualificação do ensino entendidos institucionalmente; é registrar a trajetória histórica institucional.

Sobre memória, a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade para definir o seu lugar, a sua complementaridade e também as suas oposições. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, integra-se em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades. Identidade, então, é uma manifestação ligada à memória coletiva ou à dimensão do pertencimento social, no qual memórias são compartilhadas e há a percepção da diferença em relação ao outro, isto é, a identidade se constitui em relação à alteridade (POLLAK, 1989).

Memória e identidade coletivas fazem parte de um mesmo processo; assim, para reconhecer como se dá a construção da identidade de um grupo, é necessário utilizar como fonte suas memórias. Aqui reside o processo fundamental do Centro de Documentação em sua dimensão de Ensino e Educação Patrimonial, a fim de propor e produzir práticas para a tomada de consciência para a preservação das fontes.

Em suma, há uma preocupação frente à gestão dos acervos e documentos físicos, entretanto ainda se faz necessária uma ampla discussão sobre as informações produzidas em ambientes virtuais de aprendizagem, pois os saberes da docência construídos ao planejar as orientações de uma aula, ao selecionar os materiais didáticos e ao produzir hipertextos permanecem ainda inertes nos servidores da TI's das instituições de Ensino Superior. Sendo assim, surge uma nova necessidade: desenvolver metodologias para a gestão de tais informações, a fim de que, num futuro breve, compreenda-se a transição histórica de paradigmas na gestão das instituições e também na atuação docente.

Referências

- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- CONFORTO, Marília. Velhos papéis: o Centro da Documentação da Universidade de Caxias do Sul. *Métis: história & cultura*, v. 2, n. 2, p. 103-130, jul./dez. 2002.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*. RJ, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

Espaços arquivísticos e acervos: experiências do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo

Ironita Policarpo Machado¹

É comum encontrarmos a definição de arquivo, e também assim compreendido por um amplo público, como sendo um conjunto de documentos escritos, fotográficos, microfilmados, etc., mantidos sob a guarda de uma entidade pública ou privada, ou ainda recinto onde se guardam esses documentos. Seria o arquivo apenas isso? Tacitamente percebido como um “depósito”? Atualmente, acreditamos que o desafio é amplo: ressignificar o arquivo como espaço de guarda de memórias; um espaço democrático e vivo e, acima de tudo, a operacionalização técnica e acadêmica do arquivo na guarda das memórias, dando acesso à comunidade acadêmica e em geral.

A perspectiva conceitual e operacional tácita e imóvel de arquivo está historicamente atrelada à concepção de documento desde a Idade Média como valor de prova dos documentos escritos. Em meados do século XVIII, a palavra arquivo ganha a seguinte definição: “Se diz de antigos títulos ou cartas que contêm direitos, pretensões, privilégios e prerrogativas de uma família, de uma cidade ou de um reino” (CADIEU, et al., 2007, p. 131). Essa concepção e práticas de grande importância às monarquias modernas e nobres que deles, os arquivos, se valiam para defender seus direitos administrativos, de posses, posseção de títulos, tratados, etc.; essa importância deu significativo avanço à prática arquivística, mas ainda era fragmentada, de reino em reino, de família em família.

¹ Pós-doutora em História, na área de Economia e Sociedade na passagem à modernidade, pela Universidade Federal Fluminense/RJ; doutora em História, na área de História das Sociedades Ibéricas e Americanas, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora do curso de graduação e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo/RS. E-mail: iropm@upf.br.

No *Século das Luzes*, especificamente na Espanha, Inglaterra e França, teve-se o nascimento dos arquivos centralizados e públicos. Nasce a arquivística moderna com fundos de instituições, corporações e comunidades; e assim ampliam-se as dimensões das fontes ao historiador: coleção de leis, registros cartoriais, paroquiais, correspondências, cartas cartográficas, literárias e artísticas, etc. Contemporaneamente, a partir das incursões de Ernet Labrousse, Le Roy Ladurie, no contexto da pluridisciplinaridade dimensionada pelos *Annales*, ampliaram-se as tipologias de arquivos e, conseqüentemente, de fontes. Mesmo tendo estagnações durante os regimes de exceção e/ou de guerras, em que os arquivos passaram por um *silenciamento* através de políticas de Estado, as memórias são guardadas, até que a política arquivística passa por um importante processo de liberalização, que vige atualmente.

Ligados à preservação da memória da sociedade, os arquivos assumem, nos dias de hoje, papel de extrema relevância para pesquisadores e para a comunidade em geral, visto que assumem o papel de salvaguardar documentos que dizem respeito às práticas políticas, econômicas e sociais. Podendo variar em seu enquadramento, o termo arquivo, a partir do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, pode ser entendido como

Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos (2004, p. 26).

A Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que “dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados”, considera arquivos como:

Os conjuntos documentais produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte ou a natureza dos documentos (BRASIL, 1991).

Nesse sentido de custodiar, processar tecnicamente, conservar e permitir o acesso aos documentos foi criado em 1991 o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), que regulamenta algumas competências para o conselho. Essas competências vão desde estabelecer leis de incentivo para a gestão de documentos e acesso/divulgação dos arquivos públicos e privados, como a proposição ao presidente da República que declare de interesse público e social os arquivos privados, para que a população possa ter acesso à informação.

Abrindo parêntese, vinculado ao Arquivo Nacional, o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, órgão central do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, foi criado pelo art. 26 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. De acordo com essa lei, as ações com vistas à consolidação da política nacional de arquivos deverão ser emanadas do CONARQ, cujas competências, organização e funcionamento são objeto do Decreto nº 1.173, de 29 de junho de 1994. Entre suas competências merecem destaque: definir normas gerais e estabelecer diretrizes para o pleno funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivo; estimular programas de gestão e de preservação de documentos produzidos e recebidos por órgãos e entidades nos âmbitos federal, estadual e municipal, em decorrência das funções executiva, legislativa e judiciária; estimular a implantação de sistemas de arquivos nos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios (BRASIL, 1991).

Assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o acesso à informação aparece no capítulo dos direitos e deveres individuais e coletivos em seu Art. 5º, inciso XIV, onde se lê: “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”; além de constar no Inciso XXXIII, a seguinte expressão: “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do estado” (BRASIL, 1991).

Portanto, desde seus primórdios, o homem tem a preocupação em guardar sua memória para que as gerações futuras possam saber quem foi *seu pai*, como para confirmar e dar credibilidade para argumentos, ou seja, procurou guardar documentos para ter como prova de algo. No mundo contemporâneo, por muitos motivos está sendo cada vez mais utilizada a tecnologia como fiel aliada dos arquivos, pois reduz a chance de perda ou dano ao documento e torna o acesso a ela muito mais fácil e prático, principalmente após a Lei de Acesso à Informação² de 18 de novembro de 2011, o qual regulamenta o direito constitucional de acesso às informações consideradas públicas.

² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm.

Motivação originária desse processo e inserido nas prerrogativas acima citadas, o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF) tem como estrutura de apoio Núcleos, Laboratórios e o Arquivo Histórico Regional – UPF (AHR) e, em construção, um arquivo virtual de fontes da Justiça Federal do Rio Grande do Sul.

O AHR iniciou suas atividades no ano de 1984 com a denominação de Arquivo Histórico da Universidade de Passo Fundo. A partir de 1996 passou à atual denominação de Arquivo Histórico Regional – UPF (AHR/UPF), e suas atuais instalações estão junto ao campus III da universidade no centro de Passo Fundo.

Sala de consulta e pesquisa do Arquivo Histórico Regional/PPGH/UPF



Fonte: Arquivos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

A preocupação primeira do Arquivo Histórico Regional sempre esteve voltada para a preservação dos conjuntos documentais que preservam a memória da região onde a UPF está inserida. Os fundos documentais embasam investigações de pesquisadores ligados aos cursos de graduação e

pós-graduação *lato-sensu* e *stricto-sensu* promovidos pela universidade, bem como de estudiosos de outras instituições e áreas do conhecimento.

Os usuários do arquivo apresentam um perfil diversificado, que se caracteriza desde o acadêmico como também a comunidade em geral de Passo Fundo e região, que pesquisa o acervo em busca de informações para inclusões em processos judiciais, notícias de periódicos, pesquisas por docentes e discentes da Educação Básica e ainda pesquisas genealógicas. Constituinte a história regional o principal foco de interesse, o AHR mantém grande parte de seu acervo com conjuntos de documentos que concernem à história da região norte do Rio Grande do Sul.

O acervo do AHR reúne documentos manuscritos, judiciais, periódicos, imagéticos, bibliográficos, públicos, privados, etc., em síntese, o acervo do Arquivo Histórico Regional está subdividido em seções de acordo com a proveniência dos conjuntos documentais. Sendo: a) Arquivos de Comunicação Social; b) Arquivos Públicos; c) Arquivos Sociais; d) Arquivos Judiciários; e) Arquivos Privados, conforme quadro demonstrativo abaixo:

Fundos Documentais

Fundo	Acervo	Quantidade
Acervo Iconográfico	Fotografias	832 unidades (entre fotos e filmes)
Arquivos de Comunicação Social	Jornais, revistas, almanaques, etc.	Cerca de 50.000 edições
Arquivos Públicos	Secretaria de Terras	1.264 mapas (21 caixas), 369 livros de registro
	Prefeitura Municipal de Passo Fundo	128 mapas de bairros, vilas e loteamentos
	Outros	619 documentos e 16 caixas
Arquivos Sociais	DCE UPF	4 caixas
	Fundação Universidade de Passo Fundo	2.050 documentos, 65 caixas
	Cruz Vermelha Brasileira – Filial Passo Fundo	
	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários	
Sindicato dos Empregados no Comércio de Passo Fundo		
Arquivos Judiciários	Justiça do Trabalho de Passo Fundo-RS – 4ª Região	Cerca de 43.000 processos – 2.341 lotes
	Comarca de Soledade	9.675 processos – 71 lotes
Arquivos Privados	Acervo Mário Menegaz	196 documentos
	Zeferino Demétrio Costi & Cia. Ltda.	157 plantas, documentos e mapas
	Nicolau Araújo Vergueiro (mapas, revistas, etc.)	3.100 documentos (livros, documentos)
	Maria Fialho Crussius	22 caixas

	Alegre Corrêa	2 caixas
	Antônio Carlos Machado	32 caixas
	César Santos	6 caixas
	Clodoaldo Brenner	6 caixas
	Cyro Schell	6 caixas
	Maria Muniz	4 caixas
Instituto Histórico de Passo Fundo		12.639 páginas de documentos (originais e digitalizados)
Prefeitura Municipal de Lagoa Vermelha		1.295 documentos
Biblioteca Auxiliar		3.195 volumes e 3 caixas de documentação
Reserva técnica		33 caixas, 228 livros, 87 mapas

Fonte: Projeto Institucional do AHR/PPGH.

Dessa forma possibilita aos pesquisadores uma ampla gama de análises temáticas ou estudos de caso que contribuem sobremaneira para a compreensão da formação histórico-social, política e cultural do norte do Rio Grande do Sul. Daí deriva sua importância e singularidade frente a outras instituições de guarda de documentos (museus, acervos privados, setor de obras raras de bibliotecas) – o conjunto de documentação existente no AHR contempla um largo espectro de locais de origem e de temáticas e materialidades. Assim, destaca-se a importância sócio-histórica e cultural do conjunto de documentos ali preservados para a compreensão da formação histórica da região norte e de seu progressivo desenvolvimento demográfico, administrativo, judicial, cultural, social e político.

Pode-se destacar dentro do acervo guardado pelo Arquivo Histórico Regional atas, correspondências, intimações, processos, alvarás, certidões e atestados referentes ao Juizado de Paz, a partir de 1834, e à Câmara Municipal de Passo Fundo, desde 1857. Essa documentação constitui os fundos de pesquisa mais antigos do município de Passo Fundo disponíveis à pesquisa. O AHR também conta com a legislação e os relatórios expedidos pela Intendência Municipal de Passo Fundo no período que antecede a década de 1930 e também mantém sob sua guarda a documentação referente ao município de Lagoa Vermelha (1910-1950). Documentação de conhecida relevância é a que se refere à 8ª Inspeção de Terras do Estado do Rio Grande do Sul, de 1917 a 1986, e que abrange documentos desde o final do século XIX. Mapas, registros de concessões, plantas de lotes rurais, relatórios, correspondência, documentação funcional e publicações na área

de agricultura são alguns dos documentos integrantes desse acervo capaz de contar a história da colonização do norte do Rio Grande do Sul.

Tem ainda uma vasta coleção de periódicos abrangendo desde publicações locais até nacionais e estrangeiras. Essas publicações, bastante procuradas para consulta por pesquisadores e acadêmicos da Universidade de Passo Fundo e pela comunidade regional, são formadas pelas coleções dos jornais *O Nacional* (1925-2003) e *Diário da Manhã* (1968-2003), além das coleções da revista carioca *Eu sei tudo* (1917-1951) e a edição vernacular da norte-americana *Seleções do Reader's Digest* (1943-1999). Em microfilme estão disponíveis os exemplares da revista *Boletim do Grande Oriente* (1871-1899), obtidos junto à Biblioteca Nacional, e os inventários do Arquivo Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha, adquiridos do CPOOC/FGV.

Os arquivos provenientes de instituições locais também são de grande importância, destacando-se o acervo da Cruz Vermelha Brasileira – Filial Passo Fundo (1942-1972), do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Passo Fundo e Região (1937-1985) e do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Passo Fundo e Região (1937-1985). Finalmente, coleções de periódicos (completas e incompletas) nacionais e estaduais. Dentre os arquivos pessoais destacam-se os originais das publicações de Antônio Carlos Machado, intelectual radicado em Passo Fundo a partir da década de 1950, as publicações do arquivo pessoal de César Santos, médico e político passo-fundense e prócer do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na região, e o acervo Nicolau Araújo Vergueiro, predominantemente bibliográfico; esse acervo está organizado por temas como história, política, literatura, biografias e psicologia. São relevantes os exemplares de revistas do início do século XX e sua documentação pessoal com memórias e fotografias.

Merecem destaque os Arquivos Judiciários, que constituem o maior acervo do AHR, sendo composto por processos findos da Justiça do Trabalho, da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e da Justiça Federal. Esses arquivos são operacionados arquivisticamente, pesquisados e divulgados pelo Núcleo de Documentação Histórica e Jurídica (NDHJ).

Laboratório de Estudos e Sistematização Documental



Fonte: Arquivos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

O Núcleo de Documentação Histórica e Jurídica (NDHJ) dedica-se à constituição, em especial, de acervo documental sobre a história do Brasil e da Bacia do Prata, incluindo também as fontes de Comunicação Social. O acervo reunido e ampliado sucessivamente pelo Núcleo é concebido como um banco de dados. A formação desse acervo obedece a critérios temáticos e cronológicos. Por essa razão, os alunos bolsistas, em particular, recebem ensinamento de estruturação de acervo, partindo da captação digital da documentação, preservando-o através de reprodução fotográfica, da sua organização e da sua digitalização. Sistematizado dessa maneira, seu conteúdo pode ser disponibilizado rapidamente aos pesquisadores em formatos de imagens e textos, contribuindo para a historiografia e para as demandas sociais, a exemplo das demarcações das terras indígenas. Adstrito ao processo de sistematização, os bolsistas elaboram súmulas sobre os documentos para indicar seus conteúdos e orientar as pesquisas. Através de pro-

gramas de buscas, os temas são identificados e indexados com agilidade, possibilitando assim enorme ganho de tempo aos pesquisadores.

O Núcleo também mantém Laboratório de Estudos e Sistematização Documental (LED). O laboratório tem por objetivo fazer o estudo de fundos documentais por meio da triagem, classificação e sistematização, bem como a sua divulgação. Os bolsistas elaboram súmulas sobre os documentos para indicar seus temas e orientar as pesquisas em programas de catalogação e busca; os temas são identificados e indexados com agilidade, possibilitando, assim, enorme ganho de tempo aos pesquisadores e à comunidade em geral (<http://www.upf.br/ppgh/>).

Atualmente, o acervo do judiciário é composto quantitativamente por 25.938 processos da Justiça do Trabalho da Comarca de Passo Fundo, com datas entre os anos de 1983 e 1994 (até o ano de 1991 funcionava apenas a Primeira Vara e em 1992 foi instalada a Segunda) e 14.634 peças de processos da Justiça Estadual (RS) da Comarca de Soledade, cuja documentação compreende o período entre os anos de 1860 e 1980. São processos cíveis e criminais nas Varas de Órfãos e Ausentes (Primeira e Segunda Vara). E de Passo Fundo (Primeira a Quintas Varas) há documentos desde o ano de 1930, mas é a partir de 1940 a maioria das peças, chegando até o ano de 1998. Assim, o arquivo judiciário do AHR/UPF totaliza aproximadamente 43.000 processos judiciais, potencialmente dispostos aos pesquisadores.

Os processos findos da Justiça Federal-Subseção Passo Fundo constituem um acervo físico de 2.164 processos, que se encontram alocados no Núcleo de Documentação Histórica e Jurídica no Campus I da UPF. Os processos judiciais oriundos da Justiça Federal do Rio Grande do Sul Subseção Passo Fundo abrangem o período compreendido entre 1987 e 2007, cujos processos compõem um *corpus* documental relacionado, especialmente, ao âmbito fiscal e social de uma década que mudou o cenário econômico do país.

O acesso aos fundos documentais da Justiça Federal do Rio Grande do Sul é fruto da realização de convênio entre a Fundação Universidade de Passo Fundo – execução de atividades conveniadas pelo Programa de Pós-Graduação em História e do Curso de Graduação em História da Universidade de Passo Fundo/UPF no ano de 2013 – e o Núcleo de Documentação da Justiça Federal na sede da JFRS da Subseção em Passo Fundo, integrado ao Projeto Estratégico nº XIX: Gestão Documental, coordenado pela Juíza Federal Ingrid Schroder Sliwka; especificamente motivados pelos se-

guintes aspectos: a) em 1999, o Conselho da Justiça Federal e os cinco TRFs criaram a Resolução nº 217, que disciplina e institui o Programa de Gestão de Documentos da Administração Judiciária Federal de 1º e 2º Graus; ainda, no âmbito da Justiça Federal cada Seção Judiciária constituiu a sua Divisão de Arquivo e Documentação; no mesmo caminho, em 2000, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul criou a Divisão de Documentação. Disso resultou a aproximação da documentação da comunidade e passou a abastecer pesquisas históricas e sociológicas. Isso só foi possível para comarcas em que funcionassem universidades dispostas a celebrar convênio entre o tribunal e as universidades; até esse momento, no Rio Grande do Sul está restrito à Universidade de Caxias do Sul; b) a partir de 2011, no Rio Grande do Sul, o Tribunal tomou a iniciativa pioneira de instalar uma Comissão Interdisciplinar de Preservação de Processos Judiciais, da qual fazem parte representantes da Associação Nacional de História Regional do RS; c) a interdisciplinaridade aqui se caracteriza pela discussão e soluções coletivas, portanto esse convênio configura-se na primeira experiência de diálogo sistemático entre magistrados, arquivistas e historiadores com vistas à ação prática de gestão de eliminação de autos findos.

Na tabela seguinte constam alguns dados dos processos pesquisados na Justiça Federal do Rio Grande do Sul, Subseção de Passo Fundo:

Entidades	Ano	Quantidade	Assunto do Processo
Caixa Econômica Federal	1987/1988	17	Direito Civil e outras Matérias do Direito Privado
	1989	34	Direito Civil e outras Matérias do Direito Privado
	1990	20	Direito Civil e outras Matérias do Direito Privado
Instituto Nacional do Seguro Social	1987	13	Direito Civil e outras Matérias do Direito Privado
	1989	37	Direito Civil e outras Matérias do Direito Privado
	1990	4	Direito Civil e outras Matérias do Direito Privado
Fazenda Nacional	1987	13	Aquisição de Veículos Automotores, Combustíveis, Repetição de Indébito, Empréstimo Compulsório
	1989	60	Aquisição de Veículos Automotores, Combustíveis, Repetição de Indébito, Empréstimo Compulsório
	1990	21	Aquisição de Veículos Automotores, Combustíveis, Repetição de Indébito, Empréstimo Compulsório

Fonte: Elaboração dos autores, com base nos estudos dos processos localizados no arquivo da Justiça Federal Subseção Passo Fundo.

Sabe-se que a competência da Justiça Federal é julgar processos de empresas federais e de qualquer litígio que corresponda às alçadas nacionais,

mas os dados da tabela demonstram efetivamente como a conjuntura política, econômica e social brasileira na década de 1980 afetou a vida cotidiana dos cidadãos. No entanto, a amostragem não dá conta de todos os litígios; muitos deles retroagem à década de criação da Subseção em Passo Fundo da Justiça Federal; são os casos: de apropriação e desapropriação de terras, casos históricos como, por exemplo, da Fazenda Annoni, Canta Galo, Machadinho Energética SA – MAESA, Movimento dos Atingidos Por Barragem – MAB, Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem e FUNAI, etc. Esses processos, litígios arbitrados pela Justiça Federal, configuram-se em uma coletânea de aproximadamente dez a 15 volumes cada um, trazendo informações ímpares à pesquisa histórica e demais áreas afins.

Ainda em termos de arquivo e corpo documental o PPGH/UPF está constituindo um acervo de iconografia e de história oral sob a coordenação do Laboratório de Memória Oral e Imagem (LAMOI) com espaço físico específico no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, no Centro de Cultura, Memória e Patrimônio também em implementação. O LAMOI é financiado pelo edital PQG 002/2014 – Pesquisador Gaúcho da FAPERGS.

Na mesma perspectiva, com guarda de acervo arqueológico, o Laboratório de Cultura Material e Arqueologia (LACUMA), com espaço físico específico no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, agregado ao Centro de Cultura, Memória e Patrimônio, para armazenamento e pesquisa de acervos arqueológicos, desenvolvimento de atividades educativas através de cursos, palestras e demais atividades de educação patrimonial. Em relação às atividades do **LACUMA**, a legislação brasileira referente aos processos de licenciamento ambiental compreende uma série de estudos voltados ao meio físico, biótico e socioeconômico. Entre os levantamentos realizados destacam-se os estudos de avaliação de impactos ao patrimônio cultural material e imaterial. Tais estudos são realizados em etapas distintas, divididas de acordo com a fase do licenciamento ambiental. No tocante ao patrimônio arqueológico, o desenvolvimento de pesquisas é normatizado por legislação específica, em especial a Portaria IPHAN nº 07 de 1988 e Portaria IPHAN nº 230 de 2002. A fim de se adequar às exigências que lhe concedem o direito de endossar os laudos arqueológicos, o **LACUMA** atendeu as exigências das portarias IPHAN nº 007/1988, artigo 5º, e IPHAN nº 230/2002, artigo 6º § 7º e 8º, referente à garantia da guarda e manutenção permanente dos vestígios e materiais eventualmente coletados e escavados durante execução de projetos de diagnóstico arqueológico de empresas que prospectam terras. O desenvolvimento das atividades previstas nos

contratos com as empresas coaduna-se com o disposto no Projeto Pedagógico do Curso de História, o qual prevê a realização de estágios curriculares nas disciplinas de Práticas e Estágio I – Arquivos e Museus e Métodos e Prática de Pesquisa Histórica I, II e III.

Laboratório de Cultura Material e Arqueologia (LACUMA)



Fonte: Arquivos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

Além do acervo da biblioteca central da UPF, que guarda o acervo de obras raras, incluindo todas o Acervo Josué Guimarães, o PPGH conta com a biblioteca auxiliar do Arquivo Histórico Regional – vinculada à rede de bibliotecas da Universidade de Passo Fundo. Cerca de 50 metros lineares de obras, utilizadas sobretudo como subsídio às pesquisas realizadas pela comunidade e pelos pesquisadores da universidade, referem-se à biografia de personalidades brasileiras e gaúchas dos séculos XIX e XX; à história das religiões no Brasil e no Rio Grande do Sul; à história constitucional do Brasil e do Rio Grande do Sul; à história do Rio Grande do Sul e do Planalto Médio Gaúcho; à ocupação da terra no Rio Grande do Sul; ao

sistema prisional e à psicologia criminal brasileiros; à história político-administrativa do Brasil e a histórias municipais do Rio Grande do Sul.

Cabe dizer que os espaços arquivísticos coordenados pelo PPGH e mantidos pela Universidade de Passo Fundo, com destaque ao AHR, hoje estão consolidados como espaço de recepção, higienização, conservação, guarda e disponibilização de fundos documentais relativos à história e memória regionais, nacionais e platinas. Especificamente com relação ao AHR, em mais de 30 anos de atuação, o setor tem se destacado como centro de referência do planalto norte do estado pelo seu acervo e pela promoção da cultura e produção de conhecimento.

Nesses espaços, os fundos documentais, nesses anos de intenso trabalho de professores, funcionários e estagiários, foram progressivamente sendo adidos de novos materiais com a respectiva ampliação da confiança dos doadores quanto a natureza, seriedade e compromisso social do setor. Assim, no caso do AHR, hoje somamos nos 1.200 metros lineares de acervo (padrão arquivístico para mensuração de fundos documentais) uma expressiva e rica diversidade de materiais, compostos por:

As ações de promoção do AHR e dos demais espaços arquivísticos (núcleos e laboratórios) orientam-se pela indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão. A perspectiva é manter as atuais atividades existentes e vetorizá-las, bem como refletir e empreender novas ações. Pode-se destacar: uma coluna quinzenal no jornal *O Nacional*. Nessa coluna, estudantes, professores, funcionários e demais interessados têm apresentado aos leitores as possibilidades de pesquisa no acervo documental do Arquivo. Trata-se de artigos curtos publicados na coluna “Memórias do AHR”; promoção de eventos, tais como: I Seminário História, Memória e Judiciário (2013) – com apoio do Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, Justiça Federal – Seção Passo Fundo; Tribunal Regional do Trabalho – Seção Rio Grande do Sul; Universidade de Caxias do Sul e ANPUH/RS; I Workshop História e Judiciário e II Seminário História, Memória e Judiciário (2015) – com apoio do Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, Escola da Magistratura do Trabalho do Rio Grande do Sul, Faculdade de Direito e Instituto Histórico de Passo Fundo; curso de formação de guias de visitação do Cemitério Vera Cruz (2015) – em parceria com IHPF; programas televisivos e radiofônicos periódicos para divulgação dos acervos, de depoimentos orais, de séries patrimoniais.

Entre as necessidades prementes quanto à gestão documental tanto na UPF como no município de Passo Fundo – compondo, portanto, os

Arquivos da Câmara de Vereadores e o Arquivo da Prefeitura Municipal, bem como o Arquivo Central e o AHR da UPF – há que se destacar o investimento feito para que de fato iniciem debates para profissionalização e atendimento às legislações e a lei de acesso à informação via inserção dos espaços nas políticas públicas do âmbito da cultura, *a priori*. Com a aprovação do Plano Municipal de Cultura de Passo Fundo (durante a IV Conferência Municipal de Cultura, realizada em março de 2016) ficou estabelecida entre as metas do setor a criação de uma setorial específica de Arquivos e Museus que dê conta dessa articulação, reflexão e gestão comprometida dos bens de interesse público vinculados aos arquivos e também aos espaços museais. Quanto aos Arquivos cidadãos, especificamente, vemos um desnível quanto ao que deveriam ser (como espaços de memória) e o que são de fato, visto sua inadequação às políticas para o setor – uma das quais é justamente a necessidade de um profissional da Arquivologia como membro efetivo das equipes de trabalho.

Essa integração a uma setorial específica do Conselho Municipal de Cultura traz como adendos não somente essa articulação, mas também a possibilidade de busca de recursos via editais da cultura que demandam, como condição prévia, a inserção no Sistema Nacional de Cultura – passo importantíssimo que a Prefeitura Municipal e a comunidade deram neste primeiro semestre de 2016.

O Programa de Pós-Graduação em História através do edital Pró-equipamentos obteve expressivas conquistas de equipamentos de digitalização e higienização, tão necessários ao cotidiano do Arquivo Histórico e demais espaços arquivísticos. Embora sejam ganhos expressivos, temos a plena consciência de que os editais de captação de recursos têm de ser vetores para a modernização desses espaços.

Apesar da história de conquistas do PPGH, acerca dos espaços arquivísticos, há que se pontuar que muito ainda temos a fazer, promover e realizar. O setor Arquivo Histórico e demais laboratórios tratam de conservação, guarda e disponibilização de documentos relativos à memória coletiva, privada e pública, da região norte do Rio Grande do Sul, de fundos documentais que remetem ao nacional e à região platina. Pela sua abrangência de acervo, pela importância e riqueza da documentação sob suas guardas, é de função pública, cuja responsabilidade social depende da UPF sim, mas também de toda a comunidade. Prezando o que conquistou, mas temos ainda muito a executar, preferencialmente em parceria com entidades públicas e privadas de atuação afim com as ações do PPGH em prol da guarda documental.

Nessa perspectiva, é importante destacar que toda e qualquer ação em prol dos espaços e ações arquivísticas deve derivar das premissas da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão que marcam a atuação das Instituições de Ensino Superior, assim como os princípios da responsabilidade social e, cada vez mais, a curricularização da extensão, articulando às políticas institucionais do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação (PPC) e das premissas acerca da cidadania cultural, do acesso à informação, da gestão de acervos e da produção de conhecimento correlatas.

Para não finalizar, retomando as reflexões introdutórias, o que orienta as ações do PPGH/UPF, com relação aos espaços e ações arquivísticas é a concepção de que eles são espaços de múltiplas vivências, pretéritas e atuais e de que seu acervo documental é patrimônio histórico e cultural. O desafio a todos os que se aventuram nessa jornada é ressignificar o arquivo como espaço de guarda de memórias como espaço democrático e vivo e, acima de tudo, na operacionalização técnica e acadêmica da guarda de memórias, dando acesso à comunidade acadêmica e em geral.

Referências

- BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1988.
- BRASIL. *Lei número 8.159 de janeiro de 1991*. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial. Brasília, 9 janeiro 1991.
- CADIOU, François [et al.]. *Como se faz a História: historiografias, métodos e pesquisa*. Tradução de Giselle Unti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- MAESIMA, C. Noções de Arquivística e Organização de Arquivos Históricos. In: HAHN, Fábio André; MEZZOMO, Frank Antonio (Org.). *Nas malhas do poder: história, cultura e espaço social*. 1. ed. Campo Mourão: Editora Fecilcam, 2011. p. 163-174.
- TOMAZ, Paulo César. A Preservação do Patrimônio Cultural e sua Trajetória no Brasil. *Revista de História e Estudos Sociais*, v. 7, 2010.
- VIEIRA, Sebastiana Batista. *Técnicas de Arquivo e Controle de Documentos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Temas e Ideias, 2005.

Outras fontes consultadas

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. 2004. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf>.

NÚCLEO de Documentação Histórica e Jurídica: <http://www.upf.br/ppgh/ndhj>

NÚCLEO de Pré-História e Arqueologia do PPGH/UPF: <http://arqueologiaupf.wordpress.com/author/arqueologiaupf/>.

PLANO Estratégico do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo – APCN: <http://www.upf.br/ppgh/>.

PROJETO Institucional do Arquivo Histórico Regional/PPGH da Universidade de Passo Fundo: www.upf.br/ahr.

Acervo Benno Mentz

René E. Gertz¹

Na década de 1930, calculava-se que cerca de 20% da população gaúcha eram de descendência alemã. Na época, as assim chamadas “colônias” eram relativamente homogêneas do ponto de vista étnico, de forma que bastava somar os dados populacionais e descontar um pequeno percentual para chegar a números bastante aproximados. Hoje em dia, isso é praticamente impossível, pois os deslocamentos geográficos, “misturando”, fisicamente, habitantes das mais diferentes origens num mesmo lugar, mais a miscigenação genética dificultam exercícios de soma – ao menos para o conjunto do estado. Mesmo assim, as marcas culturais e genéticas da presença “alemã” são evidentes em muitas regiões, sobretudo na “metade norte”. E nelas, muitas vezes, se cultiva uma memória das origens, portanto do passado dessa gente.

A memória, em tese, não necessita de fontes documentais – ela vive da transmissão oral de informações de geração a geração. A identidade gerada por esse processo de transmissão de informações, essa “cultura historiográfica”, porém, corre o risco de ser unilateral, inclusive claramente inverídica, motivo pelo qual é muito saudável que também se façam pesquisas históricas em outras fontes, afora a “tradição oral”.

Apesar das críticas que lhe costumam ser feitas, a exigência de Leopold von Ranke de que cabe tentar escrever a História “tal como ela realmente aconteceu” continua valendo. “Invenções”, “estórias” podem ser úteis para o fomento da identidade e da autoestima, para “cimentar” a unidade

¹ Professor na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Eduardo Kersting, com graduação e mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, teve uma participação significativa, por algum tempo, na organização do acervo de que trata este texto. Como tal, escreveu – além do texto citado nas referências bibliográficas (KERSTING, 2004) – alguns inéditos sobre o assunto. Vali-me desse material, em algumas passagens, praticamente transcrevendo-os, de forma que ele é, de fato, em alguma medida, coautor deste artigo. Para quem estiver interessado em detalhes, os trabalhos de Rosângela Cristina Ribeiro Ramos (2014; 2015a; 2015b), também citados nas referências bibliográficas, são fundamentais.

de uma sociedade, mas também podem gerar perigos, justamente porque, com frequência, não são nada mais do que mitos.

E é por isso que a preservação e o acesso a acervos documentais ganham importância. Nesse sentido, naquilo que tange à história da imigração e da colonização com alemães e descendentes no Rio Grande do Sul, merecem destaque os materiais guardados por instituições de Ensino Superior, como UNISINOS, UNISC, UNIJUI, UPF. Além delas, o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo possui fontes da maior importância para a pesquisa sobre essa história. Não desprezível, nesse mesmo sentido, é também a Associação Theodor Amstad, em Nova Petrópolis, e um grande número de acervos de outras instituições menores e de pessoas físicas.

Aqui será referido outro acervo documental bastante importante para o estudo da história da imigração e da colonização alemã – o Acervo Benno Mentz (ABM). A narrativa a ser apresentada tentará dar alguns detalhes sobre sua constituição, as peripécias por que passou – incluindo perigos de perda –, os materiais que possui, para terminar com algumas informações sobre seu conteúdo e, no final, brevíssimas “instruções de uso”. Narrar a história da constituição de um acervo e dos problemas que enfrentou é importante, porque, da mesma forma que temos acervos dos quais podemos falar e nos quais podemos pesquisar, há outros que nunca se constituíram ou que já existiram, mas desapareceram. Uma publicação como esta não pode deixar de refletir sobre a história do material que está tentando apresentar e divulgar.

Frederico Mentz foi um importante empresário nos ramos comercial e industrial, além de proprietário de terras e imóveis urbanos. Foi um dos agentes da transformação da economia baseada na produção agrícola, proveniente da região de colonização germânica do estado, em economia industrial e financeira na virada do século XIX para o século XX. Nascido em Hamburgo Velho, a 15 de maio de 1867, e falecido em Porto Alegre, a 13 de agosto de 1931, era filho de Christoph Mentz e Anna Maria Rech e casou-se, em 1893, na localidade de São Sebastião do Caí, com Catharina Trein, com quem teve nove filhos, entre eles Benno Frederico Mentz.

Ligado a famílias que marcaram a industrialização do Rio Grande do Sul, como Trein, Oderich, Ritter e Renner, Frederico Mentz iniciou sua carreira em São Sebastião do Caí, vindo a se estabelecer em Porto Alegre em 1909, onde deu continuidade a seus negócios nos mais variados ramos: comércio de secos e molhados, fábrica de banha, companhia de navegação, casas bancárias, firmas de urbanização, entre outras empresas, das quais a

mais importante foi a Frederico Mentz & Cia. Foi a documentação dessa firma que deu início ao patrimônio do Acervo Benno Mentz.

Segundo filho de Frederico Mentz e Catharina Trein, Benno Frederico Mentz nasceu em 12 de fevereiro de 1896, em São Sebastião do Caí, e faleceu em 31 de julho de 1954, em Essen, na Alemanha. Iniciou seus estudos naquilo que é hoje o Colégio Farrroupilha em Porto Alegre. Em 1919, partiu em viagem de estudos pelos Estados Unidos e pela Europa, retornando em 1921, quando assumiu a chefia do escritório da firma Frederico Mentz & Cia., tornando-se procurador-geral dos negócios do pai.

Interessado, inicialmente, na genealogia das famílias alemãs e na história da imigração e colonização germânica, percorreu, entre 1923 e 1924, vários municípios do Rio Grande do Sul para angariar fundos para a construção de monumentos alusivos em São Leopoldo e Novo Hamburgo, no contexto dos festejos em torno do primeiro centenário da referida imigração no estado.

Com a documentação que então reuniu sobre ela, somada aos arquivos particulares da família, procurou, de início, criar um museu, depois uma fundação com o nome do pai e por fim um instituto que agregasse o patrimônio reunido em muitos anos de busca – incluindo a compra: a Sociedade Beneficente e Genealógica Frederico Mentz, que hoje constitui o Acervo Benno Mentz.

Na década de 1940, por duas vezes tal patrimônio correu riscos de se perder. Na primeira ocasião, uma parte do material foi danificada na famigerada enchente de 1941 em Porto Alegre, quando se achava depositado nas dependências da firma da família. Na segunda ocasião, em razão de denúncias anônimas, junto às autoridades policiais, de que tal acervo contivesse material secreto nazista, foi necessária uma constante mudança de local da coleção histórica, tendo essa operação, apesar de prejuízos para a conservação, tido o mérito de ter conseguido evitar que o material fosse apreendido pela polícia e, assim, não teve o conhecido destino de outros documentos desse tipo durante o período.

A constituição das coleções históricas, genealógicas, literárias, jornalísticas e iconográficas deve muito à biografia de Benno Mentz, tanto pela sua formação de comerciante e industrial como pelos seus horizontes culturais. Após sua morte – que ocorreu durante uma viagem à Europa, onde colheria documentos históricos relativos à história do Rio Grande do Sul –, criou-se o Instituto Benno Mentz, que reuniu todo o patrimônio até então acumulado. Durante vários anos ainda, houve intensa atividade nesse insti-

tuto, registrando-se a presença de muitos integrantes daquilo que se pode chamar de elite intelectual de Porto Alegre. As atividades foram encerradas na década de 1960, com o ABM sendo fechado e o material armazenado, sem cuidados especiais, até o final da década de 1980.

Dentro das tramitações para a dissolução das empresas da família Mentz, o Acervo entrou no processo de inventário, acabando, inclusive, com parcelas dele vendidas para terceiros. Nesse sentido, chama atenção um documento público de registro em cartório atestando que, em determinado momento, o conhecido colecionador de documentação histórica Júlio Petersen foi proprietário de um terço.²

Mesmo desconhecendo-se detalhes dessa história, o advogado e procurador do estado Raul de Oliveira Santos acabou se tornando proprietário exclusivo e, em 1988, cedeu o material para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul através de um contrato de comodato com a finalidade de sua reorganização e disponibilização para pesquisadores e para o público em geral – já que nos cerca de 20 anos em que o Acervo ficara fechado sofrera as imagináveis deteriorações normais, quando as fichas de catalogação, por exemplo, haviam se deteriorado ou tinham desaparecido e o material, em termos de limpeza, estava imundo – isso sem falar nos indícios de desaparecimento de alguns objetos e documentos.

Mas no início da década de 1990, ele já estava novamente disponível para consulta. Marionilde Dias Brepohl de Magalhães foi a primeira pesquisadora acadêmica que buscou ali parte significativa das fontes para sua tese de doutorado, defendida na UNICAMP em 1993 (MAGALHÃES, 1998) – mesmo que ela ainda tivesse de fazer as leituras e suas anotações sobre uma pequena mesa colocada no corredor. Desde então, muitas pesquisas foram realizadas, resultando em significativa produção, que enriquece a historiografia não só brasileira, mas até internacional – como resultados mais recentes de pesquisas que fizeram uso amplo das fontes do ABM podem ser citadas as teses de doutorado de Frederik Schulze (2014) e Glen Goodman (2015), defendidas, respectivamente, na Universidade Livre de Berlim e na Emory University (EUA).

O Acervo permaneceu por 20 anos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Além das duas situações já relatadas em que poderia ter

² O acervo de Petersen foi adquirido pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e está abrigado no sexto andar da Biblioteca Central da instituição.

desaparecido, enfrentou, nessa nova fase, mais duas situações de grande perigo. Quando estava mais ou menos reorganizado, foi abrigado na biblioteca setorial de Ciências Humanas. Um incêndio nessa biblioteca num sábado à tarde chegou ao ponto em que as paredes-divisórias que delimitavam o espaço destinado a ele já estavam queimando quando os bombeiros chegaram. A água por eles jogada molhou parte não desprezível dos documentos. Felizmente, as perdas foram muito pequenas. Situação mais problemática apresentou-se alguns anos mais tarde – então abrigado no Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA/UFRGS). Em determinado final de semana, rompeu-se um cano de bebedouro do andar de cima e a água infiltrou-se na chapa de concreto permeável, de forma que, por dois dias, foi pingando sobre o Acervo, umedecendo-o por completo.

Considerando que estamos tratando de acervos documentais, que podem vir a enfrentar situações iguais ou semelhantes, convém relatar o procedimento adotado para o salvamento. Todo o material molhado foi levado para salas com ar-condicionado e submetido a refrigeração durante semanas (para evitar o aparecimento de fungos). Como essa situação ocorreu no mês de janeiro, período em que se estava passando por uma grande seca no Rio Grande do Sul, motivo pelo qual a umidade do ar era muito baixa, os documentos molhados eram trazidos, em pequenos lotes, para salas bem arejadas e constantemente “folheados” para secar. Alguns prejuízos foram óbvios, como capas de livros vergadas, mas, no conjunto, mais uma vez, os estragos foram relativamente pequenos.

Em 2009, a família de Raul de Oliveira Santos – o qual havia falecido na década de 1990 – assinou um contrato de comodato com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, para onde o ABM então foi levado e abrigado no Espaço de Documentação e Memória Cultural – DELFOS, situado no sétimo andar da Biblioteca Central.

* * *

Feita essa rápida descrição sobre a constituição e a história daquilo que hoje se chama Acervo Benno Mentz, cabe apresentar e fazer alguns comentários sobre seu conteúdo, sobre as fontes que um pesquisador pode encontrar ali. Como já ficou claro, trata-se de um acervo com fontes relativas ao processo de imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul, ainda que possua também algum material relativo a outros estados brasileiros e até ao exterior – como Argentina e Chile (nesse caso, são almanaques

de lá) – e ainda alguma pouca coisa sobre italianos mais poloneses e seus descendentes no Brasil.

Quem ler algum folheto editado pela então Sociedade Beneficente e Genealógica Frederico Mentz, na década de 1950, e mesmo depois pelo Instituto Benno Mentz, na década de 1960, encontrará repetidas referências a seu “fichário genealógico”. Para o idealizador e para muitos de seus colaboradores da época, essa era uma fonte de suma importância. Certamente não é para a maioria dos pesquisadores acadêmicos de hoje. Segundo informações nos próprios folhetos daquele tempo, essas fichas contêm dados sobre cerca de 25.000 famílias sul-rio-grandenses, e sua utilidade para alguns tipos de pesquisa histórica é inegável até hoje. Aquilo que ali se encontra é o nome do cabeça de família, data e local de nascimento, filiação, confissão religiosa, nome e dados sobre o cônjuge, nomes de filhos e netos.

A abrangência desse levantamento, porém, é limitada, pois seletiva, na perspectiva socioeconômica e cultural – apesar de terem sido distribuídas fichas pelo estado para preenchimento pelos próprios indivíduos ou pelas famílias, a maioria das fichas realmente existentes foi preenchida a partir da leitura de anúncios fúnebres ou de casamento publicados nos jornais. Isso significa que o levantamento atingiu somente aqueles indivíduos e aquelas famílias que tinham um nível econômico para pagar esse tipo de publicação. Da mesma forma, pode-se partir do pressuposto de que as fichas distribuídas só foram preenchidas por aqueles que tinham determinado nível cultural – com que esse fichário certamente apresenta certo caráter “seletivo” e não representa o conjunto da população.

Para um pesquisador de hoje em dia, algumas outras fontes do Acervo Benno Mentz parecem bem mais interessantes. E entre elas está, sem dúvida, a imprensa de língua alemã (almanaques, jornais, revistas). Antes de apresentar algumas informações sobre essas fontes, cabem algumas palavras em relação aos jornais, em especial àqueles que se pode denominar de jornais “políticos” – com esse adjetivo não se pretende designar exclusivamente jornais ligados a partidos ou grupos políticos (como foram, por exemplo, *A Reforma*, ligada ao Partido Liberal do império, ou *A Federação*, ligada ao Partido Republicano Riograndense, mas sim todos os jornais “normais”, cujo conteúdo se caracterizava por conter notícias sobre temas político-administrativos, econômicos, sociais, culturais, esportivos; nesse sentido, o *Correio do Povo* foi um jornal “político”, mesmo que se tenha apresentado como expressamente “apolítico”).

Na linguagem da época, e até entre historiadores profissionais atuais, encontra-se, com alguma frequência, a designação de “imprensa estrangeira” para os jornais aqui publicados em alemão. Essa designação, no entanto, pode dar origem a pressupostos falsos, porque, folheando esses jornais, constata-se que na sua forma e no seu conteúdo não se distinguem em nada de seus equivalentes em língua portuguesa – lá está a primeira página com notícias internacionais (muitas vezes, buscadas em ligação direta com agências noticiosas europeias), notícias sobre o cotidiano político-administrativo da União, do Rio Grande do Sul e da região ou do município, sobre economia, há uma “página policial”, notas sobre atividades culturais e esportivas.

Antes de falar da importância das informações ali contidas para historiadores dos mais diferentes temas – não só atinentes à “colônia alemã” –, quero dar um exemplo concreto, específico de história política brasileira e gaúcha que o senso comum, muitas vezes, pressupõe ausente nesse tipo de imprensa. Por ocasião das comemorações do centenário da Revolução Federalista (1893-1895), resolvi recorrer ao então recém-reaberto Acervo Benno Mentz para buscar fontes sobre a forma em que a “colônia alemã” foi afetada por ela. Apesar de não ter produzido nenhuma obra maior sobre o tema, os poucos artigos que publiquei a respeito tiveram o mérito de refutar a tendência historiográfica dominante de que a “colônia” teve pouco a ver com esse conflito – pelo contrário, ela foi afetada e envolveu-se de forma bastante profunda.³

Mas não é esse o aspecto que aqui mais interessa. Pude constatar que o noticiário sobre a revolução foi bastante extenso, às vezes com informações em fontes próprias, como correspondências ou contatos verbais com cidadãos do interior, incluindo editoriais a respeito que refletiam a opinião dos editores. Mas sobretudo foi interessante constatar que esses jornais – provavelmente por estarem redigidos em língua estrangeira – aparentemente se subtraíam à censura, com frequência imposta aos jornais de língua portuguesa.

Esse fato, inclusive, está verbalizado em alguns textos. Foi possível encontrar comentários sobre aquilo que fora noticiado em jornais de língua portuguesa, acompanhados da observação de que não era verdadeiro, con-

³ Cf. GERTZ, 1995a; GERTZ, 1995b. No segundo texto estão arroladas 57 fontes, das quais 34 estão no Acervo Benno Mentz, ainda que, nos dois casos, se tenha recorrido mais a almanaques que a jornais, pois o tema não é a revolução em si, e sim a memória sobre ela.

trapondo aquilo que teria efetivamente acontecido. O resultado dessa constatação é que esses jornais constituem fonte importante não só para quem quer estudar a história política das regiões de colonização alemã, mas também do país como um todo, do estado e dos municípios.

Da mesma forma que, para a história política, os citados jornais também constituem fonte importante para qualquer outro ramo ou aspecto da história gaúcha. Está consagrado na historiografia o fato de que nos primórdios do processo de industrialização regional empreendedores alemães e descendentes exerceram papel fundamental (GERTZ, 2014). E uma consulta aos jornais evidencia espaço significativo dedicado a empresas dessa área. Se a pecuária bovina caracterizou a “metade sul” do estado, a policultura, baseada na pequena propriedade, foi marcante para a região “colonial”, com uma série de derivativos, dos quais aqui seja referido unicamente o intenso movimento cooperativista que marca a história regional, abrangendo até o sistema bancário.⁴ A medicina tradicional e alternativa (homeopatia) teve muito a ver com alemães e descendentes – não é por acaso que um dos mais conhecidos hospitais do estado até hoje tenha se chamado “Hospital Alemão”, quando foi fundado em 1927.⁵ Esportes, que vão desde o futebol⁶, passando pela ginástica, para chegar a várias outras modalidades – como o remo –, tiveram sua origem ou um lugar de prática intensiva nas “colônias alemãs”. A presença de alemães e descendentes na engenharia e na arquitetura gaúcha não pode ser esquecida, com nomes como Rodolfo Ahrons e Theodor Wiedespahn. O mesmo vale para música/canto e outras manifestações culturais. O sistema escolar e seus derivados (formação de professores, elaboração de material didático) são outro campo em que a “colônia” teve atuação marcante, com efeitos que sobrevivem até hoje.

Tudo isso – e muito mais – faz parte da história do Rio Grande do Sul e pode ser estudado a partir de informações contidas nos grandes jornais “políticos” de língua alemã. Além desses jornais, existiu uma série de periódicos de grupos econômicos, profissionais, educacionais, religiosos, esportivos, esotéricos, que trazem informações mais específicas sobre o grupo que os editou e, assim, constituem outra fonte importante para escrever a história desse estado.

⁴ Estou pensando, concretamente, no sistema SICREDI daí derivado, cuja presença no campo financeiro de nossos dias é evidente.

⁵ Hoje, Hospital Moinhos de Vento, em Porto Alegre.

Em termos cronológicos, os grandes jornais “políticos” de língua alemã existentes no ABM cobrem cerca de 80 anos de história gaúcha.⁷ Trata-se, sobretudo, de jornais de Porto Alegre, destacando-se a *Deutsche Zeitung*, iniciada em 1861 e que sobreviveu até 1917; em 1881, seguiu a *Koseritz’ Deutsche Zeitung*, rebatizada para *Neue Deutsche Zeitung* em 1906, fechada em 1941 como decorrência das leis de “nacionalização”, aplicadas a toda a imprensa de língua estrangeira no país. Além desses títulos abrangendo todo o período referido, há alguns períodos do *Deutsches Volksblatt*⁸ e de alguns jornais menores.

Mesmo que após a Segunda Guerra Mundial tenham ressurgido alguns jornais menores, nenhum dos grandes órgãos existentes até 1941 reapareceu – ao menos em língua alemã. Há casos em que a continuidade se deu através de versões em português – ilustrativamente, pode-se citar a *Gazeta do Sul*, de Santa Cruz do Sul, e o *Correio Serrano*, de Ijuí, dos quais há exemplares de alguns períodos no ABM.⁹ Em língua alemã, há apenas dois títulos publicados em São Paulo: *Brasil-Post* e *Deutsche Nachrichten*, os quais não são de todo inúteis para pesquisadores da história rio-grandense, pois trazem notícias sobre o estado.¹⁰

Além dos jornais, uma das coleções de maior importância são os almanaques. Obviamente, não temos dados sobre a repercussão, seja dos jornais, seja dos almanaques, mas em termos numéricos esses últimos estavam muito mais difundidos, pois um deles, o *Kalender für die Deutschen in Brasilien* [Almanaque para os alemães no Brasil], o popular *Rotermund-Kalender*, editado pela firma Rotermund, de São Leopoldo, vendia 30.000 exemplares por ano nas décadas de 1920/30.¹¹ A maioria dos grandes jornais, em tese, editava seu almanaque referente a cada ano civil. Além de algumas poucas tentativas anteriores, a *Deutsche Zeitung* começou a publicar o seu em 1874,

⁶ Tendo em vista certa imprecisão consolidada no senso comum, convém destacar que o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense nunca foi uma agremiação “alemã”, mas sim de “estrangeiros” em geral, entre os quais a presença alemã não era desprezível, mas o time “alemão” do início do século XX em Porto Alegre foi a Fussball Mannschaft Frisch Auf.

⁷ Apesar de existirem algumas lacunas, as coleções estão bastante completas (com pequena interrupção durante a Primeira Guerra Mundial).

⁸ A UNISINOS possui uma coleção bem mais completa desse jornal.

⁹ Dos principais jornais “políticos” do interior do estado, a UNISC abriga *Kolonie*, de Santa Cruz do Sul, a UNIJUI a *Serra-Post*, de Ijuí, e a UNISINOS *Deutsche Post*, de São Leopoldo.

¹⁰ No total, estão catalogados os títulos de 34 coleções.

¹¹ Claro, ele era distribuído para todo o Brasil, não só para o Rio Grande do Sul. Mesmo assim, o número é impressionante.

o qual, abstraindo da interrupção por dois anos durante a Primeira Guerra Mundial, sobreviveu até o final da década de 1930.

Na comparação com os jornais, o catálogo de almanaques do ABM registra muito mais títulos – 93 ao todo –, porque, nesse caso, também abriga vários deles editados pelo interior do estado (para exemplificar, o *Serra-Post Kalender*, editado em Ijuí pelo jornal de quem herdou o nome); além disso, há variadas entidades que publicavam seu almanaque: associações de diversos tipos (a Associação de Caixeiros Viajantes teve um muito útil para pesquisadores, que no próprio título pretendia mostrar sua importância para historiadores¹²), igrejas, etc.

O conteúdo dos almanaques é bastante diferente do dos jornais, a começar pelo fato de que tinha um caráter muito mais “literário” do que esses. Mesmo que os grandes jornais publicassem invariavelmente seu folhetim, isto é, o “capítulo” de uma história em geral ficcional em cada edição, é nos almanaques que apareciam histórias transcritas de autores alemães, mas também poesias, contos, memórias de autores autóctones.¹³ Além desse tipo de matérias, eles contêm apreciações sobre a conjuntura anual no mundo, no país e no estado, reportagens de maior fôlego sobre tudo aquilo que podia ser lido nos jornais (política, economia, sociedade, esportes, literatura, medicina, arquitetura) – isso sem falar nas informações mais específicas sobre algumas entidades e sobre as ideias e concepções nelas reinantes, quando se trata de um almanaque por elas publicado, como as igrejas, por exemplo.

Além dos jornais e dos almanaques, o ABM ainda possui uma grande coleção de revistas e livros – são mais de 1.100 títulos. É verdade que, em termos de revistas, não se tem nada equivalente aos periódicos semanais de hoje em dia. Em geral, trata-se de revistas com temática específica de entidades, sejam esportivas, culturais, educacionais, econômicas.

Mas o ABM também possui documentação tipicamente “arquivística”, isto é, documentação manuscrita (ou não) – mas não impressa em série –, abrangendo desde livros-caixa de casas comerciais, arquivos de empresas, de bancos, de comunidades religiosas, de escolas, de sociedades recreativas e culturais, de personalidades, dentre os quais aqueles referentes à própria família Mentz. Esse é o material que até agora foi menos explora-

¹² *Musterreiter's neuer historischer Kalender* – Novo almanaque histórico do caixeiro-viajante.

¹³ Meu citado texto sobre a memória referente à Revolução Federalista (GERTZ, 1995a) é um típico produto de relatos publicados em almanaques.

do por historiadores. Uma das exceções é a tese de doutorado em História de Haike Roselane Kleber da Silva sobre J. A. Friederichs, defendida na UFRGS em 2005, em grande parte baseada no arquivo pessoal desse importante empresário do setor marmorista e líder da “colônia alemã” de Porto Alegre (SILVA, 2006).

Além do material até aqui citado, o ABM ainda abriga outros tipos de fontes. Cabe citar, em primeiro lugar, um relativamente grande acervo fotográfico. Infelizmente, a maioria das fotografias não está identificada, de forma que seu aproveitamento é relativo. Mas há também mapas e plantas (em parte resultantes dos empreendimentos imobiliários das empresas ligadas aos Mentz), discos, filmes (com paisagens e peças de teatro filmadas), quadros.

* * *

Como já foi destacado, o Acervo Benno Mentz encontra-se atualmente [2016] depositado no Espaço de Documentação e Memória Cultural – DELFOS, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.¹⁴ Ele está aberto para pesquisadores acadêmicos ou não, mas, para evitar problemas no atendimento, é necessário agendar previamente a primeira visita. O material pesquisado pode ser fotografado, eventualmente escaneado, mas não é permitido fazer xerox. Cabe destacar que o ABM não é um centro de pesquisa que pudesse fornecer dados já pesquisados nem pode fazer pesquisas a pedido. Além disso, convém enfatizar que a maioria das fontes está em língua alemã, não havendo pessoal especializado para fazer traduções, de forma que a responsabilidade pela pesquisa recai exclusivamente sobre o pesquisador.

Referências

GERTZ, René E. A memória da guerra civil de 1893 nas regiões de colonização alemã. In: RAMBO, Arthur Blásio; FÉLIX, Loiva Otero (Orgs.). *A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. São Leopoldo/Porto Alegre: Editora UNISINOS/Editora da Universidade-UFRGS, 1995a. p. 97-113.

GERTZ, René E. Bibliografia sobre a Revolução Federalista nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul. In: RAMBO, Arthur Blásio; FÉLIX, Loiva

¹⁴ <http://www.pucrs.br/delfos/>.

Otero (Orgs.). *A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. São Leopoldo/Porto Alegre: Editora UNISINOS/Editora da Universidade/UFRGS, 1995b. p. 115-123.

GERTZ, René E. Imigração e empreendedorismo industrial no Rio Grande do Sul. In: FAY, Claudia Musa; RUGGIERO, Antonio de (Orgs.). *Imigrantes empreendedores na história do Brasil: estudos de caso*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 157-170.

GOODMAN, Glen S. *From “German danger” to German-Brazilian President: immigration, ethnicity, and the making of Brazilian identities, 1924-1974*. Tese (Doutorado em História) – Emory University, Atlanta, Estados Unidos, 2015.

KERSTING, Eduardo. A Imprensa em língua alemã no Acervo Benno Mentz. In: DREHER, Martin N. (Org.). *Imigração & imprensa*. Porto Alegre: EST, 2004. p. 157-162.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1998.

RAMOS, Rosangela Cristina Ribeiro. “Outra pessoa a quem devo muito foi o meu saudoso concunhado Frederico Mentz”: relações de amizade e parentesco como possibilidades de empreendedorismo para alguns teuto-brasileiros do Rio Grande do Sul. In: RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz; ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (Orgs.). *Festas, comemorações e lembranças na imigração*. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 1646-1657.

RAMOS, Rosangela Cristina Ribeiro. *Benno Mentz: um acervo, uma trajetória, múltiplas fontes e suas possibilidades*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015a.

RAMOS, Rosangela Cristina Ribeiro. Breve histórico do Acervo Benno Mentz: considerações sobre sua trajetória desde o século XIX. Florianópolis: XVIII Simpósio Nacional de História/ANPUH, 2015b. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439825902_ARQUIVO_anpuh2015.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2016.

SCHULZE, Frederik. *Auswanderung und gescheiterte Kolonialdiskurse: Deutschtum in Südbrasilien (1824-1941)*. Tese (Doutorado em História) – Freie Universität Berlin/Alemanha, 2014.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão: a história de uma liderança étnica (1868-1950)*. São Leopoldo: Oikos, 2006.

A trajetória dos papéis da direita do Rio Grande do Sul: de associação cívico-cultural minuano a acervo AIB/PRP (DELFOS/PUCRS)¹

Leandro Pereira Gonçalves²

Na década de 1970, se alguém chegasse a algum centro investigativo e dissesse que era um pesquisador do integralismo, sem dúvida seria visto com um ar de desconfiança, principalmente por ser um momento em que o historiador tinha uma preocupação exaustiva com a História Social e Econômica. Não havia um olhar para a História Política, além do fato de estudar um pensamento voltado para a direita, que não era comum, uma vez que o Brasil vivia uma fase ditatorial de cunho direitista. Estudar o integralismo é algo relativamente novo, mas que possui uma origem investigativa peculiar.

Ao falar do integralismo, pensa-se, inicialmente, em relações de práticas autoritárias e ditatoriais com atrelamentos fascistas. No entanto, é possível identificar diversas outras questões nesse movimento, que pode ser considerado um dos grandes objetos de estudo da política do século XX, principalmente pelo forte crescimento nos anos de 1930, através da Ação Integralista Brasileira (AIB). A continuidade da militância em um momento em que tal prática não era comum, após a Segunda Guerra Mundial com o Partido de Representação Popular (PRP), é algo que merece atenção,

¹ Agradeço aos professores René Gertz, Gilberto Calil e Vinícius Liebel pela leitura prévia deste texto.

² Professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGH/PUCRS) e docente do curso de graduação em História. É responsável pelo Acervo Documental Ação Integralista Brasileira/Partido de Representação Popular – Espaço de Documentação e Memória Cultural da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (AIB/PRP-DELFOS-PUCRS). É pós-doutor pela Universidad Nacional de Córdoba (Centro de Estudios Avanzados/Argentina), doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) com estágio (*Junior Visiting Fellow*) no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) e coordenador da Rede de Investigação *Direitas, História e Memória*. E-mail: leandro.goncalves@puers.br

pois teve a capacidade de sobreviver na política por duas décadas. A continuidade da política integralista no período do pós-guerra encontra explicações em uma mudança doutrinária estabelecida pelo líder do movimento, Plínio Salgado, no período de 1939 a 1946, período em que ficou exilado em Portugal. Com a dissolução do PRP, pensou-se que determinadas fontes políticas seriam extintas, mas a presença de um governo ditatorial no Brasil e a manutenção dos componentes nacionalistas de cunho autoritário permaneceram, influenciando, assim, o surgimento dos denominados *neo-integralistas*, o que vem provar ao cidadão do século XXI que a semente da intolerância ainda está presente em nosso meio.

O integralismo não era visto como algo histórico, o que é estranho, pois, em plena década de 1970, quase 40 anos após a fundação da AIB, os pesquisadores não visualizavam o tema como algo de importância para compreender o desenvolvimento político do século XX. Assim, tal função ficou a cargo das Ciências Sociais, que até hoje são referências para qualquer investigador do tema. Não há pesquisador que não tenha esbarrado em nomes como Héliogio Trindade (1979), José Chasin (1999), Gilberto Felisberto Vasconcellos (1979) ou Marilena Chauí (1985). A quadriade passou a ser ponto de referência essencial para o estudo do movimento integralista, influenciando de forma direta os estudos, mas estando esses ainda contidos nas Ciências Sociais e na Filosofia. Somente em meados da década de 1980, o integralismo passou a ser analisado, de forma tímida, dentro da academia histórica, entretanto, com o início do novo século, somente nos seis primeiros anos, 283 pesquisas foram realizadas sobre o tema, um número superior ao somatório das produções das décadas de 1980 e 1990.³

Não há dúvidas de que um dos principais elementos de contribuição para o desenvolvimento das pesquisas acadêmicas está justamente na abertura e ampliação dos acervos documentais, proporcionando ao historiador novas fontes de pesquisa e, conseqüentemente, de estudo. Em 1985, o município de Rio Claro, no interior de São Paulo, recebeu a doação de todos os documentos pessoais e políticos das mãos da viúva de Plínio Salgado, Carmela Patti Salgado, e assim construiu o Fundo Plínio Salgado no Arquivo Público e Histórico de Rio Claro (APHRC/FPS).

Ao lado desse arquivo está o Acervo Documental Ação Integralista Brasileira/Partido de Representação Popular – Espaço de Documentação

³ Contabilidade realizada até o ano de 2007 (BERTONHA, 2010).

e Memória Cultural da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (AIB/PRP-DELFOS-PUCRS), fundo constituído em Porto Alegre e que contém uma imensa quantidade de documentos sobre a história do integralismo, sendo oriundos do Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular (CD-AIB/PRP). Esse representa

[...] um dos dois mais relevantes centros de documentação sobre a temática no país. Juntamente com o Acervo Plínio Salgado, depositado no Arquivo Municipal de Rio Claro-SP, o CD AIB-PRP congrega a maior documentação referente à trajetória do integralismo pré e pós-Segunda Guerra (CHRISTOFOLETTI, 2010a, p. 365).

A totalidade dos acervos constitui um somatório de aproximadamente 100 mil documentos partidários tanto do período da AIB como do PRP e do período ditatorial. No caso do AIB/PRP-DELFOS-PUCRS, esse atravessa para o período democrático. A documentação depositada no DELFOS, instalado na Biblioteca Central da PUCRS, remonta ao ano de 2010, quando a PUCRS recebeu a doação da Associação Cívico-Cultural Minuano (ACCM) e do CD-AIB/PRP, “livros, fotografias, documentação partidária, atas, correspondência, folhetos, panfletos, fichas, catálogos, notas, apontamentos, recortes, revistas, jornais, manuscritos e demais documentos, bem como objetos tridimensionais” (CONTRATO..., 2009, p. 1).

A origem da reunião da documentação é datada em 15 de setembro de 1957, quando “integrantes do Partido de Representação Popular (PRP) criaram a Associação Cívico-Cultural Minuano” (GERTZ, 2015, p. 9). Com sede em Porto Alegre, a associação passava a ter como um de seus propósitos abrigar a documentação simbólica do integralismo e de diversas correntes partidárias ligadas ao movimento.

O integralismo, base originária da documentação, teve a sua gênese a partir da AIB, que foi criada oficialmente no dia 7 de outubro de 1932 na cidade de São Paulo, estabelecendo-se como um grupo político que tinha como propósito a formação de um grande movimento nacional. A partir de então, logrou intenso e rápido crescimento, ascendente até a decretação do Estado Novo brasileiro em novembro de 1937.

Através desse movimento político ficou conhecido Plínio Salgado, líder do grupo que se apresentava como um movimento de despertar da nação. O integralismo, por meio de um forte discurso com uma sólida base cristã, canalizava para a ação política as angústias e os temores dos setores médios, constituindo-se como instrumento de sua incorporação ao proces-

so político. A AIB pode ser considerada o “mais bem-sucedido dos movimentos fascistas latino-americanos” (PINTO, 1994, p. 143). O integralismo não chegou ao fim com sua extinção, pois ações políticas continuaram no período da ilegalidade, tanto no Brasil como no exílio do líder Plínio Salgado, que rearticulou em 1945 um novo projeto em torno do Partido de Representação Popular (PRP), uma nova roupagem política do integralismo na democracia brasileira, sendo o espiritualismo elemento fundamental para o projeto (GONÇALVES, 2012).

Com o regresso de Plínio Salgado e a elevação a presidente do PRP, a situação política voltava à cena. O partido foi fundado quando ainda estava no exílio em setembro de 1945, e rapidamente relações políticas foram estabelecidas como apoio à candidatura do general Eurico Gaspar Dutra. Posteriormente, Plínio Salgado colocou o partido ao lado da UDN na candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes em 1950.⁴ Nesse contexto, o PRP iniciou a entrada no legislativo e, com a consolidação partidária, a busca de aspirações nos executivos federal e estadual (CALIL, 2010, p. 83).

Com um tímido crescimento em comparação a outros partidos políticos (PSD, PTB e UDN), os integralistas iniciaram nos anos 1950 a fase da independência partidária e, no pleito de 1955, lançaram o eterno líder, Plínio Salgado, candidato à presidência da República, que obteve 714.379 votos, ou 8,3%, alcançando a maior votação da história integralista (CALIL, 2010). Após a eleição, marcada como fator determinante para o resultado do pleito, pois a diferença entre Juscelino Kubitschek e Juarez Távora foi de apenas 466.949 votos, Plínio iniciou um caminho político pelo legislativo, espaço em que viveu publicamente até a aposentadoria em 1974. No período, o integralista teve dois mandatos pelo PRP, 1959 a 1963, quando foi eleito pelo estado do Paraná, e 1963 a 1967, eleito por São Paulo. Após esse período, ingressou na Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e teve também dois mandatos: 1967 a 1971 e 1971 a 1974. Os demais partidários do PRP tiveram o mesmo destino de apoio ao regime militar, apesar da dificuldade, pois muitos filiados do PRP e líderes estaduais não aceitaram a migração, principalmente porque seriam minoritários no novo partido.

⁴ “À medida que a eleição presidencial se aproximava, o PRP se preparava para negociar seu apoio a um dos candidatos presidenciais em condições vantajosas. Um dos aspectos desta tática era a propagação da tese de que o partido tinha alcançado grande crescimento organizacional desde as eleições de 1947, motivo pelo qual atingiria uma votação que surpreenderia os demais partidos” (CALIL, 2010, p. 96).

Entretanto, a influência e o poder do Chefe fizeram com que, em âmbito nacional, a maior parte dos integralistas passasse a figurar na ARENA a partir de 1965, momento em que foi decretado o Ato Institucional número 2 (AI-2), extinguindo todos os partidos políticos (CALIL, 2010).

O integralismo era basicamente a imagem do Chefe. Assim, com sua morte em 1975, muitos defensores do movimento tentaram mantê-lo ativo com diversas ações, existentes até os dias atuais com os denominados neo-integralistas (BARBOSA, 2012; CALDEIRA NETO, 2011; CARNEIRO, 2007). Observa-se, portanto, que o objeto de pesquisa do acervo constituído com os documentos AIB/PRP-DELFOS-PUCRS não é algo restrito a um período cronológico ou mesmo a um grupo, pois, mesmo tendo como base central o integralismo, a documentação caminha por grande parte do século XX. Consequentemente, não há uma unidade focada em um ou outro partido, existindo, portanto, a possibilidade de investigação de elementos de grupos de ideologias opostas ao integralismo, como o comunismo, socialismo e trabalhismo, principalmente devido à origem da documentação no Rio Grande do Sul através da citada ACCM. Sendo assim, é evidente que a maior contribuição documental está centrada em propostas investigativas em torno de pesquisas sobre a direita brasileira.

A fundação da ACCM tinha como propósito central “realizar estudos que visem o desenvolvimento cultural, econômico da Nação, promovendo sempre que possível sua divulgação” (ESTATUTO..., 1985, p. 1). O objetivo era “transformar-se em algo como uma fundação ligada ao partido” (GERTZ, 2015, p. 9). Os filiados eram pertencentes ou simpatizantes do PRP, entretanto destaca-se que ela não era oficialmente vinculada ao PRP, apesar de defender a doutrina integralista de forma aberta, conforme se pode observar na documentação e, principalmente, com os participantes vinculados, como o associado benemérito Alberto Hoffmann, que pode ser considerado um dos principais nomes do PRP gaúcho, figura mais representativa da Associação e personagem central na composição da documentação que hoje está depositada no DELFOS/PUCRS.

Como político, Alberto Hoffmann foi eleito pela primeira vez em 1950 como deputado estadual, cargo que ocupou até 1955, sendo eleito mais duas outras vezes (1955-1959 e 1963-1967). Foi ainda eleito cinco vezes para o cargo de deputado federal, sendo uma pelo PRP (1959-1963), três pela ARENA (1967-1971, 1971-1975 e 1975-1979) e a última pelo partido sucessor dos militares, o Partido Democrático Social (PDS), entre 1979 e 1983. Assumiu ainda por um curto período o senado pelo Partido Pro-

gressista (PP) durante o governo Fernando Collor entre 1990 e 1991. Foi também secretário de Agricultura, secretário de Economia e secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul e ministro do Tribunal de Contas da União.

A trajetória de Hoffmann é um exemplo para verificarmos a continuidade e a força que há na trajetória dos envolvidos com o acervo e, principalmente, a riqueza que há nos aproximadamente 100 mil documentos. Sabe-se que, com a ditadura civil-militar de 1964 e, principalmente, com o AI2, muitos documentos partidários foram destruídos pelo DOPS, mesmo aqueles que eram a favor do golpe, entretanto a ACCM, por não ser o órgão oficial do PRP, conseguiu preservar “a documentação partidária, incluindo não só escritos formais, mas também livros, revistas, panfletos, cartazes, objetos simbólicos etc.” (GERTZ, 2015, p. 9). No caso em questão, o PRP do Rio Grande do Sul tinha sua documentação depositada integralmente na ACCM (por utilizar o mesmo espaço físico); por isso ela foi totalmente preservada.

O início cronológico da documentação não é datado pelo PRP ou pela fundação da Associação, pois, como parte dos militantes pertenceram à AIB, parte dos documentos do movimento dos anos 1930 foram levados e doados para a ACCM, fazendo com que exista uma riqueza única. Além disso, destaca-se que a documentação não é restrita à presença partidária no nível regional, pois o PRP gaúcho, por ter sido um dos mais relevantes do Brasil, possuía relações com diversas lideranças e grupos na esfera nacional.⁵

No fim do regime militar, a Associação era restrita a ações políticas de apoio ao regime com a intenção de buscar promover a eleição de integralistas pela ARENA. Com a morte de Plínio Salgado em 1975 surgiram alguns grupos com a tentativa de recriar o movimento através do *neointegralismo*, entretanto, como parte dos membros estava inserida no regime, como o próprio Alberto Hoffmann, as ações caminharam no sentido de conceder apoio à ditadura vigente. Assim, verifica-se que na década de 1980 alguns membros da Associação participaram de reuniões para debater sobre a fundação de um partido integralista no âmbito do pluripartidarismo, mas, como

⁵ São poucos os estudos sobre o PRP no Rio Grande do Sul. Além dos estudos de Gilberto Calil, que dedica suas reflexões sobre PRP em âmbito nacional e, conseqüentemente, trata de assuntos regionais, os principais estudos estão focados em: Cardoso (1999) – que gerou o livro *Processos eleitorais no Rio Grande do Sul: o PRP e a construção das alianças políticas de 1958 e 1962* (EDIPUCRS, 2015), Cardoso (2009) e Flach (2003). Demonstra-se com isso a lacuna historiográfica que há em relação ao integralismo no pós-guerra e, mais uma vez, a força documental que o Acervo pode propiciar.

não houve apoio estadual, os integrantes da ACCM não realizaram tal ação, mantendo a movimentação para grupos de outros estados brasileiros, como em São Paulo, onde o ex-militante do PRP Anésio Lara Campos Júnior movimentou, sem sucesso, atividades para a criação de um partido (BARBOSA, 2012; CALDEIRA NETO, 2011; CALIL; SILVA, 2000).

A década de 1990 foi crucial para a transformação do acesso aos documentos da ACCM. Nesse período, muitos integralistas aposentara da vida pública, como Hoffmann, além de ser um período com algumas mortes de membros filiados. Dessa forma, a ACCM foi transformada em um mero grupo recreativo com atividades sociais. Entre 1995 e 1996, no interior da Associação foi iniciado um debate com um grupo de historiadores gaúchos para a criação do CD-AIB/PRP. O objetivo estava na oxigenação do espaço e na busca da preservação documental. A missão de convencer os associados sobre a importância de criar um Centro de Documentação ficou nas mãos do historiador Mário Maestri Filho, que em 1996

[...] convenceu seu pai (militante do PRP e da Associação) de que esse material deveria ser preservado para pesquisa histórica. Dessas tratativas familiares, resultou um acordo que, além do citado Mário Maestri sênior, envolveu lideranças do extinto PRP e da Minuano, como Alberto Hoffmann, Antônio Pires, além de outros. Contando com a colaboração decisiva do historiador acadêmico Mário Maestri Filho, criou-se – ainda no citado ano – o Centro de Documentação AIB/PRP, entidade civil apartidária, registrada em cartório (GERTZ, 2015, p. 9-10).

Após a ação iniciada por Mário Maestri Filho, os então estudantes Gilberto Calil e Carla Luciana Silva, ao lado do professor doutor René Gertz, na época docente na UFRGS e PUCRS, foram convidados para desenvolver o projeto que tivesse como propósito receber as centenas de documentos, visando à organização, preservação e investigação. Dessa forma, em 28 de junho de 1996, foi criado o CD-AIB/PRP, entidade que funcionava nas dependências da ACCM, mas sem qualquer vínculo político com essa. Com a fundação do CD, teses, dissertações, projetos de iniciação científica e trabalhos acadêmicos das mais variadas origens passaram a ser desenvolvidos. Na ata de fundação, Antônio Candido Silva Pires, que foi eleito o primeiro presidente do CD,

[...] discorreu sobre a finalidade da Entidade proposta, que visa preservar a memória rio-grandense e brasileira, a partir da coleta, organização e sistematização de documentação que forneça informações sobre a Ação Integralista Brasileira (1932-1938 e o Partido de Representação Popular (1945-1966). Discorreu minuciosamente sobre todos os artigos do Projeto de Estatuto, então submetido aos presentes. Afirmou, finalmente, acreditar que so-

mente uma Entidade da importância desta que está se constituindo (CD-AIB/PRP) poderia assegurar o valioso material político, social, cultural e histórico – ora existente na sede da Associação Cívico Cultural Minuano, ou ainda em poder de remanescentes membros da extinta AIB e do extinto PRP em todos os recantos do território brasileiro (ATA..., 1996, p. 1).

Mário José Maestri, Alberto Hoffmann e César Alberto Ranquetat, além dos principais incentivadores na transformação acadêmica do projeto, professor doutor René Gertz e os então acadêmicos Gilberto Calil e Carla Luciana Silva, completaram o debate com elementos favoráveis à criação do CD. Com essa proposta de estudos voltada para o desenvolvimento da organização do arquivo e, conseqüentemente, da pesquisa foi homologada a fundação Centro de Documentação, tendo a presença de acadêmicos na diretoria, o que demonstra o caráter não político do uso da documentação. No artigo terceiro seguido do parágrafo único do Estatuto do CD-AIB/PRP, está estabelecido que

[...] este será constituído de forma absolutamente apolítica, isentando-se totalmente seus associados de, em nome do CD-AIB/PRP ou de sua Diretoria, emitir juízo de valor favorável ou contrário à Ação Integralista Brasileira ou ao Partido de Representação Popular, bem como de posicionar-se, em nome do CD-AIB/PRP, em questões políticas passadas ou contemporâneas. Parágrafo único: A manutenção do caráter apolítico é condição indispensável para que se desenvolvam com sucesso e isenção atividades do Centro de Documentação, bem como para a viabilização do acesso aos pesquisadores e interessados em geral, independentemente das perspectivas que orientem suas pesquisas (ESTATUTO..., 1996, p. 2).

Foi com essa política organizacional que se constituiu um dos principais acervos documentais sobre a política brasileira do século XX. Após a fundação legal, os trabalhos foram iniciados em busca da organização. O CD foi basicamente marcado pela presença de jovens estudantes de graduação ou mestrado, hoje professores e pesquisadores universitários, como Claudira Cardoso, Ângela Flach, Carla Luciana Silva e Gilberto Calil. Posteriormente, uma segunda leva de estudantes assumiu as atividades, entre os quais: Alexandre Blankl Batista, Gustavo Coelho, Neusa Chaves, Rodrigo Oliveira e Daniel Milke; esse último foi um dos mais ativos, pois esteve presente do primeiro momento até o encerramento das atividades do Centro (GERTZ, 2015). René Gertz, ao lembrar o trabalho dos jovens estudantes no CD-AIB/PRP, destaca que:

Sem uma formação específica em arquivística e áreas afins, todos esses jovens aprendizes estudaram por conta própria ou procuraram profissionais e frequentaram cursos. Até uma antiga prensa para refazer a encadernação de

livros em mau estado de conservação alguém conseguiu, outros aprenderam como reduzir o nível de acidez do papel velho, para evitar sua deterioração, como limpar e identificar fotografias, como organizar um catálogo de material tão diversificado, que tipo de pastas deveria ser usado para guardá-lo e muito mais. Felizmente, instâncias públicas fomentadoras de pesquisas – estaduais e federais – reconheceram a importância da iniciativa e, durante anos, concederam bolsas a esses estudantes (GERTZ, 2015, p. 10-11).

Após a organização inicial em setembro de 1997, o CD-AIB/PRP foi aberto ao público acadêmico. Através da orientação geral do professor René Gertz e com apoio institucional da PUCRS e UFRGS e fomento do CNPq, CAPES e FAPERGS, muitos projetos de pesquisa foram criados com o propósito de que o CD pudesse contar com os bolsistas para dinamizar a organização. Foi nesse momento que se constituiu, com a presença da então professora da PUCRS doutora Núncia Santoro Constantino, um programa de História Oral, visando recuperar “aspectos da História política do Rio Grande do Sul, com ênfase no período entre 1930 e 1965, a partir da memória e pessoas que tenham participado ou tido contato com a AIB ou PRP” (CALIL; SILVA, 2000, p. 17). Como resultado, constituiu-se um acervo com mais de 40 depoimentos orais realizados desde 1996, sendo que alguns foram produzidos em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul entre 2004 e 2005. A maior parte das entrevistas foi publicada em formato de *Cadernos*, sob a edição CD-AIB/PRP, entretanto três delas foram publicadas na obra *Velhos integralistas: a memória dos militantes do Sigma*, que reúne os depoimentos dos integralistas Emílio Otto Kaminski, Mário José Maestri e Guido Fernando Mondin (CALIL; SILVA, 2000).

Por contar com documentos e informações sobre a direita brasileira e não apenas sobre o integralismo, em poucos anos o CD-AIB/PRP transformou-se em referência para qualquer pesquisador da história política brasileira. Devido à quantidade de pesquisas, hoje não é mais possível catalogar a quantidade de trabalhos acadêmicos feitos com documentos oriundos do Centro de Documentação e hoje preservados no DELFOS, entretanto destaca-se que há pesquisas que hoje são referência para os pesquisadores da história política brasileira.⁶ Impulsionado pela documentação, em meio aos estudos sobre a direita, o Rio Grande do Sul acabou se tornando um

⁶ Muitos foram os estudos acadêmicos realizados, portanto não é possível relacionar todas as investigações que utilizaram o acervo como base para suas investigações, entretanto destacam-se: Batista (2006); Calil (1998; 2005); Calil; Silva (2000); Cardoso (2009; 1999); Christofolletti (2002; 2010b); Flach (2003); Gonçalves (2012); Irschlinger (2000); Merg (2007); Milke (2003); Oliveira (2004; 2009); Rodeghero (1996); Silva (1998); Tonini (2003); Victor (2004; 2012).

importante polo investigativo, com vastos estudos realizados, principalmente na PUCRS e UFRGS.⁷ A necessidade de compreender o fenômeno fez com que estudiosos sobre o tema fundassem nos últimos anos a rede de investigação *Direitas, História e Memória*, grupo que reúne pesquisadores de diversas nacionalidades que se dedicam aos estudos sobre as direitas em diversas configurações e tem como um de seus coordenadores o responsável pelo Acervo AIB/PRP, professor doutor Leandro Pereira Gonçalves.⁸

Com o avanço da idade de muitos militantes filiados e, principalmente, com a dificuldade financeira para preservar o apartamento que abrigava o CD-AIB/PRP e a ACCM⁹ e demais despesas, tendo em vista que o Centro tinha como sustento contribuições espontâneas, que estavam diminuindo constantemente, foram iniciadas algumas tratativas para que ocorresse, conforme o Estatuto, a dissolução e consequente doação do acervo. No documento original estava expresso que, em caso de dissolução do CD, o acervo deveria ser doado ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Arquivo Histórico Municipal ou ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.¹⁰

Devido à quantidade do material, os órgãos que seriam beneficiários do acervo tinham dificuldades em receber os documentos, sendo que, no caso do IHGRS, acresce o fato de que há cobrança para a realização de pesquisa. Assim, em 2005, iniciou-se um grande impasse, com a liderança do professor René Gertz, na tentativa de buscar um destino seguro para os documentos. O primeiro contato ocorreu em julho desse ano, quando Gertz relatou ao professor doutor Draiton Gonzaga de Souza, diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS, os problemas envolvendo o CD-AIB/PRP. Visto que os coordenadores do projeto eram professores da universidade, ele propunha algum tipo de parceria (CORRESPONDÊNCIA..., 2005).

⁷ Periodicamente, o DELFOS-PUCRS recebe pesquisadores para consultar o Acervo AIB/PRP. A título de exemplo, destacam-se dois trabalhos acadêmicos com o uso da documentação depositada no acervo. Com análise no Fundo Alberto Hoffmann, Alessandra Gasparotto desenvolve no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS a tese *Mobilização de classe e atuação política da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (1958-1985)*, enquanto no Fundo Ação Integralista Brasileira Andrelise Gauterio Santorum desenvolve no Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS pesquisas para a dissertação *“Fascismo à Brasileira”*: juventude e imprensa como instrumentos de doutrinação da Ação Integralista Brasileira.

⁸ Cf.: <http://direitashistoria.net/>

⁹ Rua: Coronel Vicente, 520, conjunto 02. 1º andar. Centro Histórico. Porto Alegre-RS.

¹⁰ Art. 39º – Estatuto do Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular (Acervo Documental AIB/PRP-DELFOS-PUCRS. Fundo 5).

Após negociações e, ao mesmo tempo, com a continuidade das pesquisas, em 06 de agosto de 2008, a ACCM, detentora do CD-AIB/PRP, ofereceu oficialmente o acervo após reunião realizada com a presença do reitor da PUCRS, irmão Joaquim Clotet, do pró-reitor de Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento, professor doutor Jorge Luis Nicolas Audy, e dos professores coordenadores do projeto de pesquisa histórica, René Gertz e Núncia Constantino. Em 03 de junho de 2009, a ACCM e o CD-AIB/PRP realizaram, cada um, uma assembleia geral extraordinária com o objetivo de tratar diversos assuntos internos e, principalmente, o destino final do acervo; com isso a cláusula estatutária citada anteriormente sobre a doação foi alterada, passando a vigorar na nova versão no artigo 40:

Em caso de dissolução do CD-AIB/PRP, ou por razão outra, todo o seu acervo será destinado, gratuitamente, a uma entidade de natureza histórico-cultural público ou privada, observada, como condição fundamental e irrenunciável, a manutenção da unidade do acervo CD-AIB/PRP e considerada a conveniência de sua expansão (ESTATUTO DO CENTRO..., 2009).¹¹

Com interesse da PUCRS em receber o acervo e, principalmente, oferecer condições para manter a documentação ativa para pesquisa, oficialmente em 20 de maio de 2010, em cerimônia no salão nobre da Reitoria, o acervo foi recebido pela universidade, que assumiu a responsabilidade de guarda, organização, catalogação, desenvolvimento de pesquisa e demais atividades acadêmicas. O acervo foi doado para um espaço especial, inaugurado em 4 de dezembro de 2008, com o objetivo de preservar a memória no que diz respeito aos documentos doados ao Espaço (DELFOFOS, [2016?]). Alberto Hoffmann, no momento da doação, destacou: “Salvamos um patrimônio político não só do nosso partido. Graças à PUCRS, tivemos orientação para montar um local de pesquisa”. A doação foi algo natural, principalmente porque grande parte dos envolvidos era ligada à universidade. Assim, não há dúvidas de que se deve a René Gertz não apenas a doação, mas a própria composição do acervo na década de 1990. Uma das preocupações dos doadores era que fosse mantida pela atual coordenação do acervo a unidade do acervo, ficando expresso no contrato de doação que:

[...] nenhum item pode ser separado ou afastado do acervo, sob nenhuma hipótese ou menos incorporado a outro. As partes do acervo que podem vir a ser guardadas em salas diferentes, como livros, devem continuar sendo

¹¹ Art. 40º – Estatuto do Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular (Registro 22 set. 2009) (Acervo Documental AIB/PRP-DELFOFOS-PUCRS. Fundo 5).

referenciadas ao conjunto original do acervo de forma que esse não fique descaracterizado. O tratamento dessa parte do acervo deve obedecer a critérios organizativos que façam sentido junto ao restante do conjunto, bem como manter a metodologia já implementada de organização do acervo, respeitando critérios arquivísticos e históricos (CONTRATO..., 2009, p. 2).

Verifica-se uma preocupação do CD-AIB/PRP não só com a manutenção do acervo, mas também com a composição metodológica. É com ela que hoje estão sendo desenvolvidos trabalhos de pesquisa com bolsistas na busca da dinamização de uma documentação de suma importância para a historiografia política brasileira, sendo que tais documentos hoje estão no DELFOS, situado no 7º andar da Biblioteca Central da PUCRS, sob a denominação de *Documentos Ação Integralista Brasileira-Partido de Representação Popular* (AIB/PRP-DELFOS-PUCRS).

A partir de então, naturalmente, o acervo contou com a coordenação do professor René Gertz, que ao lado de bolsistas organizou os documentos no novo espaço físico, abrindo novamente ao público. Por ter o integralismo como objeto de estudo, Leandro Pereira Gonçalves, professor do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, foi indicado para continuar as atividades que eram desempenhadas pelo professor René, que passou a ter maior dedicação ao Acervo Benno Mentz (DELFOS. *Benno Mentz: vida e obra*. [2016?]).

Ao lado de bolsistas, mestrandos, doutorandos e com apoio do professor Vinícius Liebel (PPGH/PUCRS) e da equipe do DELFOS, novas pesquisas e organizações estão sendo realizadas com o propósito de dinamizar ainda mais a possibilidade de investigação no acervo.

Com a missão de continuar um trabalho de grande importância e tão bem desempenhado, foi lançada em 2015 a nova versão¹² do *Guia de Fontes:*

¹² A nova versão foi estabelecida no âmbito de alguns projetos de iniciação científica: *Apoio técnico e cultural ao Acervo de Documentação da Ação Integralista Brasileira – Partido de Representação Popular* (BPA/PUCRS). *Uma memória visual do integralismo? Imagens fotográficas do Acervo de Documentação da AIB-PRP* (PIBIC/CNPq); *Revista Anauê! Síntese da imprensa integralista – exploração do Acervo Documental AIB/PRP-DELFOS-PUCRS* (BPA/PUCRS) e com apoio dos bolsistas Frederico de Moraes Thofehrn, Guilherme Breda de Magalhães, Fernanda de Abreu e Gabriel Soares Predebon. Com auxílio do professor doutor Vinícius Liebel, através dos projetos de iniciação científica: *O Integralismo em Revista: a revista Anauê! e a memória da AIB* (BPA/PUCRS) e *O Integralismo em Foco – imagens fotográficas do Acervo de Documentação da AIB-PRP* (BPA/PUCRS), o processo de investigação, catalogação e organização continua ativo, sendo essa a perspectiva da coordenação do DELFOS, através do professor doutor Ricardo Araújo Barberena, que concede todo o apoio institucional ao lado de sua equipe, formada pelos técnicos administrativos Kátia Ribeiro da Rocha e Lucas Martins Kern.

AIB/PRP-DELFOFOS-PUCRS (GUIA..., 2015). Tais dados remetem a dois projetos anteriores. O primeiro refere-se ao projeto *Organização e ampliação do acervo do Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular*, voltado à organização sistemática do acervo, trabalho realizado desde o final de 1996, e à manutenção de sua abertura à pesquisa pública desde 1997. O segundo projeto, de levantamento e organização do *Guia de Fontes do Centro de Documentação sobre a AIB e o PRP*, realizado desde o ano de 2001, teve o propósito de ampliar o levantamento, a organização do acervo e a posterior divulgação aos pesquisadores. Obviamente, com o passar dos anos, com a incorporação de documentos e, principalmente, com a mudança do espaço físico, o *Guia* não estava atualizado. Crê-se que o atual não está completo, pois como muitos documentos chegaram de forma isolada e alguns deles eram do acervo pessoal de Alberto Hoffmann, trabalhos de catalogação ainda precisam ser realizados.

No contrato de doação está explícita a necessidade de manter a metodologia implementada no acervo; por isso o que está sendo proposto pelo AIB/PRP-DELFOFOS-PUCRS é a continuidade do trabalho de pesquisa iniciado em 1996, que buscava agir em três frentes de ação: 1) A organização constante, pois ainda há documentos que não estão catalogados. O acervo possui diferentes lotes, principalmente no Fundo 4: Alberto Hoffmann, quando materiais foram incorporados posteriormente pela família. Além disso, periodicamente ocorrem doações de diversas origens, ampliando constantemente o acervo. 2) O segundo eixo do CD-AIB/PRP estava na composição dos depoimentos de pessoas que vivenciaram o integralismo. Com pesquisas sendo desenvolvidas¹³ e através do apoio concedido pelo Laboratório de Pesquisa em História Oral do PPGH/PUCRS, ocorrem estudos na busca da intensificação do setor no AIB/PRP-DELFOFOS-PUCRS, entretan-

¹³ Em andamento há a pesquisa de doutoramento de Éverton Fernando Pimenta (PPGH/PUCRS). Em *Oscar Machado: metodismo e integralismo, uma trajetória política (1933-1952)*, depoimentos estão sendo realizados com a família no intuito de reconstruir elementos políticos e intelectuais de um dos principais líderes do PRP. Oscar Machado, além de ter sido um dos elementos importantes para a criação do núcleo integralista em Juiz de Fora, Minas Gerais, no ano de 1933, ao se mudar para Porto Alegre ocupou papéis de destaque no seio do integralismo. Ainda nos anos 1930, foi uma das principais lideranças no Rio Grande do Sul, tendo sido candidato a deputado federal em 1934. No pós-guerra, além de também se candidatar a cargos dos legislativos federal e estadual, destacou-se por sua atuação como o primeiro chefe do diretório regional do PRP gaúcho entre os anos de 1946 e 1952. Um aspecto incomum em sua trajetória remete ao fato de que era um importante expoente do metodismo (GONÇALVES, 2007).

to, devido ao fator cronológico, há tendência de redução gradativa dos depoimentos. 3) O terceiro e último eixo do Centro e, conseqüentemente, do Acervo tem como foco seu principal objetivo: a produção do conhecimento histórico. Atualmente, pesquisas de iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso, mestrado, doutorado, pós-doutorado e vários outros tipos de investigações estão sendo desenvolvidos com o acervo AIB/PRP, e constantemente artigos e trabalhos de pesquisa estão sendo publicados com referências ao acervo, o que demonstra a importância dos documentos nele contidos (CALIL; SILVA, 1998).

O AIB/PRP-DELFOS-PUCRS é composto por cinco Fundos (Ação Integralista Brasileira, Partido de Representação Popular – Rio Grande do Sul, Partido de Representação Popular – Brasil, Alberto Hoffmann e Diversos), além de um Acervo Bibliográfico. Nesse acervo destaca-se uma coleção com aproximadamente 600 fotografias, referentes às atividades desenvolvidas pela AIB e pelo PRP. Pelo Programa de História Oral¹⁴, muitas entrevistas foram realizadas e estão depositadas no Acervo.

Os documentos depositados no DELFOS são também compostos por um acervo de jornais e revistas como *Anauê!* e *Der Kampf*, do período da AIB, e *A Marcha*, da época do PRP. Destaca-se a existência de muitos recortes de jornais, folhetos, panfletos, cartazes e uma vasta documentação partidária, tanto da AIB como do PRP, período com mais material por motivos naturais, devido à preservação. O acervo bibliográfico é de uma riqueza única, pois possui obras raras, de intelectuais integralistas e pensadores políticos, que fazem o acervo ser ainda mais rico. Além de documentos, o acervo é constituído de *souvenirs*, como xícaras e pratos integralistas, fivela de cinto com o sigma, *bottons*, bandeira da AIB, uniforme verde e outros objetos representativos.

Com intensas atividades e movimento constante, o AIB/PRP-DELFOS-PUCRS está totalmente liberado para pesquisa; por isso verifica-se que as propostas idealizadas no início da formação documental continuam sendo cumpridas; são estas: fomentar a investigação, o ensino e contribuir para a formação de historiadores. Através desse Acervo é possível identificar uma quantidade significativa das raízes do conservadorismo brasileiro, tema de grande relevância para a nossa sociedade contemporânea; com

¹⁴ Algumas entrevistas são trabalhadas pelo Laboratório de Pesquisa em História Oral do PPGH/PUCRS.

isso a necessidade constante e cada vez mais ativa de explorar acervos como o AIB/PRP, para verificar a gênese dessa direita que controlou grande parte da política no século XX.

Referências

ATA de Fundação do Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular. *Acervo Documental AIB/PRP-DELFOS-PUCRS*. Fundo 5. 1996.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. *Integralismo e ideologia autocrática chauvinista regressiva: crítica aos herdeiros do sigma*. 2012. 717 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

BATISTA, Alexandre Blankl. *Mentores da nacionalidade: a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias Brito por Plínio Salgado*. 2006. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BERTONHA, João Fábio. *Bibliografia orientativa sobre o integralismo: 1932-2007*. Jaboticabal: Funep, 2010.

CALDEIRA NETO, Odilon. *Integralismo, neointegralismo e antissemitismo: entre a relativização e o esquecimento*. 2011. 234 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

CALIL, Gilberto Grassi. *Integralismo e hegemonia burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965)*. Cascavel: Edunioeste, 2010.

_____. *O integralismo no processo político brasileiro – a trajetória do Partido de Representação Popular (1945-1965) – cães de guarda da ordem burguesa*. 2005. 819 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

_____. *A nova face do verde: o integralismo no pós-guerra – a formação do Partido de Representação Popular (1945-1950)*. 1998. 428 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

_____; SILVA, Carla Luciana Souza da. *Velhos integralistas: a memória dos militantes do Sigma*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

_____; _____. A constituição de um Centro de Documentação: a experiência do CD-AIB/PRP. In: IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RS. *Anais...* São Leopoldo, 1998.

CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino. *Processos eleitorais no Rio Grande do Sul: o PRP e a construção das alianças políticas de 1958 e 1962*. Porto Alegre: Edipucrs, 2015.

_____. *O integralismo no processo político gaúcho: a máquina partidária do PRP e seus dirigentes (1945/1965)*. 292 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

_____. *Partido de Representação Popular: política das alianças, e participação nos governos estaduais do Rio Grande do Sul de 1958. 1962*. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. *Do sigma ao sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas*. 2007. 415 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CHASIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. 2. ed. Belo Horizonte: Una, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: _____; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. *A enciclopédia do integralismo: lugar de memória e apropriação do passado (1957-1961)*. 2010. 243 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010b.

_____. Breves comentários sobre a historiografia do integralismo no pós-guerra e o cinquentenário da publicação da Enciclopédia do Integralismo. In: SILVA, Giselda Brito; GONÇALVES, Leandro Pereira; PARADA, Mauricio B. Alvarez (Orgs.). *Histórias da política autoritária: integralismos, nacional-sindicalismos, nazismo, fascismos*. Recife: Editora da UFRPE, 2010a. p. 365-386.

_____. *A celebração do jubileu de prata integralista (1957-1961)*. 2002. 326 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002.

CONTRATO de doação. *Acervo Documental AIB/PRP-DELFOS-PUCRS*. Fundo 5. 2009.

CORRESPONDÊNCIA de René Gertz a Draiton Gonzaga de Souza. 19 jul. 2005. *Acervo Documental AIB/PRP-DELFOS-PUCRS*. Fundo 5.

DELFOS. *Apresentação*. [2016?] Disponível em: <http://www.pucrs.br/delfos/?p=apresent>. Acesso em: 15 fev. 2016.

_____. *Benno Mentz: vida e obra*. [2016?] Disponível em: <http://www.pucrs.br/delfos/?p=mentz>. Acesso em: 15 fev. 2016.

DIREITAS, HISTÓRIA E MEMÓRIA. *Sobre*. [2016?] Disponível em: <http://direitashistoria.net/>. Acesso em: 15 fev. 2016.

ESTATUTO da Associação Cívico-Cultura Minuano. *Acervo Documental AIB/PRP-DELFOS-PUCRS*. Fundo 5. 1985.

ESTATUTO DO CENTRO de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular. *Acervo Documental AIB/PRP-DELFOS-PUCRS*. Fundo 5. 1996.

FLACH, Ângela. “*Os vanguardistas do anticomunismo*”: o PRP e os perrepietas no Rio Grande do Sul (1961-1966). 2003. 236 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

GERTZ, René. Prefácio. In: CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino. *Processos eleitorais no Rio Grande do Sul: o PRP e a construção das alianças políticas de 1958 e 1962*. Porto Alegre: Edipucrs, 2015. p. 9-12.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*. 2012. 668f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

_____. Tradição e cristianismo: o nascimento do integralismo em Juiz de Fora. In: SILVA, Giselda Brito (Org.). *Estudos do integralismo no Brasil*. Recife: Editora da UFRPE, 2007. p. 81-96.

GUIA de Fontes. *Centro de Documentação sobre a AIB e o PRP*. 2015. Disponível em: <http://www.pucrs.br/delfos/paginas/guia_de_fontes_AIB_PRP_2015.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2016.

IRSCHLINGER, Fausto. *O integralismo no Norte do Rio Grande do Sul*. 2000. 280f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2000.

MERG, Camila Ventura. “*Saberei sustentar a Cruz de Cristo e a bandeira da Pátria*”: o espiritualismo integralista na doutrina do Partido de Representação Popular (1945-1950). 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MILKE, Daniel Roberto. *O integralismo na capital gaúcha: espaço político, receptividade e repressão (1934-1938)*. 2003. 254f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos. *Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937)*. 388f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

_____. “*Perante do tribunal da história*”: o anticomunismo da ação integralista brasileira (1932-1937). 2004. 228f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

PINTO, Antônio Costa. *Os Camisas Azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal – 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. 1996. 210 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

SILVA, Carla Luciana. *Perigo vermelho e ilusão comunista: configurações do anticomunismo brasileiro – 1930-1934*. 1998. 342 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

TONINI, Veridiana Maria. *Uma relação de amor e ódio: o caso Wolfram Metzler (integralismo, PRP e Igreja Católica, 1932-1957)*. 2003. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.

TRINDADE, Héliqio. *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*. 2. ed. Porto Alegre: Difel/UFRGS, 1979.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *Ideologia curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

VICTOR, Rogério Lustosa. *O labirinto integralista: o PRP e o conflito de memórias (1938-1962)*. 2012. 302 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

_____. *O integralismo nas águas do Lete: história, memória e esquecimento*. 2004. 116 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Cachoeira: (in)visibilidade negra, devoção, memória e patrimônio

Paulo Roberto Staudt Moreira¹

Sob as mais difíceis condições e com base em materiais imperfeitos, que eles com certeza não escolheriam caso tivessem tido a possibilidade de escolher, esses grupos oprimidos construíram tradições complexas de política, ética, identidade e cultura. A consagração da 'raça' colocou essas tradições à margem das histórias oficiais da modernidade, relegando-as aos espaços atrasados do primitivo e do pré-político. Elas envolveram construções elaboradas e improvisadas, cuja função primária é a de amortecer as injúrias e desviar-se delas. Porém, elas foram bem além da simples garantia de proteção, invertendo as polaridades do insulto, brutalidade e de desprezo no sentido da sua transformação inesperada em importantes fontes de solidariedade, alegria e força coletiva (GILROY, 2007, p. 30).

Introdução

Às dez horas do dia 7.09.1860 foi composta a mesa de qualificação que deveria presidir o processo eleitoral na cidade da Cachoeira (RS). O palco era a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, no centro da qual a mesa iniciou os seus trabalhos, composta dos cidadãos Brigadeiro José Gomes Portinho, Comendador Antonio Vicente da Fontoura, Coronel Hilário Pereira Fortes e o Doutor em Medicina José Pereira da Silva Goularte. A mesa era presidida pelo Juiz de Paz Tristão da Cunha e Souza. Ali estavam representadas as parciais Santa Luzia (Comendador Fontoura e Brigadeiro Portinho) e Squarema (o Doutor Goularte e o Coronel Hilário).

No dia seguinte, 08.09, a mesa foi novamente reunida e começaram os trabalhos pela chamada dos votantes, aparecendo uma ligeira dúvida

¹ Professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, doutor pela UFRGS, Bolsista produtividade de CNPq.

sobre a identidade de um deles, Francisco Antonio Pires, que se achava qualificado com o nome de Francisco Talana. A inexistência de documentos individuais de identificação tornava aquele momento muito tenso, já que os membros da mesa de qualificação eleitoral, representando a opinião da comunidade política local, decidiam quem podia ou não votar através do reconhecimento pessoal dos votantes.

O voto do votante foi admitido à urna e a eleição parecia transcorrer normalmente, mas, quando já se chamava outro indivíduo, três tiros foram disparados do lado da parcialidade Saquarema sobre o Brigadeiro Portinho, que não caiu vítima por ter nesse ato subido na mesa para chamar à ordem os amotinados. Em *ato sucessivo*, um indivíduo negro esgueirou-se por baixo da mesa eleitoral e apunhalou o Comendador Fontoura no ventre, provocando-lhe a morte alguns dias depois.

O acontecimento gerou amplos receios, sendo o próprio Chefe de Polícia mandado para aquela cidade a fim de providenciar o arrefecimento dos ânimos e a correta investigação dos fatos. Na Corte, como se evidencia das correspondências coletadas no Arquivo Nacional (RJ) e em trechos do diário do Imperador Dom Pedro II, o assassinato do Comendador fomentou o medo de que a frágil unidade imperial corresse risco com as atitudes intempestivas e belicosas das elites meridionais. Esses comendadores, brigadeiros e coronéis resolvendo seus desafetos *na faca*, em pleno palco formal da civilidade política (as eleições, em um espaço santificado), causa-nos uma sensação de estranhamento, que pode ser amenizada se pensarmos, talvez, uma cultura política marcada pela efetiva ou potencial violência física.

Se observarmos a composição da mesa eleitoral, podemos conceber aquele acontecimento como um desdobramento extemporâneo da guerra civil farroupilha (1835-1845), já que os Luzias e Saquaremas ali presentes estiveram naquele período em lados opostos. Uma testemunha depôs que o Coronel Hilário guardava rancor a Fontoura por causa da *revolução*, e esse sentimento cresceu de intensidade quando ele foi condecorado Comendador² e

² BNRJ – Seção de manuscritos: Localização: C-0996,021, Título: GUIA para retirar o diploma da comenda da Ordem de Cristo, concedido a Antonio Vicente da Fontoura e pagar os direitos devidos. Local: [S.l.]. Data: 1855. Coleção: Documentos biográficos. Assuntos: Antônio Vicente da Fontoura. “A Antonio Vicente da Fontoura, nomeado comendador da Ordem de Cristo, por Decreto de 18 de outubro último, se há de expedir o competente Diploma, e para que possa pagar no Tesouro Público os respectivos direitos se passou o presente. Secretaria de Estado dos Negócios do Império em 5 de novembro de 1855”. [a] Fausto Augusto de Azevedo. [Na margem inferior] comprova pagamento, em 6 .11.1855, de 60\$000 réis.

ainda mais quando nomeado Comandante Superior da Guarda Nacional o seu cunhado, o Brigadeiro Portinho, cargo que aquele aspirava e que *não podia perdoar que fossem eles agraciados, tendo pertencido à revolução.*

A beleza do documento judiciário produzido para investigar o assassinato do Coronel Antonio Vicente da Fontoura foi o que me levou à cidade de Cachoeira do Sul em setembro de 2014. Berço de personalidades do mundo político regional e nacional, Cachoeira do Sul possui um belíssimo patrimônio arquitetônico e pelo menos três instituições que exigem a visita do historiador.³ Na verdade, já havia *entretido relações* com dois ilustres *naturais* dessa cidade, pois como historiógrafo do AHRS participara da organização dos acervos privados de João Neves da Fontoura⁴ e Antonio Augusto Borges de Medeiros.⁵

Entretanto, a transcrição paleográfica que realizamos do processo judiciário de 1860 desvelou várias personalidades outras, menores, invisibilizadas por um processo de patrimonialização historiográfica elitista.⁶ Segundo Arlete Farge (2009, p. 49/50), “o sabor do arquivo se enraíza nesses encontros com silhuetas desfalecidas ou sublimes. Obscura beleza de tantas existências esclarecidas pelas palavras, confrontando-se com o outro, tão

³ Refiro-me ao Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul, ao Museu Municipal de Cachoeira do Sul (Rua Dr. Silvio Scopel, 502 – Telefone (51) 3724.6017) e ao Arquivo da Cúria Metropolitana (R. Moron, nº 1007).

⁴ O arquivo privado de João Neves da Fontoura foi comprado pelo governo do estado do RS em 1979 e devidamente arranjado ao longo do ano de 1998. Fontoura nasceu em Cachoeira do Sul em 16.11.1887 e faleceu no Rio de Janeiro em 31.03.1963 aos 75 anos. Doutor pela Faculdade de Direito de Porto Alegre (1906), foi jornalista, Intendente Municipal de Cachoeira (1925/1928), deputado estadual e federal, embaixador, membro da Academia Brasileira de Letras, Ministro das Relações Exteriores dos governos Eurico Gaspar Dutra (31.01.1946 a 24.07.1946) e Getúlio Vargas (31.01.1951 a 19.06.1953).

⁵ Esse arquivo foi doado em 11 de dezembro de 1998 pela família Saldanha Laurent ao Memorial do Rio Grande do Sul, sob a guarda do AHRS. Na verdade, a análise do acervo demonstrou que se tratava quase que exclusivamente do arquivo particular de Synval Saldanha, secretário particular e representante político de Borges de Medeiros e que casou com Dejanira, sua filha adotiva. Borges de Medeiros nasceu em Caçapava (19.11.1863), mas foi batizado em Cachoeira (21.02.1866), ocupando repetidas vezes a presidência do estado após o afastamento de Júlio Prates de Castilhos.

⁶ APERS – Processo Crime nº 3079 (auto 411), maço 6, estante 143. 1860. Cachoeira. Traslado de uns autos crimes – Autora: a Justiça. Réus: Vicente Fernandes de Siqueira e Manoel Francisco por antonomásia Manoel Pequeno. Trata-se do traslado dos autos produzidos em Cachoeira, visando o seu envio para o Tribunal de Relação do Rio de Janeiro. No Arquivo Histórico de Cachoeira do Sul, consultamos uma cópia digitalizada do processo original depositado no ANRJ, cujo acesso foi gentilmente permitido pelos funcionários daquela instituição (Endereço: Rua Sete de Setembro, nº 350, centro, Cachoeira do Sul. Telefone: (51) 37246006). Sobre o assassinato do Comendador Fontoura, ver: FAGUNDES (2009).

prisioneiras delas mesmas quanto desvencilhadas do tempo que as abriga”. O vestígio discursivo judiciário permitiu-nos contatar a *dramaturgia do real*, a *beleza do gesto*, daquela plural sociedade oitocentista.

Vários personagens cruzaram aquele cenário religioso-eleitoral, emaranhando as suas vidas com motivações e trajetórias socioprofissionais e etnorraciais díspares. Entre esses personagens miúdos, fascinou-nos o algoz do Comendador Fontoura, o crioulo forro Manoel Pequeno, também chamado de Manoel Domingues Ramos, trabalhador de roça e campo. Manoel foi o único dos réus a ser condenado, primeiro à pena de morte e depois a vários anos de galés (prisão com trabalho forçado), mantendo até o fim de sua presença no palco judiciário um discurso de absoluta inocência. Chamam a atenção o seu empedernido apelo em prol de sua liberdade e também as contundentes declarações que prestou em repetidos depoimentos, mostrando consciência de sua situação naquela sociedade escravista. Apenas para persuadir os eventuais leitores da sensibilidade desse suposto assassino e ex-escravo, citemos dois trechos selecionados de seus depoimentos:

* “[...] que ele réu é pobre e negro, mas que não se vende por dinheiro e, se tem a proteção desses que foram seus senhores, é porque foi criado desde pequeno em sua casa e sempre estimado”;

* “[...] Que ele réu não foi pago e nem se vende para fazer mal a ninguém, conquanto seja negro e desgraçado”.

Manoel Pequeno recebeu os Santos Óleos em 18.10.1813 na igreja de N. Sra. da Conceição da Cachoeira (mesmo local onde anos depois assassinaria o Comendador Fontoura), filho natural de Eufrásia, escravizada pelo fazendeiro José Pereira Fortes⁷. Ou seja, Manoel era *cria da casa* desse fazendeiro e com o seu falecimento em 14.10.1849 foi legado a seu filho, o Coronel Hilário Pereira Fortes (um dos mandantes do crime do Comendador). Entre os 16 cativos arrolados naquele inventário post-mortem temos a mãe de Manoel, Eufrásia, com 55 anos, cozinheira, e Rita (sua futura esposa e então amásia), com 36 anos. Manoel foi inventariado por apenas 400\$ réis, “por ser doente e achacado de pleuris”, e como ele já ocupasse uma posição privilegiada naquela hierarquia de senzala, vendeu alguns cavalos e gados, adquiridos com seu *trabalho aos domingos e dias santos*, e conseguiu o

⁷ ACMCS – Livro de Batismos de Escravos de Cachoeira nº 1, 1799/1842.

restante dos recursos com uma subscrição que fez entre os vizinhos, obtendo a sua alforria⁸.

Boa parte de sua existência, Rita, a amásia e depois esposa de Manoel Pequeno, viveu escravizada no 2º distrito de Cachoeira, na fazenda de Iraçuá. Ela foi batizada em 23.11.1813 na igreja da Conceição da Cachoeira, filha natural de Tereza, ambas cativas de Feliciano Pereira Fortes⁹. Ela só obteve a sua carta de alforria aos 50 anos de idade, em 11.12.1857, registrada em cartório apenas em 5 de março do ano seguinte. Aparentemente, a alforria foi *concedida* gratuitamente¹⁰. Escrevemos *aparentemente* de propósito, pois várias cartas ditas *gratuitas* ou *sem ônus ou condição* são na verdade pagas, não aparecendo esse quesito no documento redigido pelos senhores ou seus representantes. Além disso, convenhamos, ninguém é alforriado *graciosamente* depois de trabalhar boa parte da vida de graça para os *generosos* senhores, os quais ainda usufruíram das crias geradas pelo ventre escravizado!

Manoel e Rita casaram na Matriz de N. Sra. da Conceição da Cachoeira em 14 de fevereiro de 1860, apadrinhados por Adão Pereira Fortes e Iziquiel da Cunha¹¹. Adão era conhecido de Manoel e Rita, com os quais convivera na fazenda dos Pereira Fortes, sendo todos ex-escravos daqueles mesmos senhores. Já Iziquiel era uma figura de destaque da comunidade negra local, principalmente entre os devotos de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Esse africano forro, carpinteiro de respeito, pode ser encontrado reincidentemente nas atas eleitorais daquela irmandade, ocupando cargos diversos. Ezequiel assinou seu nome com ampla e nítida grafia, mas em nome de Adão assinou a seu rogo Luiz Francisco da Rocha, outro devoto do Rosário e Benedito.

Pois bem, ao chegar em Cachoeira do Sul em setembro de 2014, fui avisado pelas funcionárias do Arquivo Histórico local em que a mesa em que estava sentada a junta eleitoral em 1860 ainda existia em exposição no museu daquele município. Excitado por encontrar o móvel que fora manchado pelo sangue do Comendador Fontoura, fui até aquela instituição,

⁸ Pleuris ou pleurisia é uma doença do sistema respiratório, que ataca a membrana que reveste o pulmão (pleura). Essa *inflamação do tecido pulmonar* foi também denominada de *pulmonia* e seus sintomas eram tosses, escarros sanguinolentos e febre. (Ver: Chernowiz, Volume 2, 1890: p. 763; LANGGAARD, Volume 3, 1872, p. 303).

⁹ ACMCS – Livro de Batismos de Escravos de Cachoeira n° 1, 1799/1842.

¹⁰ APERS – 1º Tabelionato de Notas de Cachoeira do Sul, Livro 8, p. 2v.

¹¹ ACMCS – Livro de Casamentos n° 4, 1849-1881.

sendo recebido de forma agradável e competente pelo seu corpo de funcionários. Sanada a minha curiosidade mórbida, pus-me a visitar o museu, encontrando como referências da escravidão alguns instrumentos de tortura e controle. Repentinamente me senti atraído por uma cristaleira, onde em seu interior visualizei um velho códice, acomodado em um apoio de madeira. Na capa do mesmo, uma anotação manuscrita dizia: “Livro 1º das Atas da Irmandade do Rosário”.

Quando pedi para ver mais de perto o códice em exposição, fui brindado com a informação de que existiam não um, mas quatro livros de registro da Irmandade do Rosário dos Pretos da Cachoeira:

– Livro 1º das Atas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira (1846/1885);

– Livro das eleições dos Irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Cachoeira (1827/1892);

– Livro 2º de receita e despesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário desta Vila da Cachoeira (1834/1875);

– Livro da Tesouraria da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário desta Vila da Cachoeira (1866/1875);

A ênfase expográfica dada aos instrumentos de tortura do período escravista se contrapunha a certa discrição com que aquele documento da irmandade dos *pretos* era exposta. Ambos os *documentos* – os instrumentos de suplício e o livro da Irmandade – versavam sobre o mesmo período histórico, mas com ênfases bastante diferenciadas. Assim, o que pretendo neste artigo é explorar o que nos dizem os registros dos irmãos *pretos* do Rosário e São Benedito de Cachoeira e como poderíamos pensá-los como possibilidades e instrumentos de educação patrimonial e pedagógica.

Os ativos irmãos e irmãs do Rosário e São Benedito nunca tiveram uma capela própria, funcionando como inquilinos da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, onde tiveram um consistório. O texto que segue versa sobre a atividades desses irmãos, pensando nos vestígios materiais e imateriais que nos legaram.

Uma Negra Cachoeira

A Vila de Rio Pardo foi criada em 1809 e nela se incluía a então freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira (criada em 10 de julho de 1779), que em 1760 tornou-se Capela (OLIVEIRA, 2013, p. 62; FORTES & WAGNER, 1963, p. 178).

Por alvará de 26.04.1819 foi criada a Vila Nova de São João da Cachoeira, com os mesmos limites da anterior freguesia, pertencendo-lhe administrativamente as freguesias de Santa Maria da Boca do Monte, Alegrete, Livramento, São Gabriel e Caçapava. Finalmente, pela lei 443, de 15.12.1859, Cachoeira (e as vilas de São Gabriel e Bagé) foi elevada à categoria de Cidade.

Em 1780, a população da Cachoeira era composta de 662 indivíduos, sendo 237 pretos (35,8%), 383 indígenas (57,8%) e apenas 42 brancos (6,4%). Em 1814, os indivíduos escravizados chegavam a 31,9% do total dos habitantes locais. Em 1859, chegavam a 31,5% e os libertos a 1,8%. Segundo o censo de 1872 (que como sabemos registrou menos cativos do que os realmente existentes, pois as matrículas de escravos não haviam ainda terminado), os indivíduos escravizados comportavam 18% do total (OLIVEIRA, 2013; FAGUNDES, 2009; SÔNEGO, 2011).

Aproveitando o excelente trabalho de cotejamento de fontes sobre a escravidão feito pelo APERS, localizamos nos catálogos disponibilizados por essa instituição 285 inventários post-mortem abertos em Cachoeira entre 1831 e 1871, totalizando 2.184 escravos, assim distribuídos:

Tabela 1 – Inventários Post-mortem de senhores escravistas (Cachoeira, 1831/1871)¹²

Período	Nº de Inventários	%	Nº de Escravos	Homens	%	Mulheres	%
1831/35	31	10,88	251	139	55,38	112	44,62
1836/40	11	3,86	68	37	54,41	31	45,59
1841/45	12	4,22	112	59	52,68	53	47,32
1846/50	30	10,52	313	182	58,15	131	41,85
1851/55	43	15,09	295	158	53,56	137	46,44
1856/60	47	16,49	367	187	50,95	180	49,05
1861/65	52	18,24	379	219	57,78	160	42,22
1866/71	59	20,70	399	213	53,38	186	46,62
Total	285	100,00	2.184	1.194	54,67	990	45,33

¹² Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 2010.

Tabela 2 – Síntese da Estrutura de posse escrava pelos inventários (Cachoeira, 1831-1871)¹³

FTP ¹⁴	Nº plantéis	%	Nº escravos	%	Masculino	%	Feminino	%
1 a 5	137	48,07	356	16,30	193	54,21	163	45,79
6 a 9	68	23,86	504	23,08	268	53,17	236	46,83
10 a 20	62	21,75	805	36,86	421	52,30	384	47,70
+ 20	18	6,32	519	23,76	311	59,92	208	40,08
TOTAL	285	100,00	2.184	100,00	1.193	54,62	991	45,38

Como podemos perceber nas duas tabelas acima, existia nas posses escravistas de Cachoeira um certo equilíbrio sexual, com 45,38% de mulheres e 54,62% de homens. Provavelmente, este dado aponta um benéfico contexto para a reprodução endógena, através de núcleos familiares estruturados de várias maneiras. Dos 2.185 cativos arrolados nos inventários de Cachoeira – entre 1831 e 1871 –, apenas 312 são explicitamente apontados como africanos. Não que os demais fossem crioulos, mas esses são os que explicitamente apresentam a origem relacionada à diáspora transatlântica, sendo 96 mulheres (30,77%) e 216 homens (69,23%).

Desses 312 africanos, 19,55% (61 casos) apareciam apenas genericamente demarcados como *africanos*, 20,19% (63) como *de nação* e 42,63% (133) como *da Costa*. Nos demais, temos as seguintes procedências:

Tabela 3 – Procedências africanas (Cachoeira, 1831/1871)

Angola	2	África Central Atlântica	36
Benguela	4		
Cabinda	5		
Cassange	6		
Congo	16		
Monjolo	3		
Rebolo	1		
Guiné	1	África Ocidental	13
Mina	10		
Nagô	2		
Moçambique	5	África Oriental	5

¹³ Fonte: idem a Tabela 1.

¹⁴ Faixa de tamanho de plantel.

Quanto à faixa etária, no caso dos africanos, essa variável necessita de muitos cuidados ao ser usada. Em 24 casos, ela não está presente nas avaliações desses estrangeiros, mas no restante provavelmente ela se refira mais ao estado de saúde e *aparência* (condições físicas) daqueles trabalhadores do que aos anos de vida de cada um. O africano mais novo tinha 12 anos de idade e trabalhava no *serviço da estância* de seu senhor, Constantino José Pinto, que tinha um plantel de 49 cativos em 1834.¹⁵ O mais idoso era o africano André, de 90 anos, avaliado por apenas 8 mil réis, em função de ser *demente e paralítico*. Ele era um dos cinco cativos de Maria Delfina da Encarnação em 1870.¹⁶

No AHCMCS existem três livros de registros de batismos de escravos (1799 a 1859). Na transcrição que fizemos, totalizamos 2.480 indivíduos escravizados recebendo os santos óleos e sendo admitidos no seio da Igreja Católica.¹⁷

O primeiro batismo de escravos registrado em Cachoeira foi o do pardo Francisco, filho natural da crioula Teresa, ambos escravizados por Manoel Tomás Ferreira Prestes e Lourença Antônia da Piedade. O sacramento foi ministrado no dia 16 de abril de 1799, apenas oito dias depois do nascimento daquele inocente. Tudo foi testemunhado por Francisco Prestes, e o ministrante foi o padre Francisco Xavier dos Santos. Mas, em termos de data, foi a parda Maria a primeira a receber os santos óleos. Nascida em 18 de março, em 26 do mesmo mês e ano foi levada à pia batismal. Era filha natural da crioula Joana, ambas escravizadas por Francisco Antônio de Amorim e Isabel Correia, apadrinhada por José Gomes e Maria Francisca do Rego. O mesmo padre Francisco Xavier conduziu a cerimônia (AHCMCS – Livro 1º de Batismos de Escravos de Cachoeira – 1799/1842).

Quanto aos mundos do trabalho em que esses trabalhadores circulavam, temos pistas em 76 registros.

¹⁵ APERS – I Vara de Família – Cachoeira do Sul – 1834, auto 82, Constantino José Pinto.

¹⁶ APERS – I Vara de Família, Cachoeira do Sul, 1870, auto 320 – Maria Delfina da Encarnação.

¹⁷ AHCMCS: Livro 1 (1799-1842), Livro 2 (1842-1852), Livro 3 (1853-1859). O terceiro livro encerra-se abruptamente em novembro de 1859. Da página 43 em diante, o livro está em branco e inexistem mais registros de batismos de escravos. Da mesma forma, também não localizamos quaisquer registros de óbitos de cativos de qualquer período.

Tabela 4 – Ofícios – inventários post-mortem (Cachoeira, 1831-1871)

Profissão	Nº	Profissão	Nº
Alfaiate	3	Pedreiro	5
Campeiro/serviço de campo ¹⁸	87	Remar (serve nas canoas)	1
Carpinteiro	24	Roceiro	61
Comissário	1	Sapateiro	12
Costura e engomar (serviços de)	5	Sem ofício	15
Cozinheira	8	Servente	1
Domador	7	Serviço da casa	3
Falquejador	1	Serviço da estância/fazenda	5
Lavadeira	3	Serviço doméstico (de casa)	7
Marceneiro	4	Todo o serviço	18
Olaria de telha e tijolo (trabalhador de)	1		

A observação dos dados da tabela 4 evidencia uma economia agropastoril, em cuja hierarquia profissional estavam aqueles trabalhadores especializados essenciais ao dinamismo da pecuária e da lavoura. Campeiros e roceiros são os mais valorizados e, em terceiro lugar, os carpinteiros, que, mesmo que pudessem estar ocupados em atividades urbanas (como o caso do forro Ezequiel da Cunha, já citado), eram imprescindíveis no conserto de carroças, cercas e outras benfeitorias.

Outros documentos que têm sido frequentemente usados para compreender os contextos escravistas analisados, são as cartas de alforria. Segundo a historiadora Karasch (2000, p. 439):

A carta de alforria era a prova da liberdade de um escravo, introduzindo-o na vida precária de uma pessoa liberta numa sociedade escravista [...] a carta transferia o título de propriedade (o cativo) de senhor para escravo. Em certo sentido, os escravos literalmente compravam-se ou eram doados para si mesmos. Uma vez que havia uma transferência de propriedade, o ato tinha de ser documentado publicamente por um tabelião.

Usando os dados dos catálogos do projeto já citado do APERS, encontramos 375 alforrias cartoriais em Cachoeira do Sul entre 1831 e 1871, assim distribuídas:

¹⁸ Campeiros: sendo dois aprendizes, um campeiro/domador, dois campeiros/roceiros, um campeiro/carreteiro/roceiro, um campeiro/domador/roceiro/lavrador.

Tabela 5 – Alforrias cartoriais (Cachoeira, 1831-1871)

Tipo	1831/1851		1851/71		Total
	M	F	M	F	
SOC	36	33	36	61	166
COND	22	30	38	25	115
PAGA	11	15	33	35	94
	69	78	107	121	375

A maior parte das cartas de alforria condicionais foi concedida mediante a prestação de anos de serviço gratuitos. Antes de tornar-se livre (ou forro), o cativo deveria ainda trabalhar para o seu senhor muitas vezes até a morte do mesmo.

Foi o caso de Rosa. Em 26 de julho de 1838, em Cachoeira do Sul, uma senhora identificada apenas como Maria Antônia ditou para o escrivão Constantino Inácio da Silveira (já que provavelmente era analfabeta) um documento de liberdade. Maria Antônia declarou que “em reconhecimento dos bons serviços que a dita escrava lhe tem prestado em o espaço de 21 anos, sempre com amor e fidelidade, lhe dava por sua morte a liberdade em toda sua plenitude”¹⁹.

Já Maria Eugênia Pereira (viúva de Francisco Antônio de Bitencourt) deixou-nos um documento ilustrativo das mentalidades senhoriais oitocentistas. Em 8 de janeiro de 1831, ela redigiu uma carta de alforria beneficiando o pardo Constantino, na qual declarava:

[...] atendendo aos muito bons serviços que me tem prestado, não só no tempo de meu falecido marido, como também para comigo e querendo eu mostrar-me, *não obstante ser senhora do dito escravo*, agradecida pelo bem que me há servido [o liberto] logo que Deus se lembre de me chamar a sua santa Glória.²⁰ [grifos nossos]

A religiosa senhora demonstrou seus bons sentimentos, *agradecendo* a seu escravo pelos bons serviços prestados não só a ela como a seu defunto marido. Mas ela fez questão de assinalar que o escravo não seria digno de

¹⁹ APERS- 2º Tabelionato de Cachoeira do Sul – 09/10/1841, livro 4, folha 115r. RIO GRANDE DO SUL. APERS, 2006.

²⁰ APERS- 2º Tabelionato de Cachoeira do Sul – 27/07/1838, livro 4, folha 79v. RIO GRANDE DO SUL. APERS, 2006.

agradecimentos justamente por ser um trabalhador escravizado. Nessa relação assimétrica, o bom trabalho não seria exatamente um benefício, já que não fora prestado de livre vontade. Ao se autoelogiar, a senhora deixou clara a sua insistência em negar qualquer reciprocidade.

Os documentos acima citados evidenciam que Cachoeira do Sul configurou-se desde cedo como uma localidade com uma sociedade profundamente marcada pela presença negra escravizada e forra. Claro que muitos daqueles que eram descritos como *brancos* poderiam ser mestiços, forros ou livres. É nessa sociedade pluriétnica e assimétrica em termos econômico-sociais que a Irmandade do Rosário e São Benedito dos *pretos* da Cachoeira vicejou. Aproximemo-nos um pouco mais desses negros devotos.

As Irmandades e as artes da resistência

Entre as forças mais influentes na emergência de um catolicismo afro-brasileiro estiveram as irmandades católicas laicas que foram criadas pelos africanos e seus descendentes no mundo português. Estas irmandades laicas negras eram organizações fraternais dedicadas a atividades religiosas e trabalho social na comunidade negra. Os membros das irmandades tinham privilégios especiais que raramente eram atribuídos aos escravos pelos senhores ou pelas autoridades oficiais. Quando morriam, os membros recebiam um funeral cristão condigno, os seus dependentes recebiam assistência e eram rezadas missas em sua alma. As irmandades também providenciavam ajuda em caso de doença. Algumas forneciam mesmo assistência financeira e legal na compra de cartas de alforria por parte de escravos das suas comunidades (SWEET, 2007, p. 242).

Segundo o dicionário Morais Silva (1922, p. 181), irmandade é uma “confraria de Irmãos, que servem algum Santo”. Nesse dicionário, publicado pela primeira vez em 1789 e reeditado sucessivas vezes ao longo do oitocentos, irmandade ainda seria “o parentesco entre irmãos” ou o “comportamento como de irmãos”.

Pois foi no ano de 1813 que alguns devotos negros planejaram criar uma irmandade consagrada a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito na cidade da Cachoeira, Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. O compromisso que deveria regê-los (e o qual ainda não localizamos) foi confeccionado em novembro daquele mesmo ano e confirmado por Carta Régia de 04.08.1820, aprovado por Provisão de 13.10.1824 do Visitador-Geral Antonio Vieira da Soledade. Em 24.08.1864, o Bispo Laranjeira aprovou algumas alterações propostas pelos irmãos, tendo já em janeiro daque-

le ano mexido em alguns artigos daquele compromisso (LOPES, 1891, p. 190).²¹

Segundo Swett (2007, p. 242), “as primeiras confrarias negras foram estabelecidas no século XV em Portugal. Por alturas da terceira década do século XVI, existiam várias irmandades negras em Portugal e em São Tomé. As primeiras irmandades do Brasil foram fundadas em 1552”. Aos dominicanos é atribuída a difusão da devoção à virgem, sendo que de Portugal as confrarias de Nossa Senhora do Rosário se espalharam pela África, América e Ásia. Parece que a primeira irmandade do Rosário em Lisboa, fundada por africanos, foi de 1460, sendo o seu compromisso a base das associações congêneres da América Portuguesa (MATOS, 2008; SOARES, 2000). Já no Brasil, a devoção do Rosário está vinculada à Ordem Jesuíta, sendo que no século XVI, em São Paulo, foi criada uma Irmandade “por iniciativa do padre José de Anchieta” (BORGES, 2005, p. 51).

O historiador Russel-Wood (2005, p. 193), analisando as irmandades no período colonial, defendeu que elas eram “uma resposta associativa a uma necessidade coletiva e individual sentida pelos negros e mulatos da colônia. Esta necessidade pode ser discutida em três categorias: educação religiosa ou socorro espiritual, assistência médica e a busca de identidade”. Segundo Reis (2003, p. 332), as irmandades de cor eram:

[...] ambientes ideais para o florescimento de associações étnicas aqui constituídas e vividas em profundidade, embora sem exclusivismo absoluto. Amparavam de diversas maneiras os membros de suas nações constituintes, na vida, com empréstimos, doações e alforrias; na morte, com a promoção de enterros em suas capelas e de missas para as almas de seus defuntos. As irmandades eram também meios de produção cultural, em particular suas celebrações periódicas. Nos feriados cristãos, em especial nas comemorações a seus padroeiros, os irmãos promoviam festas e mascaradas com a coroação de reis e rainhas africanos, revivendo simbolicamente o mundo que haviam perdido. Se de início o regime senhorial e sua Igreja imaginaram poder enquadrar culturalmente os membros de irmandades de cor, no final já tinham que admitir o surgimento de uma nova religiosidade, de uma expressão cultural diferente daquela que se tentara impor.

A tríade devoção – identidade – associativismo parece descrever esse complexo produto cultural, marcado pelo hibridismo de formas e manifes-

²¹ Sobre as Irmandades do Rosário no RS, ver: MÜLLER (2013), NASCIMENTO (2006), TAVARES (2007), GRIGIO (2003 e 2012). Em Cachoeira existia uma Irmandade que congregava os *homens bons* do município, a do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição, cujo compromisso foi aprovado por provisão régia de 22.06.1808 e episcopal de 13.10.1824 (KÜHN, 2010, p. 131).

tações, que “funcionava como um meio de estabelecimentos de laços identitários e solidários, mas também ajudava na integração e aceitação destes devotos negros na sociedade” (SOUZA, 2002, p. 163). As irmandades “eram núcleos formadores de redes de solidariedades, mas, também, de conflitos, negociados nas diversas situações” (BORGES, 2005, p. 23). Aliás, parecidos que uma das mais desgastantes e frequentes atividades dos irmãos do Rosário e São Benedito, além da manutenção de sua agremiação, era a empedernida defesa de sua autonomia, principalmente frente aos párocos locais. Segundo a mesma autora acima, “as irmandades foram um *locus* de negociação constante de conflitos, significando isso um processo de aprendizagem e de respeito às diferenças” (2005, p. 88).

José Ramos Tinhorão (1988, p. 126/127) parece ter sido o primeiro a destacar as similitudes entre o rosário católico e o “rosário de Ifá”. O “rosário de Ifá”, ou opelê, é um:

[...] instrumento de consulta ao oráculo Ifá. Consta de uma fina corrente aberta em duas, cada uma das partes contendo, de espaço a espaço, quatro metades de caroços de dendê. Atirada a corrente aleatoriamente sobre a esteira, a configuração surgida (tantas faces côncavas ou convexas à mostra) determinará o odu através do qual Orumilá está se manifestando. Diz-se também ‘opelêifá’. Do iorubáopele (LOPES, 2004, p. 497).

Apesar da fascinação do Rosário entre os negros devotos ainda ser uma incógnita, “uma explicação mais provável é o poder do próprio rosário, que funcionava como tantos outros talismãs africanos. Usado ao pescoço, o poder mágico das suas contas servia de bálsamo protetor contra os poderes malignos, o que sem dúvida chamou a atenção dos africanos e seus descendentes” (SWEET, 2007, p. 243).

De qualquer forma, quando falamos de compartilhamento de aspectos devocionais, de um “movimento associativo negro” (VIANA, 2007, p. 151), não estamos defendendo que a reunião em uma irmandade pressupunha harmonia completa e constante, já que aproximações e distanciamentos estavam presentes nesse cotidiano de afetos, desafetos, alianças e desacordos. O gerenciamento desse grupo de indivíduos, marcado por humanas motivações (vaidades, ambições) e experiências de vida e lugares sociais similares (porém não iguais, já que muitos foram vítimas da diáspora transatlântica e talvez do tráfico interprovincial; alguns forros, outros ainda escravizados; *pardos* e *pretos*; homens e mulheres), só se explica com o acúmulo de uma sempre renovada habilidade política, cimentada por uma comunhão devocional consistente. Esse associativismo devocional negro era vis-

to como uma fonte de conforto espiritual e psicológico, como uma arma contra a discriminação social e racial e como um instrumento político, já que fomentava o surgimento de lideranças etnorreligiosas.

Quando falamos de *comunhão devocional consistente*, não queremos parecer ingênuos ou exagerados nas convicções religiosas católicas daqueles crioulos e africanos. Mas também não queremos parecer cínicos e funcionalistas demais, pensando que eles *usavam* a devoção católica para venerar deuses outros. Ali certamente estava em circulação e renovação um catolicismo afro-brasileiro sincero, que não excluía a participação daqueles devotos em outros circuitos religiosos (MOREIRA, 2015). Como diz Anderson Oliveira, é óbvio que a Igreja Católica procurou ampliar o seu “mercado hagiográfico”, investindo na ampliação das devoções de santos negros – como São Benedito. Mas isso ocorreu dentro de uma perspectiva dialógica, existindo, sem dúvida, várias *leituras do catolicismo* (OLIVEIRA, 2008, p. 27).

O livro que temos de eleições da Irmandade tem o termo de abertura seguinte:

Este livro há de servir para nele se escrever as eleições dos irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Freguesia desta vila, leva no fim o encerramento de costume. Cachoeira, 4 de outubro de 1827. [assinado] Cândido Ladislau Japi-Assú, Provedor da Comarca.

A primeira eleição registrada no respectivo livro foi dos irmãos que deveriam servir de 1827 para 1828. Além do Reverendo Vigário Inácio Francisco Xavier dos Santos, que constava como *Protetor* da irmandade, encontramos 21 irmãos assumindo cargos na mesa diretora.

- * Caetano (Rei), escravo de Francisco Machado de Azevedo;
- * João Antônio Ruivo (Juiz);
- * Aguida da Conceição (Rainha), Liberta;
- * Maria de Melo (Juíza da Vara), Liberta;
- * Tereza (Juíza do Ramo), viúva de Francisco Lopes;
- * Joana Trilha (2ª Juíza do Ramo), Liberta;
- * Gonçalo Monteiro (Procurador).

Irmãos da Mesa

- * Francisco (irmão da mesa), escravo de Antônio Simões Teixeira;
- * Antônio (Capitão do Mastro), escravo de Dona Felícia Pires;
- * Miguel Arcanjo (Andador);
- * Antônio Machado (irmão da mesa), Liberto;

- * Francisco (irmão da mesa), escravo do Alferes Inácio Rodrigues de Carvalho;
- * João (irmão da mesa), escravo de Gonçalo Correia da Vega;
- * Ezequiel da Cunha Souza (irmão da mesa), liberto;
- * Domingos (irmão da mesa), escravo de João Pereira Carpes;
- * Miguel Barbosa (irmão da mesa);
- * José Rebolo (irmão da mesa), escravo de Dona Maria Joaquina da Silva;
- * Manoel (irmão da mesa), escravo do Capitão Mor Manoel Carvalho;
- * Mateus Nunes (irmão da mesa);
- * Joaquim dos Santos Xavier Marmelo (escrivão), Alferes;
- * João Alberto Xavier (Tesoureiro).

A lista acima reproduz a forma como os irmãos anotaram essa primeira eleição no seu livro, provavelmente demonstrando a hierarquia interna da irmandade em termos da importância dos cargos. Claramente citados, temos oito escravos e cinco libertos, configurando respectivamente 38,1% e 23,8% do total. Se somarmos os dois status – escravos e libertos –, teremos quase 70% da mesa constituída por indivíduos marcados pela experiência da escravidão.

A existência de homens brancos em alguns cargos, como tesoureiros, era certamente uma necessidade atrelada ao capital cultural necessário para o bom desempenho dessas fundamentais tarefas. Mas essa questão certamente está relacionada também aos mecanismos adotados de controle dessas atividades contábeis, exigindo desses *funcionários* prestações de contas frequentes.

Como ainda não localizamos o compromisso dessa Irmandade da Cachoeira, baseamo-nos no documento firmado pelos devotos do Rosário e São Benedito de São Leopoldo, firmado em 1854. O capítulo 4º do compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de São Leopoldo (RS) determinava *as obrigações de todos os irmãos da mesa*, sendo que o rei e a rainha sempre seriam *irmãos pretos*.

Um das ideias para a sequência dessa pesquisa é a composição de microbiografias de alguns dos membros de suas mesas diretoras, principalmente aqueles que foram reconduzidos mais de uma vez, não necessariamente para os mesmos cargos. Nesse sentido, a escolha de certos indivíduos para cargos-chaves da irmandade (especialmente Reis e Rainhas) fornece pistas sobre as hierarquias internas daquela comunidade (ou comuni-

dades) negra. Supondo que aqueles indivíduos negros tinham *carisma* suficiente para ocupar aqueles cargos, temos que pensar esse poder como relacional, que “significa que uma pessoa tem carisma apenas na medida em que outros lhe conferem; é a atribuição do carisma que estabelece a relação”. Ou seja, “são as expectativas culturais e sociais dos seguidores que exercem uma influência controladora, ou pelo menos limitadora da suposta figura carismática” (SCOTT, 2013, p. 301).²²

Sabemos pelas atas que o capítulo do 6º compromisso versava sobre ajuda aos irmãos necessitados. Encontramos nas atas várias vezes o fornecimento de quantias para irmãos enfermos e indigentes, como o exemplo abaixo:

Aos 10.05.1846 anos nesta Vila da Cachoeira, achando-se reunido o Procurador, Juiz, Escrivão e Tesoureiro, em a mesa foi participado pelo Procurador Iziquel da Cunha que o Irmão Francisco de Sá se achava gravemente enfermo, sem o mínimo socorro, por ficar inteiramente pobre, em vista do que resolveu de se lhe socorrer para sua subsistência com 320 réis diariamente, durante a sua enfermidade, na forma do capítulo sexto do compromisso, do que para constar se lavrou este termo que assinou a rogo do Juiz Pedro Escravo de David Escravo assinou Joaquim Anastacio de Souza e eu Iziquel Rodrigo de Nisa e Castro, Escrivão o escrevi.

Algumas pistas encontradas nos documentos da Irmandade dos Pretos de Cachoeira merecem investimento em termos de novas pesquisas. Em 21 de janeiro de 1850, por exemplo, reunidos no consistório da Irmandade, os irmãos do Rosário deliberaram autorizar o tesoureiro João Alberto Xavier a comprar, em Salvador (Bahia), uma imagem de Nossa Senhora do Rosário “de 3 palmos de altura mais ou menos, com menino e Coroas de prata própria para sair em andor nas procissões e terços”. Que redes políticas e religiosas ligariam os irmãos do Rosário e São Benedito com os da Bahia, que os faziam escolher esse longo trajeto para adquirir a imagem em alguma cidade da província?

Naquele mesmo ano, a irmandade, autodenominando-se *Nossa Senhora do Rosário dos Pretos*, contratou o padre Antonio Homem de Oliveira²³ para ser seu capelão por 64 mil réis anuais.

²² O historiador Rodrigo Weimer (2014) tem pesquisado o processo de sociogênese de uma Rainha Ginga no litoral norte do RS.

²³ Nasceu em 24.01.1793 na Ilha de São Jorge, no arquipélago dos Açores, filho legítimo de Gaspar Machado de Freitas e Maria Inês de Jesus. Foi pároco de Caçapava (RS) entre 1832 e 1836; de Cachoeira (1844/1850 e depois 1853/1860) e São Sepé (1852/1853). Faleceu em Cachoeira, em 1860, aos 66 anos (RUBERT, 1994, p. 48, 65).

Em 1852, as *alfaias* da irmandade (utensílios próprios usados na administração e nos cultos) eram compostas de:

[...] 36 opas brancas em bom estado, sete ditas velhas inservíveis, dez ramos grandes de flores para o andor, uma nuvem para o mesmo, um Armário grande para guardar as alfaias, um dito maior para o mesmo fim, um dito pequeno para guardar a imagem da Senhora que costuma a sair no andor, um andor de madeira envernizada, dois Cavalinhos para o dito, quatro forquilhas para o mesmo, uma Capa de Olanda de linho para cobrir o andor, 4 almofadas de paninho azul pertencente ao dito andor, um esquife com seus pertences, uma mesa grande com duas gavetas, dois bancos compridos, três mochos, 6 tochas, uma imagem da Senhora do Rosário com 3 palmos de altura, com duas coroas de prata, uma grande para Senhora, uma dita pequena para o menino, um rosário de contas de ouro, com uma cruz de ouro da mesma Senhora, uma imagem da Senhora com 5 palmos de comprimento, que se acha no altar com suas coroas de prata, uma banquetta de madeira pintada com seu crucifixo e ramalhetes, uma Campa de bronze, uma Cruz grande, duas Caixinhas com que se tiram as esmolos, três toalhas de altar já usadas, duas Toalhas guardas do altar, um dócel do terço inservível, uma Bandeira do mastro com o retrato de uma parte de Nossa Senhora do Rosário, e da outra o retrato de São Benedito, uma pedra de Aras.

Em 1863, o atrito entre a diretoria da Irmandade e o pároco local chegou a um momento crítico. Naquele ano, em reunião realizada no consistório da Irmandade em 15 de novembro, foi realizada uma nova eleição da diretoria, ordenada pelo Juiz de Capela. Os irmãos fizeram a questão de anotar em seu livro de atas que essa eleição ocorria à revelia, pois “bem que toda a corporação estivesse satisfeita com a eleição feita em 30.09”. Em um *aditamento* feito à ata daquele dia, os irmãos do Rosário e São Benedito registraram que mandaram o andador (Bento Francisco de Andrada) convidar o Reverendo Pároco para assistir aquela eleição, mas que esse declarou que “não comparecia por ser a irmandade de pretos e outras palavras insultantes”.

O comportamento autônomo dos irmãos do Rosário e São Benedito irritaram o Vigário Colado da Cachoeira, que foi reclamar ao Bispo. Ele protestava que a eleição foi feita à sua revelia e mesmo sem a sua presença, negando-lhe, assim, “o direito que tinha de assim como zelador nato das Irmandades de sua Freguesia, e por isso o dever de olhar para o bem-estar delas, afim de que estejam sempre colocados nas condições de satisfazer os fins de sua instituição”. O Vigário reclamou ao Bispo que os irmãos do Rosário agiram de forma insubmissa, retorquindo às suas admoestações dizendo – *que nenhuma satisfação tem a dar ao Pároco, e que este nenhuma autoridade tem sobre ela*. Comportamento que fez o Bispo responder que não

podia descobrir “onde esta corporação foi buscar esta nova espécie de isenção, exprimindo-se por uma maneira tão imprópria da docilidade que deve sempre mostrar em todos os seus atos, e esquecendo-se ao mesmo tempo do respeito que lhe é obrigado guardar para com seu Pároco”. O Bispo então ordenou que o Vigário negasse qualquer poder à mesa eleita irregularmente, que a mesa anterior continuasse a dirigir os negócios da irmandade e que uma nova eleição fosse rapidamente realizada. Caso contrário, se os irmãos não obedecessem *com docilidade cristã* essas determinações, a irmandade seria dissolvida.²⁴

Para surpresa do Bispo, os irmãos não aceitaram a intromissão do Vigário e recorreram aos poderes seculares locais. O *insólito procedimento* da irmandade, pedindo a intermediação do Juiz Municipal de Cachoeira na aprovação da eleição realizada em 30 de setembro de 1862, mesmo que tenha sido negada por aquela autoridade judiciária, irritou o poder eclesiástico:

Ora, é de lamentar que essa Irmandade sendo uma Associação de Fiéis reunidos para fins religiosos, tenha desta maneira procedido em completa rebelião contra a Autoridade Eclesiástica, julgando que a ela em nada está sujeita, e querendo, por assim dizer, formar um corpo à parte e independente, já não direi da Jurisdição Paroquial, mas até da Autoridade Episcopal! Cumprindo-me, porém, chamá-la ao seu dever e ao mesmo tempo remover qualquer desordem que se possa introduzir na administração da Igreja, ordeno à V. Mercê que declare à mencionada Irmandade de Nossa Senhora do Rosário que d’ora em diante a considero suspensa de todos os officios religiosos, e como não existindo, até que venha a *resipiscência*²⁵ e ao cumprimento de minhas ordens, assim o cumpra. Deus Guarde a V. Mercê = Sebastião, Bispo do Rio Grande = Senhor Reverendo Vigário Colado da Cidade da Cachoeira = Conforme João de Deus Guterres.²⁶

Naquele dia (15 de novembro), os irmãos fizeram a eleição de Rei e Rainha e *mais empregados* da Irmandade, que serviriam no ano seguinte, 1864, cumprindo ordens do Juiz de Capela “na sentença dada no livro 3º da receita e despesa”. Foram eleitos todos por unanimidade de votos, certa-

²⁴ AHCMPA – Códice III-1.1.18/2, correspondência do Bispo do Rio Grande do Sul ao Vigário Colado da Cidade da Cachoeira, Porto Alegre 29 de Janeiro de 1863.

²⁵ Resipiscência: “Emenda que toma o que ia errado e mal moralmente, tornando ao bom caminho” (SILVA, 1922, p. 612).

²⁶ AHCMPA – Códice III-1.1.18/2, correspondência do Bispo do Rio Grande do Sul ao Vigário Colado da Cidade da Cachoeira, Porto Alegre, 24 de Fevereiro de 1863. Em 11 de junho daquele mesmo ano, o Bispo aprovou as eleições dos “novos Oficiais e Mesários das Irmandades do Divino Espírito Santo e do Santíssimo Sacramento, eretas na Matriz” da Cachoeira, feitas com assistência do Vigário Colado, “de acordo com as leis canônicas, e merecendo elas por isso minha aprovação na parte Eclesiástica”.

mente mostrando como a irmandade estava consciente das intenções de limitar-lhe a autonomia, os seguintes irmãos:

Cargo	Eleição de 30.09.1862 Gestão 1863 / 1864	Eleição de 15.11.1863 Gestão 1864
Rei	Marcos José Rodrigues	Bento Francisco de Andrada
Rainha	Anastácia, escrava do Major Joaquim Antônio da Cunha	Idem
Juiz	Major Joaquim Gomes de Carvalho	Rafael Pinto Bandeira
Juíza da Vara	Floribela Violeta Bandeira	Simpliciana Maria da Silva
Juíza do Ramo	Joaquina Maria de São José	Idem
Juíza do Ramallete	Domitildes, escrava de Tristão da Cunha	Idem
Capitão do Mastro	José Vicente Barcelos	Idem
Capelão	Não consta	Luiz Gonçalves dos Santos
Tesoureiro	Francisco Gonçalves da Fontoura	Estevão Cândido de Carvalho
Procurador	Joaquim Anastácio de Souza	José Francisco da Silva
Escrivão	Antonio da Costa Rocha	Narciso Peixoto de Oliveira Filho
Andador	Bento Francisco de Andrada	Mateus Pereira Gomes

Na eleição de 30.09.1862, não consta a quantidade de votos obtida por cada *empregado* da irmandade e nem aparece mencionado o nome de algum Capelão. Em 15.11.1863, por outro lado, os irmãos fizeram questão de registrar os votos, sendo a grande maioria dos *empregados* eleitos por unanimidade, com exceção do Juiz Rafael Pinto Bandeira, que recebeu 9 votos.

A Ata de 21.12.1853 registra que ficava “expressamente proibido que o Juiz e Juízas da Vara e Ramallete da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, acompanhem o Rei e Rainha e mais caterva, quando no dia da Festividade andarem em folia, pois semelhante ato em vez de inspirar respeito, provoca o riso e muito desabona a Irmandade”. A palavra *caterva* (multidão) soou-nos pejorativa durante a leitura, talvez equivocada, que fizemos, talvez por logo depois o escrivão associá-la com o *riso* e o risco de *desabono* que aquela irmandade corria com o comportamento público dos negros devotos, principalmente durante as procissões, momentos magnos de exposição.

O desabono significa um prejuízo a honra e a boa reputação, o que nos pode indicar que participar da Irmandade era realmente também um investimento numa forma de localização ou qualificação social. Esses devotos negros afirmavam-se como pobres honrados (BEATTIE, 2009; KRAAY, 2011), e a manutenção dessa imagem impoluta afiançava/abonava a boa reputação comunitária daqueles irmãos e irmãs. Ou seja, era uma atividade que demandava muita habilidade e autocontrole, principalmente pela ação da sempre vigilante sociedade não negra. Equilíbrio tenso e delicado entre a preservação de um comportamento religioso comportado, pudico e uma expressão mais corporal, expansiva (e mesmo risonha) de uma devoção já afro-brasileira.

Segundo Scott (2013, p. 83), as relações de dominação exigem “um trabalho constante de consolidação, ajustamento e perpetuação”, sendo boa parte desse investimento feita em representações simbólicas públicas de publicização da ordem e do poder estabelecido. Segundo esse antropólogo, os desfiles e procissões seriam exemplos extremos de “reuniões autorizadas dos subordinados” (2013, p. 102). Claro que esse consentimento não se traduz em uma participação pública inócua dos devotos do Rosário e São Benedito. Aqueles “sujeitos dançantes”, que seguiam Reis e Rainhas negros escravizados e a sua realeza, deixavam pelas ruas sinais inequívocos de uma manifestação católica afro-brasileira. As procissões do Rosário e São Benedito, assim, podem ser consideradas uma exteriorização teatralizada de um discurso oculto, de crítica e denúncia sociorracial. Naquela sociedade escravista e fortemente hierarquizada, as irmandades eram formas de devoção, inclusão e resistência, *espaços sociais de autonomia relativa* (SCOTT, 2013, p. 172).

Patrimônio, agência, ensino e devoção

O Estatuto da Igualdade Racial, criado pela lei n. 12.288, de 2010, e a homologação da lei n. 10.639, de 2003, que tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares do país, demonstra que a sociedade brasileira está vivendo um momento de afloramento de plurais demandas, que atingem seriamente o ambiente acadêmico. Percebemos a carência de instrumentos didáticos que cheguem até as salas de aula, auxiliando os professores na visibilização positiva dos agentes sociais negros. Analisando a questão da presença negra nos museus brasileiros, Raul Lody destaca:

Por tradição e mesmo por vício há uma certa restrição quanto ao valor da cultura material africana/afro-brasileira no domínio do sagrado. Certamente é enfática essa ocupação do território do sagrado, enquanto força defensiva e memorialista de uma longa e complexa história cultural de diferentes grupos que não podem ser vistos homogeneamente. É evidente que Áfricas se estabeleceram em diferentes e contrastantes brasis (LODY, 2005, p. 22).

Devemos lembrar das perseguições sofridas pela cultura africana/afro-brasileira durante as primeiras décadas republicanas, quando terreiros eram invadidos e seus bens desapropriados (MAGGIE, 1992).

Analisando a sala de exposições *Período Escravista*, parte do Museu Júlio de Castilhos (em Porto Alegre), Machado e Zubaran (2013, p. 137) procuraram perceber quais as “estratégias de representação mais recorrentes sobre o negro nessa exposição e o potencial pedagógico dessas representações. Quais os significados que estão sendo privilegiados e quais os silenciados sobre o negro nessa exposição”. Afinal, se perguntam as autoras: “o que se ensina sobre o negro?” As autoras mencionam como uma *estratégia de representação racializada no negro*, o *silenciamento sobre as experiências e os saberes negros, sobre sua história e práticas culturais*. Inclui-se nesse silenciamento a ação negra abolicionista como o papel de lideranças negras e das irmandades.

Nesse sentido, é interessante que, no mesmo livro que comporta o artigo mencionado acima, encontramos outro, de autoria de Medeiros e Witt (2013), que analisa o quadro do *jornalista Aurélio Viríssimo de Bittencourt*, também peça do acervo do Museu Júlio de Castilhos. Trata-se de um indivíduo negro que nasceu livre, filho de uma parda e um oficial da Marinha e que possui uma trajetória de mobilidade social positiva. Como funcionário público de carreira, Aurélio tornou-se chefe de gabinete dos presidentes do Estado Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros na primeira república (MOREIRA, 2014).

O foco nos museus brasileiros, quando se menciona a presença negra no Brasil, são os instrumentos de tortura e controle, com destaque à questão da dominação e da vitimização dos africanos e afro-brasileiros escravizados. Não que a escravização não deva ser mostrada como um sistema opressivo, mas se as versões historiográficas e museológicas se limitarem a essa faceta, a categoria negro será vista como sinônimo de escravo.

Os documentos da Irmandade do Rosário e São Benedito dos pretos de Cachoeira, custodiados pelo Museu Municipal local, são vestígios eloquentes do investimento apaixonado em uma devoção que, ao manifestar-se, expõe o outro presente e invisível, dando cor à crença. Reis e Rainhas

negros desfilando pelas ruas de uma sociedade escravista demarcam territórios através de uma apropriação do espaço católico, transformando-o em afro-católico. Esses territórios são compostos da própria Igreja da Conceição e do consistório dos irmãos do Rosário ali existente e pelas ruas por onde circulavam as procissões.

A territorialidade negra decorre dos percursos construídos e vivenciados pelos africanos e seus descendentes [...] multiplicando, assim, uma diversidade de raízes culturais, de signos, de memórias, de objetos artísticos, os valores éticos e estéticos, dos símbolos que denominamos em sua gênese e dinâmica social e cultural de cultura negra ou afro-brasileira (BITTEN-COURT JÚNIOR, 2010, p. 12/13).

Esses territórios da devoção afro-católica não eram exclusivamente negros (apesar da Irmandade ser reconhecida como de *pretos*), mas eram conformados por performances estético-religiosas organizadas, mantidas por um associativismo devocional ativo e duradouro. Esses territórios devocionais não eram fixos – apesar de ter trajetos mais ou menos consagrados –, mas demarcavam rotas e espaços através de uma prática afetiva e também efetivamente política.

Nesses livros talvez possamos perceber a construção de uma memória do cativo própria, baseada numa ótica influenciada pela sociabilidade motivada pela devoção. Afinal, nesse associativismo devocional estava em jogo a construção política de similaridades e diferenciações, fonte da elaboração de uma identidade coletiva baseada em preceitos etnoraciais e na experiência pessoal ou familiar com o cativo e a diáspora transatlântica. Como diz Gilroy (2007, p. 125): “A identidade se torna uma questão de poder e autoridade quando um grupo procura realizar a si próprio de uma forma política”.

Tratando dos escritos de ex-escravos como Equiano e Wheatley, Gilroy menciona que eles “nos impõem uma apreensão sofisticada do sincretismo, da adaptação e da intermistura culturais”. Segundo ele, essas narrativas

[...] não deveriam ser valorizadas apenas como um meio para observar a durabilidade dos elementos africanos, ou então ser descartados como uma mistura inadequada, destinada a ser sempre algo a menos do que as entidades supostamente puras que primeiro se combinaram para produzi-la. O legado destes trabalhos é ainda mais valioso como uma mistura, como algo híbrido. Sua forma recombinante tem um débito com as suas culturas ‘genitoras’, mas permanece positiva e insubordinadamente bastarda. Ela não produz nenhuma das supostas purezas anteriores que a geraram em inúmeras formas diversificadas. Ao menos aqui a identidade deve estar divorciada da pureza (GILROY, 2007, p. 145).

Esses documentos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos pretos de Cachoeira documentam experiências negras que hoje configuram um patrimônio imaterial. Nesse sentido, esses antigos livros documentam o intangível, o impalpável, algo ausente, mas que ali esteve concreta e sonoramente presente. Essas demonstrações de apropriações estéticas do espaço, coletivas e organizadas, nos dão uma imagem outra da sociedade escravista. Muito longe de suavizar ou atenuar a violência da escravidão, esses documentos nos transmitem cenas de esforço e dignidade, funcionando, como escreveu Gilroy (2007, p. 30), “importantes fontes de solidariedade, alegria e força coletiva”.

Abreviaturas

AHCMCS – Arquivo da Cúria Metropolitana de Cachoeira do Sul;
AHRs – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul;
ANRJ – Arquivo Nacional – Rio de Janeiro;
APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul;
BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro;
PNSC-SL – Paróquia Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo.

Referências

- BEATTIE, Peter M. *Tributo de sangue. Exército, honra e nação no Brasil, 1864-1945*. São Paulo: Edusp, 2009.
- BITTENCOURT JÚNIOR, Iosvaldir Carvalho. Os Percursos do Negro em Porto Alegre: Territorialidade negra urbana. In: VILASBOAS, Ilma Silva; BITTENCOURT JÚNIOR, Iosvaldir Carvalho; SOUZA, Vinicius Vieira de. *Museu de Percursos do Negro em Porto Alegre*. Porto Alegre: Vinicius Vieira de Souza, 2010. p. 9-74.
- BORGES, Célia Maia. *Escravos e libertos nas irmandades do Rosário*. Devoção e solidariedade em Minas Gerais – século XVIII e XIX. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.
- BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e a política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.
- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Dicionário de Medicina Popular e das Ciências Accessarias para Uso das Famílias*. 2. vol., 6. ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890.
- CORD, Marcelo Mac. *O rosário de D. Antônio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife*. Recife: Ed. UFPE, 2005.
- FAGUNDES, Rosicler Maria Righi. *Esfaqueamento no Púlpito: o comércio e suas elites em Cachoeira do Sul na segunda metade do séc. XIX (1845-1865)*. [Dissertação de Mestrado] PPGH/Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009.

- FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.
- FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Baptista Santiago. *História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1963.
- GILROY, Paul. *Entre Campos*. Nações, Culturas e o Fascínio da Raça. São Paulo: Annablume, 2007.
- GRIGIO, Ênio. A Irmandade do Rosário e os conflitos gerados no processo de centralização clerical em Santa Maria/RS. *Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas*. Universidade Federal de Santa Maria, v. 16, p. 33-46, 2003.
- _____. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Santa Maria (1873-1915). In: RIBEIRO, José Iran; WEBER, Beatriz Teixeira (Org.). *Nova História de Santa Maria: outras contribuições recentes*. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2012.
- KRAAY, H. *Política racial, Estado e Forças Armadas na época da Independência: Bahia, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2011.
- KÜHN, Fábio. “Um corpo, ainda que particular”: irmandades leigas e Ordens Terceiras no Rio Grande do Sul colonial. *História Unisinos*. São Leopoldo, 14(2):121-134, maio/ago., 2010.
- LANGAARD, Theodoro J. H. *Dicionário de Medicina Doméstica e Popular*. Vol. 3, 2. ed. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia., 1872.
- LODY, Raul. *O negro no Museu Brasileiro: Construindo Identidades*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.
- LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.
- LOPES, Vicente Zeferino Dias. *Nótulas sobre a história eclesiástica do Rio Grande do Sul – 1737-1891*. Cachoeira do Sul, 1891.
- MACHADO, Lisandra Maria Rodrigues; ZUBARAN, Maria Angélica. Representações racializadas de negros nos museus: o que se diz e o que se ensina. In: MATTOS, Jane Rocha de. *Museus e Africanidades*. Porto Alegre: Edições Museu Julio de Castilhos, 2013. p. 137-156.
- MAGGIE, Yvonne. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- MATTOS, Jane Rocha de. *Museus e Africanidades*. Porto Alegre: Edições Museu Julio de Castilhos, 2013.
- MEDEIROS, Maria Ricken de; WITT, Nara Beatriz. Trilhando investigações sobre o quadro de Aurélio Viríssimo de Bittencourt. In: MATTOS, Jane Rocha de. *Museus e Africanidades*. Porto Alegre: Edições Museu Julio de Castilhos, 2013. p. 121-136.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. O Aurélio era preto: Trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, PUC/RS, v. 40, 2014, p. 85/127.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. “E se fazendo a adivinhação da peneira caíra no preto acusado”: lideranças etno-religiosas numa sociedade escravista (Porto Alegre, XIX). In: GOMES; Flávio; COSTA, Valéria (Orgs.). *Religião e Religiosidade negras no Brasil: da escravidão e pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2015. p. 100-130.

MÜLLER, Liane Susan. *“As Contas do Meu Rosário são Balas de Artilharia”* – Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

NASCIMENTO, Mara Regina do. *As irmandades no meio urbano: práticas funerárias e religiosidade entre os leigos*. Porto Alegre (1780-1850). [Tese de Doutorado] Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

OLIVEIRA, Anderson José Machado. *Devoção negra: santos pretos e catequese no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2008.

OLIVEIRA, Renata Saldanha. *Cativos Julgados: Experiências Sociais Escravas de Autonomia, Sobrevivência e Liberdade em Cachoeira do Sul na Segunda Metade do Século*. [Dissertação de Mestrado] Santa Maria: PPGH/Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

REGINALDO, Lucilene. *Os rosários dos angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*. São Paulo: Alameda, 2011.

REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil. A História do levante dos Malês em 1835*. Edição revista e aumentada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Administração e Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão. Catálogo Seletivo de cartas de liberdade*. Acervo dos Tabelionatos de municípios do interior do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006. II Volume. Site: <http://www.apers.rs.gov.br>.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão: inventários: o escravo deixado como herança*. 4 volumes. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010. (Coordenação Bruno Stelmach Pessi)

RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul*. Volume II. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCOTT, James C. *A Dominação e a Arte da Resistência*. Discursos Ocultos. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Tomo 1 e 2. Rio de Janeiro, Oficinas da S. A. Litho-Litotipographia Fluminense, 1922. (Edição fac-símile da 2ª edição, de 1813, sendo a 1ª edição de Lisboa, Officina de Simão Thadeo Ferreira, em 1789).

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, Século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SÔNEGO, Aline. “*Sob a condição que continue em nossa companhia*”: as décadas finais da escravidão e a transição para o trabalho livre em um município rio-grandense (Cachoeira 1871/1889). [Dissertação de Mestrado] Passo Fundo: PPGH-Universidade de Passo Fundo, 2011.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil Escravista*. História de Coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

STAKONSKI, Michelle Maria. *Da Sacristia ao Consistório*. Tensões da romanização no caso da Irmandade de Nossa senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos – Desterro/Florianópolis (1880/1910). Itajaí: UDESC; Casa Aberta, 2008.

SWEET, James H. *Recriar a África*. Cultura, Parentesco e Religião no Mundo Afro-Português (1441-1770). Lisboa: Edições 70, 2007 (Lugar da História, 69).

TAVARES, Mauro Dillmann. *Irmandades Religiosas, Devoção e Ultramontanismo em Porto Alegre no Bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888)*. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

TINHORÃO, José Ramos. *Os negros em Portugal*. Lisboa: Editorial Caminho S/A, 1988.

VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*. Campinas: Unicamp, 2007.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. Tia Maria Tereza, os fantasmas e o pote de ouro. Estruturas e reavaliações funcionais de narrativas míticas sobre a escravidão entre descendentes de cativos. Osório, século XX. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, v. 11, p. 379-392, 2014.

Acervo de Livros Didáticos de História do LEH/UFPel: constituição, organização e catalogação

Lisiane Sias Manke¹

Introdução

Livros didáticos fazem parte da vida de estudantes e professores no contexto brasileiro há mais de um século; sua produção remete ao século XIX, quando eram denominados manuais escolares, compêndios, livros-textos, entre outros. Se o uso do livro didático não se apresenta como algo novo no contexto escolar, as pesquisas que tomam esses livros como fonte e objeto de estudo foram sendo desenvolvidas, especialmente, após a década de 60 do século XX. A presença cada vez mais frequente do livro didático nas relações de ensino-aprendizagem e o crescimento de investigações que buscam compreender as diferentes facetas desse complexo objeto cultural (BITTENCOURT, 2009) requerem necessariamente a constituição de acervos que localizem, reúnam, organizem e preservem tais fontes de estudo e pesquisa. Nesse sentido, o objetivo deste texto é compartilhar dados e experiências relativas à formação e organização do acervo de Livros Didáticos de História, inseridos no âmbito do LEH – Laboratório de Ensino de História –, vinculado ao Departamento de História do ICH/UFPel.

O LEH é um espaço de formação para os alunos dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em História e professores que atuam na Educação Básica, buscando promover o debate, a problematização e a troca de experiências, aproximando assim a teoria e a prática pedagógicas. O LEH, ao mesmo tempo, abarca vários subprojetos em três frentes: ensino, pesquisa e

¹ Doutora em Educação (FaE/UFPel), professora do Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas – ICH/UFPel. Integrante do Laboratório de Ensino de História da UFPel (LEH/UFPel) e do Grupo de Pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares (HISALES/FaE/UFPel).

extensão. As ações são desenvolvidas na forma de cursos, eventos, grupos de estudo, produção de materiais didáticos, disponibilização do acervo bibliográfico para pesquisa e subsídio das práticas escolares, publicações e outros produtos acadêmicos. Neste texto nos ocupamos apenas das questões que envolvem o acervo de livros didáticos do LEH, destacando as etapas do trabalho de coleta, registro e catalogação do acervo, bem como a importância da manutenção e construção desse para o subsídio de práticas escolares de ensino de História e o desenvolvimento de pesquisas sobre o Ensino de História e a História da Educação. Destacando assim o LEH como importante projeto que, entre outros, constitui-se enquanto núcleo de organização e preservação de materiais didáticos, históricos e atuais, potencializando a realização de práticas de ensino de História e pesquisas acadêmicas sobre o tema.

Para o desenvolvimento de pesquisas que tomem o livro didático como fonte e objeto de estudo, a existência de acervos que preservem esses materiais possui significativa importância. Contudo, para Choppin (2002), os livros didáticos são vítimas de seu próprio sucesso. Conforme o autor, a democratização do ensino e a extensão da escolarização levaram a uma produção editorial cada vez mais massiva. Os livros didáticos passaram a ser produzidos em dezenas de milhões de exemplares, tornando-os familiares e banais frente aos demais livros. O grande número de tiragem e de subsídios que esses materiais recebem, direta e indiretamente, contribui também para torná-los produtos editoriais comparativamente pouco onerosos e, portanto, pouco valorizados. Além disso, os livros escolares caracterizam-se como mercadorias perecíveis, que perdem valor de mercado diante de uma mudança nos métodos de ensino ou quando fatos atuais impõem-lhes modificações, levando-os ao descarte (CHOPPIN, 2002, p. 7).

Somada a vulnerabilidade dos livros didáticos está a inexistência de políticas de organização e constituição de acervos, assim como a ausência de métodos de organização e catalogação específicos para livros didáticos. Ainda segundo Choppin (2002), a longevidade e a multiplicidade de reedições que caracterizam os livros escolares não instigam os bibliográficos a empreender trabalhos de catalogação comparáveis às edições raras. O que pode ser percebido ao observar os parâmetros universais de catalogação, como a CDD (Classificação Decimal de Dewey), que não contempla um código específico para livros didáticos, o que dificulta a organização dos acervos didáticos diante das especificidades de catalogação desses materiais. Como afirma Choppin, a ausência de acervos e a

dispersão dos manuais escolares não contribuem para o crescimento do campo de pesquisa:

O pouco interesse demonstrado, até estes últimos vinte anos, pelos manuais antigos e pela sua história decorre não somente das dificuldades de acesso às coleções, mas também de sua incompletude e sua dispersão. Ou talvez, ao contrário, devido à grande quantidade de sua produção, a conservação dos manuais não foi corretamente assegurada (CHOPPIN, 2002, p. 8).

Portanto a constituição de locais destinados à salvaguarda dos materiais didáticos que circulam no cotidiano escolar, disponíveis para que pesquisadores possam desenvolver seus estudos, é essencial. O livro didático é um objeto que praticamente dispensa conceituação, definindo-se como livro utilizado na escola no processo de ensino-aprendizagem, que tem como público-alvo professores e alunos. Contudo, para Bittencourt (2009), trata-se de um objeto cultural de difícil definição, que pela familiaridade de uso cotidiano adquire, por vezes, conceito muito simplificado, sendo obra bastante complexa, que se caracteriza pela interferência de vários sujeitos em sua produção, circulação e consumo. Os livros de História, particularmente, foram ao longo dos anos alvo de vigilância em relação aos conteúdos apresentados, considerados instrumento a serviço de determinada ideologia e de práticas tradicionais de ensino. Contudo, para a autora, ao serem analisados em profundidade e em uma perspectiva histórica, é possível perceber mudanças significativas em seus aspectos formais, com possibilidade de usos diferenciados no cotidiano escolar (BITTENCOURT, 2009, p. 300). Nesse sentido, os estudos envolvendo livros didáticos podem contribuir diretamente nas práticas escolares, no momento em que passamos a entendê-los em todas as suas dimensões e complexidades.

Constituição e catalogação do acervo

No intuito de contribuir tanto com as pesquisas que envolvem os livros didáticos como com as práticas de ensino-aprendizagem da disciplina de História, temos feito um esforço para a constituição de um acervo que preserve os materiais didáticos utilizados para o ensino de História ao longo dos anos. O trabalho de constituição desse acervo remete ao final da década de 90, com continuidade nos anos 2000, especialmente com a conclusão da tese de doutorado do professor Sebastião Peres², que se dedicou

² Trata-se da tese “O ensino de História e as reformas educacionais no Mercosul”, defendida em 2001, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da FaE/UFMG.

sobremaneira à coleta e preservação de materiais didáticos de História em seus estudos. Assim como no sentido de garantir um espaço físico para acondicionar o acervo, espaço³ esse que hoje serve de referência tanto para alunos de graduação e pós-graduação como para professores de História da Educação Básica.

Com o tempo, o projeto foi ampliado e novos participantes foram agregados. Assim, como resultado de um trabalho coletivo e colaborativo, o acervo cresceu significativamente, indicando para o desenvolvimento de uma importante e promissora área de pesquisa. Atualmente, o acervo possui 1.253 exemplares de livros didáticos e paradidáticos de História. O volume quantitativo de livros indicou para a necessidade de registro e catalogação do acervo, que permitisse o maior controle sobre as obras existentes e possibilitasse a consulta de forma mais ágil e adequada.

Para tanto, a contribuição do curso de Bacharelado em História da UFPel foi fundamental através da disciplina Organização de Arquivos Históricos, que compõe a grade curricular do curso e propõe-se a desenvolver parâmetros organizacionais de armazenamento e higienização de acervos dos mais variados materiais. Foi possível contar com a presença de três alunos⁴ da disciplina, que estagiaram no LEH no segundo semestre do ano de 2013. Durante essa disciplina, os estagiários puderam realizar um levantamento das necessidades do acervo, explorar as especificidades de uma catalogação específica⁵ para livros didáticos e assim pensar formas possíveis de registro e catalogação que dessem conta das necessidades do acervo. No semestre seguinte, após a realização do projeto inicial de catalogação, realizado durante a disciplina Organização de Arquivos Históricos, um dos alunos foi contemplado com uma bolsa de extensão e permaneceu atuando como bolsista do LEH, tendo aperfeiçoado e colocado em prática o projeto⁶, especialmente elaborado para o acervo de livros didáticos do LEH.

³ O espaço que abriga o Laboratório de Ensino de História/LEH situa-se no prédio do Instituto de Ciências Humanas – ICH/UFPel, localizado na rua Alberto Rosa, 154, sala 130 – Pelotas.

⁴ Os alunos da disciplina Organização de Arquivos Históricos – Jéferson Barbosa Costa, Caroline Matoso Duarte e Nicole Angélica Schneider – estagiaram no LEH sob a supervisão da Profa. Dra. Ana Inez Klein.

⁵ Que levassem em conta, por exemplo, a existência de livros diferentes de um mesmo autor, com o mesmo título, publicados no mesmo ano, apenas com indicação diferente do nível escolar ao qual são destinados.

⁶ Sobre o projeto e o processo de catalogação do acervo consultar: COSTA, Jéferson Barbosa. O processo de catalogação do acervo bibliográfico do laboratório de ensino de história. *Aedos*, v. 7, n. 16, p. 247-266. Porto Alegre, jul. 2015.

O método projetado para a organização e catalogação do acervo utilizou dois softwares em especial: o *OCLC Dewey Cutter Program* e *Microsoft Office Excel*. O primeiro trata-se de uma ferramenta que realiza a criptografia de palavras, convertendo-as em códigos alfanuméricos, ou seja, cada palavra lançada no campo *text*, na tabela de catalogação, gera um código composto por letras e números. No caso do acervo em evidência, foi utilizada a tabela *Cutter Sanborn Four-Figure Table*, que permite a criação de códigos com apenas uma letra. Ao digitar a palavra “Sousa”, por exemplo, o software gera o código alfanumérico *S725*. Desse modo, para cada livro do acervo foi criado um código alfanumérico, composto a partir do último sobrenome do autor e do nome inicial do mesmo. A opção em usar nome e sobrenome para a criação dos códigos deu-se pela necessidade de distinguir autores com o mesmo sobrenome. Para a formação total do código, o nome e sobrenome do autor são seguidos pelos três últimos dígitos do ano de publicação da obra e, por fim, por outro código que condiz com o nível escolar para o qual a publicação foi produzida.⁷ A título de exemplo, o código fica com a seguinte composição: *V712.M3211.005.5S*. Dessa forma, foi possível controlar todas as variáveis e produzir um código único para cada livro do acervo, que, além de constar na plataforma de armazenamento dos dados, é fixado no próprio livro em etiqueta adesiva.

O segundo software utilizado refere-se ao *Microsoft Office Excel*, que corresponde à plataforma de armazenamento dos dados, configurando-se como a planilha em que ficam as principais informações sobre os livros do acervo, sendo também o provedor dos parâmetros organizacionais, pois tem a função de equacionar todo o processo de catalogação. A planilha produzida a partir do software *Microsoft Office Excel* pode contemplar vários campos personalizados de busca e de catalogação de um acervo. No caso do acervo do LEH, a planilha é composta pelos seguintes campos: código, título, autor, ano, editora, edição/volume, série, páginas, prateleira/acervo e palavras-chave. Para a construção da planilha e preenchimento de todos os campos, inicialmente foi realizada a coleta das informações acerca de cada exemplar presente no acervo e destacadas as especificidades e diversi-

⁷ Fragmentando o código *V712.M3211.005.5S*, que corresponde a um dos livros do acervo, é possível observar a sua formação: *V712* refere-se ao sobrenome do autor e *M321* ao nome do autor (ambos criptografados através do software *OCLC Dewey Cutter Program*); *005* refere-se aos últimos números do ano de publicação da obra (2005); e *5S* corresponde ao nível escolar ao qual o livro é destinado (quinta série).

dade de dados presentes nos livros, pois se trata de um acervo que contempla volumes do final do século XIX até a atualidade, que seguem distintos modelos de publicação. Através da planilha o pesquisador tem a possibilidade de realizar uma consulta prévia ao acervo, colhendo várias informações sobre as obras, podendo posteriormente, se assim o desejar, fazer a consulta “in loco”. Além disso, a pesquisa pode ser realizada a partir de todos os campos, sendo possível o usuário reordenar os dados por ano de publicação, autor, editora, entre outros.

O processo de organização do acervo foi vastamente discutido entre professores e alunos, resultando em um método de catalogação que levou em conta as especificidades de publicação de obras didáticas, considerando as necessidades de organização e consulta do acervo. Seguindo o que bem expressa Costa:

Através do conhecimento prático adquirido, pode-se dizer que é necessário, antes de buscar métodos de catalogação prontos, pensar as especificidades do acervo em questão, sem nunca esquecer que um dos objetivos quando pensa-se a organização de um acervo é encontrar uma maneira para que novas aquisições sejam organizadas sem que sejam necessárias mudanças no procedimento utilizado (COSTA, 2005, p. 265).

Como parte do processo de organização do acervo, no primeiro semestre de 2015, durante a programação do *Seminário Ensino Médio Politécnico: novas perspectivas e desafios*, promovido pelo LEH, foi realizada a cerimônia de inauguração do acervo. Nessa oportunidade, a comunidade acadêmica e os profissionais da Educação Básica puderam contemplar algumas obras, através de exposição temática, e a política de coleta e catalogação do acervo. Com isso nosso intuito foi dar visibilidade ao acervo e às possibilidades de uso desse, promovendo um momento para problematizar e rememorar práticas de ensino, métodos, processos, paradigmas que envolvem o ensino de História, pois compreendemos ser esse um espaço de pesquisa, de estudo, mas também e especialmente de memória.

A composição do acervo

Constituir um acervo com livros e materiais didáticos de ensino de História expressa o esforço em contribuir com um campo de pesquisa que busca compreender propostas de ensino e práticas escolares que indicam modos de pensar e viver em sociedade. Os textos didáticos apresentam visões e concepções socioculturais, políticas e econômicas, oferecendo indícios sobre práticas de ensino-aprendizagem e indicando modos de organi-

zação do sistema escolar, entre outros. Para tanto, a análise crítica desses materiais demanda instrumentos teóricos que observem as especificidades e a complexidade da produção didática, além da multiplicidade de funções e uso desse suporte pedagógico. Os livros didáticos enquanto fonte e objeto de estudo condizem com a “proposta de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre dados marginais, considerados reveladores” (GINZBURG, 2007, p. 149). Nos domínios da História Cultural, essa perspectiva teórico-metodológica de coleta e interpretação dos dados empíricos recusa uma história totalizante e pauta-se na investigação de vestígios do passado, que revelam fragmentadas práticas e representações do cotidiano escolar. Nesse sentido, os estudos envolvendo livros didáticos oferecem uma diversidade de abordagens e recortes que possibilitam a pesquisa sobre a educação e sua história e, mais especificamente, no caso do acervo em evidência, sobre a constituição dessa disciplina e as práticas que envolvem o ensino de História.

Partindo dessa perspectiva, temos investido na constituição do acervo de livros didáticos do Laboratório de Ensino de História – LEH. Os livros estão organizados em seis acervos específicos: 1) Livros didáticos de História raros; 2) Livros didáticos de História antigos; 3) Livros didáticos de História atuais; 4) Livros didáticos de História Anos Iniciais; 5) CADERNOS de atividades e manuais do professor; 6) Paradidáticos.

O *acervo de livros didáticos de História raros* é composto, atualmente, por 135 livros, com datas de publicação que remontam à segunda metade do século XIX. Sendo caracterizados pela denominação “livros raros”, todos os existentes no acervo foram publicados até o final da década 60 do século XX. A escolha por essa delimitação temporal está relacionada ao aspecto material das obras, uma vez que, especialmente a partir da década de 1970, ocorreram mudanças significativas na materialidade dos livros didáticos, ou seja, os exemplares que compõem esse acervo nos permitem observar que houve uma renovação no projeto gráfico das obras na segunda metade do século XX. Até a década de 60, os livros possuem tamanho menor, em formato “in-oitavo”, a presença de imagens é bastante reduzida, assim como a existência de cores, quando há imagens coloridas, normalmente são de cor única.⁸ O papel utilizado é em cor natural ou tons beges, sendo raros os

⁸ Conforme estudo realizado por Bittencourt, a maior comercialização dos livros garantia o sucesso da obra. Assim, publicar com preços acessíveis era um requisito importante, para tanto: “aperfeiçoaram, por exemplo, técnicas de capas do tipo brochado, e geralmente as editoras adoram o padrão “in-8º”, introduzido pela Garnier, cujo tamanho possibilitava a venda por preço mais acessível (p. 113, 1993).

livros produzidos com papel branqueado, não havendo também uma variedade de tipo e tamanho de letras. Nesse sentido, podemos inferir, entre outros, que a legibilidade e a leiturabilidade⁹ desses livros eram menores que das produções que os sucederam.

Diante da especificidade dos livros que compõem esse acervo, foram adotados critérios diferentes para a sua organização, pois aspectos que foram levados em consideração para a criação dos códigos de identificação dos livros mais atuais estão ausentes em muitos dos livros raros. Como por exemplo, o ano ou série escolar a que se direciona a obra, o que indica para as mudanças na organização do sistema escolar ao longo dos anos. Desse modo, os *livros didáticos de História raros* estão identificados na planilha *Microsoft Office Excel* por um código composto por um numeral (que pode indicar a sequência em que foram incorporados no acervo) e uma segunda dezena que indica a década em que foram publicados. A título de exemplo, a obra *História do Brasil*, de Rocha Pombo, publicada em 1925, é identificada no acervo pelo código: n. 4/20. Os códigos estão fixados em caixas de papel cartona, que foram produzidas especialmente para cada um dos livros do acervo *raros*, com o objetivo de melhor acondicioná-los e também para que as etiquetas com o código de identificação não fossem coladas diretamente sobre os mesmos.

Assim, o acervo apresenta uma organização que parte do ano de publicação das obras, principal aspecto considerado para a formação dos códigos de catalogação. Além do ano de publicação, a planilha de dados sobre o acervo é composta por outros 12 campos, entre eles a autoria, o título, a língua e o local de publicação. A partir das décadas de publicação, o acervo de 135 obras está assim constituído: 1870 – um livro; 1880 – um livro; 1890 – dois livros; 1900 – cinco livros; 1910 – sete livros; 1920 – dez livros; 1930 – 12 livros; 1940 – 23 livros; 1950 – 18 livros; 1960 – 25 livros; por fim, outros 31 livros que não apresentam data de publicação.

Entre os livros que compõem esse acervo há dez obras de autoria de Joaquim Silva, publicadas pela Editora Nacional em três diferentes décadas, o que permite, por exemplo, um estudo longitudinal da produção desse autor. Outras seis obras de autoria de Afonso Guerreiro Lima, autor e professor gaúcho, publicados pela livraria do Globo nas décadas de 20, 30 e

⁹ Sobre esses conceitos consultar: LEE, Marshall (2004).

40, podem oferecer importante contribuição para pesquisas sobre a produção de livros didáticos do Rio Grande do Sul. Ainda, a título de exemplo, o acervo possui seis livros de autoria de Rocha Pombo, publicados nas décadas de 10, 20 e 40, autor de grande reconhecimento na produção didática, premiado em 1899 pela Diretoria Geral de Instrução Pública pela produção do *Compêndio de História da América*, que concretizou uma visão fundamentada no espaço americano, dissonante no conjunto da produção historiográfica que se pautava na produção europeia (BITTENCOUT, p. 187, 1993).

Outro acervo abarca os *livros didáticos de História antigos* com publicações a partir da década de 70 do século XX até o ano de 2005, que, atualmente, contém 605 obras, destinadas às séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Entre esses encontramos produções de 119 autores, possibilitando perceber o vasto campo de produção de livros didáticos de História, especialmente a partir da segunda metade do século XX, com a criação dos programas nacionais de aquisição de materiais didáticos e a ampliação do acesso à escola pública, o que, conseqüentemente, motivou um número maior de autores a dedicar-se à produção de obras didáticas. Uma análise rápida nas planilhas do acervo permite observar que determinados autores ocupam-se da produção de textos didáticos há décadas; é o caso, por exemplo, de Gilberto Cotrim. O acervo possui 160 livros didáticos somente desse autor, o mais antigo publicado em 1982 e o mais atual em 2005. Nessas três décadas presentes no acervo, a produção de Cotrim é vasta e diversificada; a análise dos títulos por si só é propositiva, entre esses está: OSPB – Para uma Geração Consciente; Estudos de Moral e Civismo; História do Brasil – Nova Consciência; Saber Fazer História. Pode-se inferir que o autor com o tempo foi contemplando novas abordagens teóricas e aderindo às mudanças socioculturais e políticas que emergiram no final do século XX. Outras tantas questões poderiam ser colocadas em relação à trajetória autoral desse escritor de obras didáticas somente a partir do acervo em evidência.

Nessa direção, observa-se a possibilidade de engendrar estudos que se ocupem de compreender esse complexo produto cultural – o livro didático – em suas diferentes dimensões: no que tange à produção, à circulação, os projetos editoriais, os métodos propostos, a trajetória dos autores, as estratégias editoriais, os programas e avaliações nacionais, a legislação educacional que incide na produção didática, o uso escolar e não escolar, entre

outros. Ou seja, como nos ensina Robert Darton (1995), estudos que contribuam para a compreensão do circuito de comunicação do livro, compreendendo-o como um todo, assim ampliando as pesquisas mais recorrentes que se ocupam em analisar os aspectos ideológicos do texto didático. “Um circuito de comunicação que vai do autor ao editor (se não é o livreiro que assume esse papel), ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor e chega ao leitor. O leitor encerra o circuito porque ele influencia o autor tanto antes quanto depois do ato de composição” (DARTON, 1990, p. 112). Assim, buscando a relação que se estabelece em torno da produção, circulação e uso do livro didático.

Por sua vez, o *acervo de livros didáticos de História atuais* é composto por obras publicadas de 2006 aos dias atuais. Esse acervo contém 230 exemplares direcionados aos anos finais do Ensino Fundamental e Médio. Esses, juntamente com o *acervo de livros paradidáticos*, composto por 36 obras, são direcionados, especialmente, para auxiliar na elaboração de projetos de ensino. Alunos do curso de licenciatura em História, ao cursarem as disciplinas pedagógicas, de práticas de ensino e os estágios obrigatórios, têm a possibilidade de utilizar esse acervo como ferramenta que os auxilia no planejamento de propostas de ensino de História.

Compreendemos que a utilização do livro didático no processo de ensino-aprendizagem atualmente é bastante variada, podendo ser o único instrumento de trabalho do professor ou mero auxiliar das práticas de ensino. Contudo, de uma forma ou de outra, a presença do livro didático no cotidiano escolar é dada como certa, em praticamente a totalidade dos casos. Partindo dessa premissa, a equipe de professores do LEH considera importante que os futuros professores conheçam esse material, o processo histórico do qual fazem parte, a produção e constituição dessas obras e, assim, os diferentes aspectos que fazem desses um produto da indústria cultural. O livro didático possui uma especificidade em relação aos demais suportes de leitura, que “reside na interferência constante do professor e sua mediação entre o aluno e o livro didático. [...] diferente de outros textos impressos, tem, desde seu processo inicial de confecção, o pressuposto de uma leitura que necessita da intermediação do professor” (BITTENCOURT, 2009, p. 317). Assim, se os professores conhecerem essas obras, seus limites e possibilidades e as utilizarem frente às suas reais possibilidades pedagógicas, a presença dos livros didáticos no cotidiano escolar resultará em práticas de ensino mais favoráveis ao processo de ensino-aprendizagem dos conhecimentos históricos.

Por fim, outros dois conjuntos de livros fazem parte do acervo de livros didáticos de história do LEH, o *acervo de livros didáticos de História Anos Iniciais* e o *acervo de Cadernos de atividades e manuais do professor*. O acervo de Anos Iniciais possui 189 obras, direcionadas da 1ª à 4ª série, ou conforme a estrutura atual, de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com datas de publicação entre os anos 1970 e 2011. Conforme estudos realizados por Bittencourt (2009), a análise desses livros possibilita observar que houve uma renovação dos conteúdos se comparados aos textos de Estudos Sociais, pois contemplam conceitos básicos da área, como tempo e espaço, incluem temas ligados ao multiculturalismo e possuem uma variedade de atividades lúdicas (p.308/309). Uma possibilidade de estudo envolvendo esses livros é a análise de possíveis rupturas e/ou permanência, textuais, iconográficas ou materiais dos livros, na passagem das séries iniciais para as séries finais do Ensino Fundamental. Existem, por exemplo, mudanças consideráveis na proposta pedagógica dos anos iniciais para os anos finais em relação ao ensino dos conceitos de tempo e espaço?

O *acervo de Cadernos de atividades e manuais do professor* possui 58 livros. Atualmente, observa-se que esses materiais fazem parte das obras didáticas, mas, pelo que podemos observar, especialmente na segunda metade do século XX, era comum serem produzidos separados dos livros didáticos. Tais alterações estão relacionadas às exigências postas pelo PNL D – Programa Nacional do Livro Didático –, que tem indicado a produção de coleções compostas pelo livro do aluno e do professor. Dessa forma, podemos afirmar que a consagrada presença do livro didático no cotidiano escolar há mais de um século não ocorre ausente de alterações e mudanças substanciais, seja na produção, na circulação ou nos usos do livro didático.

Considerações finais

Somar esforços para coletar, adquirir, organizar, salvaguardar um acervo com mais de mil exemplares de livros e materiais didáticos de uma só disciplina já é, por si só, um trabalho que exige fôlego. Contudo entendemos que essa é apenas uma fase do processo, que pouco sentido apresenta se não tiver no horizonte o incentivo a práticas de pesquisa que envolvam temáticas vinculadas à História da Educação, à História do Livro e da Leitura, à História e às Práticas de Ensino de História, entre outras possibilidades que se apresentam na interface com outros campos

de pesquisa. Nesse sentido, observamos o que indica Le Goff (1996) ao afirmar que documento “não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é monumento” (LE GOFF, 1996, p. 10). Conscientemente produzido, o documento requer desmistificação, questionamento, problematização, desconstrução; requer o olhar atento e comprometido do pesquisador.

Nesse sentido, alguns estudos já foram empreendidos, tomando o livro didático como objeto ou fonte de pesquisa, seja em estudos monográficos realizados no âmbito do Departamento de História ou mesmo no Programa de Pós-graduação em História – PPGH/UFPeI. Estudos monográficos que trouxeram significativa contribuição para a área, como a pesquisa intitulada “O diálogo entre o ensino de História e as relações de gênero: uma abordagem dos Livros Didáticos de História sobre a invisibilidade do feminino entre o período de 1996 até 2014”, realizada por Mariana Insauriaga; o Trabalho de Conclusão de Curso de Felipe Nobre com o título “Invisíveis, presentes, esquecidos: a temática indígena no Ensino de História na coleção didática Projeto Araribá (2008-2013)”¹⁰; como também as duas pesquisas, de Licenciatura e Bacharelado em História, respectivamente empreendidas por Mônica Maciel Vahl, uma intitulada “A produção de livros didáticos da Professora e Técnica em Educação Sydia Sant’Anna Bopp¹⁰” e a outra denominada “Contribuições sobre o programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental do Instituto Nacional do Livro (1979-1976)”. Para citar apenas alguns exemplos. No Programa de Pós-graduação em História atualmente, a mestranda Anelise Domingues desenvolve pesquisa explorando a relação entre livros didáticos, a lei 10.645/03 e as práticas de ensino vigentes. De igual modo, Felipe Nobre realiza pesquisa de mestrado sobre a temática indígena em duas coleções de livros didáticos (Projeto Araribá e História: Sociedade e Cidadania) no contexto da lei 11.645/08 (2008-2015), dando continuidade ao projeto empreendido durante a graduação.

Embora possamos observar um trabalho que vem sendo realizado com êxito, consideramos alguns pontos como objetivos a serem perseguidos tanto para a ampliação do acervo como para o desenvolvimento de

¹⁰ Desenvolvida a partir do acervo de livros didáticos do Grupo de Pesquisa HISALES (História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares), vinculado ao PPGE/FaE/UFPeI.

novos estudos. Entre esses objetivos podemos indicar: a realização de um projeto junto ao PPGH/UFPel para empreender pesquisas e publicações; a consolidação de um grupo de estudo e pesquisa sobre Livros Didáticos e Ensino de História; a ampliação da divulgação do acervo junto às escolas de Educação Básica, de modo a aumentar a coleta de materiais didáticos e a possibilidade de uso do acervo nas práticas de ensino de professores de História; a busca de recursos para acondicionar de forma mais adequada os livros do acervo; o desenvolvimento de um processo de higienização permanente no acervo em parceria com outros cursos de graduação da UFPel; a criação de uma página do LEH na internet, que disponibilize a plataforma de armazenamento dos dados do acervo; a digitalização dos livros raros, entre outros.

Por fim, consideramos importante ressaltar que este texto ocupou-se em apresentar algumas questões que envolvem um trabalho que, embora já venha sendo empreendido há alguns anos, encontra-se em pleno desenvolvimento, com muitos pontos a serem acrescidos e ampliados, ou mesmo, melhor equacionados. Trata-se, portanto, de um projeto longínquo, que deverá continuar junto à comunidade acadêmica e escolar, combinando e aproximando pesquisa e práticas de ensino.

Referências

- BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria. *Livros Escolares de Leitura no Brasil: elementos para uma história*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2009.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. São Paulo: DH/FAFICH/USP, 1993. (Tese de Doutorado).
- CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas de Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. *História da Educação*. Pelotas: ASPHE, n. 11, p. 5-24, abril 2002.
- COSTA, Jéferson Barbosa. O processo de catalogação do acervo bibliográfico do laboratório de ensino de história. *Aedos*, v. 7, n. 16, p. 247-266. Porto Alegre, jul. 2015.
- DARNTON, Robert. O que é a história dos livros? In: DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. Morfologia e história. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

LEE, Marshall. *Bookmaking: Editing/Design/Production*. New York: Balance House Book, 2004.

Arquivistas sem Fronteiras do Brasil: dez anos de cooperação e solidariedade no âmbito dos arquivos

Jorge Eduardo Enríquez Vivar¹

Alexandre Veiga²

Francisco Alcides Cougo Junior³

O contexto político-social dos chamados países em desenvolvimento, em que pesem especificidades locais, tem sido marcado pelas mesmas características no âmbito dos arquivos e de suas “funções sociais” (ALBERCH I FUGUERAS, 1991, p. 9). Em geral, tais países vivenciaram processos de lenta transição e consolidação democrática, marcados por circunstâncias políticas as mais diversas e, no que diz respeito aos arquivos, por uma lógica de obscurantismo da informação pública, ampla burocratização das decisões estatais, restrita transparência e acesso limitado – seja intencional, seja por motivações técnicas – a documentos capazes de fomentar noções de cidadania. Esse complexo emaranhado, que dificulta a própria eficácia do Estado em desenvolver práticas democráticas elementares, produziu um cenário até aqui deveras prejudicial ao mundo dos arquivos, da história e da memória coletiva. Marcado pela acumulação desordenada de grandes massas documentais, pelo moroso desenvolvimento de políticas públicas de gestão e preservação do patrimônio arquivístico, pela voracidade das chamadas empresas de gestão da informação e suas práticas muitas vezes questionáveis e por incipientes marcos jurídico-legais na área, pode-se caracterizar tal contexto como um dos mais problemáticos neste início de século. O problema amplia-se ainda mais se levarmos em conta a premência da informação.

¹ Professor do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² Historiador e arquivista.

³ Historiador e arquivista.

Diante desse horizonte, convém refletir a respeito de iniciativas que, à margem do Poder Público, têm buscado denunciar, propor soluções e engendrar projetos capazes de combater o descaso para com a informação de caráter público e/ou privado de interesse público. Na América Latina, onde o cenário descrito anteriormente aparece como predominante, inúmeras iniciativas têm contribuído para mudar realidades locais e fomentar mudanças mais estruturais no âmbito dos arquivos, da memória, da justiça, da história e dos direitos humanos. É sobre tais iniciativas – e, mais precisamente, sobre a atuação da organização da sociedade civil Arquivistas sem Fronteiras (AsF) – que trata este artigo. Objetivamos com ele não apenas descrever ações de reconhecido sucesso na seara da gestão e preservação do patrimônio documental com vistas a atender as demandas sociais da cidadania, mas também refletir a respeito dos caminhos possíveis, das perspectivas e dos desafios vivenciados nessa área ao longo da primeira década de projetos desenvolvidos pela seção brasileira de AsF.

Cooperação e solidariedade em defesa dos arquivos: AsF Brasil

O desenvolvimento de iniciativas nos âmbitos da cooperação e solidariedade na Europa e a reorganização democrática dos países latino-americanos produziram uma conjunção de fatores voltados ao avanço de projetos dedicados à defesa dos valores democráticos, do direito à informação e de proteção à memória e aos direitos humanos. Iniciativas desenvolvidas no âmbito acadêmico-associativista, como a REMOS – *Red de Recuperación y Protección de los Archivos de Trabajadores y Movimientos Sociales de la Argentina*, criado em 1991 – e o CEDINCI – *Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina*, de 1990 –, constituem-se em robustos exemplos sobre a importância da sociedade civil no processo de organização de ações com vistas a preservar, organizar e difundir o patrimônio arquivístico⁴ das sociedades latino-americanas.

No Brasil, a partir dos anos 1980, a criação de centros de documentação (boa parte deles inspirado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC – da Fundação Getúlio Vargas) foi a via predominante através da qual arquivos públicos e privados de

⁴ O conceito de “patrimônio arquivístico” aqui utilizado refere-se ao “conjunto dos arquivos de valor permanente, públicos ou privados, existentes no âmbito de uma nação, de um estado ou de um município” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 130).

caráter permanente/histórico, na maioria das vezes voltados ao âmbito da pesquisa e do incentivo à cultura, encontraram guarida. Ainda assim, no âmbito privado, centros de memória e acervos independentes – muitos desses declarados de “interesse público e social” a partir da criação desse dispositivo de preservação patrimonial em 1991⁵ – passaram a existir com mais ou menos ênfase, preenchendo uma lacuna muitas vezes abandonada pelo Poder Público (cf. VITORIANO, 2014).

Na esteira da preocupação com o patrimônio arquivístico-documental brasileiro, no início do século surgiu no país a primeira organização da sociedade civil exclusivamente devotada ao tema dos arquivos. A seção brasileira da organização internacional Arquivistas sem Fronteiras foi criada no dia 29 de julho de 2005 na cidade de Porto Alegre (RS), no contexto das amplas discussões a respeito da importância dos arquivos para a cidadania, engendradas pelo V Fórum Social Mundial. AsF Brasil, inicialmente integrada por profissionais das áreas de Arquivologia e História, sobretudo, foi criada no escopo da expansão de *Archiveros sin Fronteras Internacional*, ONG nascida em Barcelona, Espanha, no ano de 1998.

Conforme Alberch i Fugueras, Arquivistas sem Fronteiras “se define como uma organização sem fins lucrativos, formada por voluntários que colaboram no desenvolvimento de projetos de cooperação e solidariedade no âmbito dos arquivos e patrimônio documental” (2008, p.98). Mais do que isso, Arquivistas sem Fronteiras nasceu da preocupação de profissionais da área em relação ao fomento a políticas públicas de preservação e organização dos arquivos e também visando desenvolver projetos capazes de alcançar setores historicamente não contemplados pelo Estado, pelo associativismo profissional e pela academia. Desde 1996, o grupo embrionário – que só mais tarde formaria o núcleo de AsF – atuava em projetos específicos de recuperação da memória histórica através do patrimônio documental espanhol. Dessas ações isoladas nasceu a organização que, em 10 de maio de 1998, teve sua primeira composição oficializada. Meses depois da criação, em 24 de setembro do mesmo ano, o grupo espanhol aprovou os primeiros estatutos da nova organização. Na mesma ocasião, foi instituído o registro de Arquivistas sem Fronteiras Internacional, com vistas a desenvolver atividades e criar seções em outros países, sucursais baseadas na

⁵ Para maiores informações, ver: CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). *Coletânea da Legislação Arquivística Brasileira e Correlata*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016.

autonomia organizacional, no dinamismo e em um modelo de cooperação internacional direcionado ao resgate, preservação e tratamento do patrimônio documental a partir dos ideais de cooperação e solidariedade (cf. ASF, 2008).

Em 2002, após um longo período de organização, o Conselho Internacional de Coordenação de Arquivistas sem Fronteiras, órgão deliberativo previsto desde a criação da ONG, aprovou a *Carta Internacional de AsF*, documento que define – em linhas gerais – a caracterização, estrutura orgânica básica e a missão da entidade. A *Carta* traçou como objetivos gerais da organização:

a) Garantir e defender os arquivos como meio garantidor e de proteção dos direitos humanos, do reconhecimento da identidade cultural e como formadores da memória histórica dos povos;

b) Conscientizar e militar pelo favorecimento ao acesso aos documentos públicos, vistos como forma de incentivo aos regimes políticos democráticos, além do desenvolvimento tecnológico, econômico, social, científico, etc.;

c) Desenvolver e dar suporte a projetos de colaboração no âmbito da arquivística, respeitando normas e estatutos internacionais e nacionais;

d) Proteger, conservar e difundir o patrimônio documental da humanidade em perigo de extinção ou dano irreversível mediante o desenvolvimento de programas que impulsionem o tratamento e a preservação de arquivos;

e) Promover a arquivística mediante a formação especializada das pessoas que devem gestionar os arquivos, de maneira a garantir sua preservação e função social cidadã;

f) Colaborar com arquivistas e profissionais afins, favorecendo suas práticas e relações com entidades de direitos humanos.⁶

Baseados nos paradigmas expostos na *Carta Internacional*, a partir de julho de 2004 outras seções de Arquivistas sem Fronteiras iniciaram suas atividades, a começar pela instituição da AsF Peru. Nos anos seguintes, outros oito países abrigaram seções da organização: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, França e Uruguai. O Colegio Nacional de Archivistas de México, que congrega profissionais da área de Arquivologia naque-

⁶ Para conhecer a carta em sua versão integral, acesse: ARCHIVEROS SIN FRONTERAS INTERNACIONAL (AsF). *Carta Internacional*. Barcelona, 2002. Disponível em: <<http://www.archiverossinfronteras.cl/wp-content/uploads/2011/01/Carta-Internacional-de-ASF.pdf>>.

le país, tornou-se membro adstrito da AsF Internacional, fazendo com que o número de seções da organização chegasse a onze sucursais, a maioria delas na América Latina. Por ter dado origem à entidade, o país sede de AsF Internacional segue sendo – desde sua fundação – a Espanha.

A atuação de AsF Internacional através de suas seções já organizou projetos em mais de vinte e cinco países. O foco central das ações das duas sucursais europeias (Espanha e França) tem sido o apoio a realidades arquivísticas inóspitas, sobretudo em países de forte histórico de beligerância ou em vias de pacificação. Em abril de 2007, por exemplo, a AsF França deslocou um contingente de profissionais à Palestina, visando recensear os arquivos de instituições de ensino na região – seriamente ameaçados pelo intermitente conflito na região. Já a AsF Espanha, por exemplo, atua desde 1997 em arquivos do continente africano, como no Mali e na Nigéria, locais duramente afetados por realidades de guerra civil e destruição do patrimônio documental.

Na América Latina, a ação de Arquivistas sem Fronteiras tem se disseminado com celeridade. Os dois maiores projetos desenvolvidos por AsF Internacional na região dão conta da organização e microfilmagem do fundo documental produzido pelo bispo Pedro Casaldáliga em São Félix do Araguaia (2001-2006) e de um projeto de organização e acesso aos arquivos e documentos dos regimes repressivos do continente. Atualmente, a sucursal espanhola deu início a um processo de digitalização de arquivos referentes à imigração catalã em Cuba, projeto de destaque por seus resultados.

Nesse contexto, a seção brasileira de Arquivistas sem Fronteiras aparece como autora/apoiadora de uma série de projetos que têm sido desenvolvidos não apenas exclusivamente no âmbito dos arquivos, mas também no escopo das políticas de memória brasileira. É importante salientar que os projetos capitaneados por AsF Brasil tem como marca a visão dos arquivos a partir de sua função social, empregando um ideário que concebe o trabalho arquivístico desde o ponto de vista multidisciplinar, uma realidade que difere, ao menos em parte, dos caminhos adotados por setores da Arquivologia brasileira – em muitos casos ensimesmada e relutante quanto ao relacionamento, sobretudo, com as áreas do conhecimento ligadas às Ciências Humanas. A título de reflexão, passaremos a discorrer a respeito dos projetos realizados por AsF Brasil.

Anos iniciais: apoio e colaboração com organizações argentinas

Os primeiros anos de AsF Brasil foram marcados por certa dificuldade em engendrar projetos no Brasil, uma vez que a instituição de uma organização da sociedade civil no âmbito dos arquivos não apenas se configurou como novidade, como também enfrentou desafios pontuais, tais como a localização geográfica de sua ação e a composição de membros interessados e com disponibilidade de atuação. Por conta de tais entraves, o início da organização foi marcado por projetos de colaboração no âmbito dos arquivos no contexto argentino. Em 2006, uma parceria com a organização Memoria Abierta (Argentina) levou a AsF Brasil a assessorar tecnicamente a organização do Archivo Adelina Ethel Dematti de Alaye. Adelina de Alaye é uma das fundadoras da organização Madres de Plaza de Mayo e, a partir de 1977, reuniu considerável documentação decorrente da luta por informações sobre seu filho, Carlos Esteban de Alaye, desaparecido pela ditadura daquele país. A documentação também reporta atividades de Alaye como professora e traz um importante aporte a respeito do papel de militantes na resistência à ditadura argentina. O acervo foi organizado e descrito entre os anos de 2006 e 2008, em Buenos Aires, com aportes privados, assumidos por diferentes cooperantes.

No mesmo contexto, a partir de 2007, a AsF Brasil assessorou tecnicamente a organização e descrição do fundo documental Archivo Personal Emilio Fermín Mignone, composto por documentos produzidos, conservados ou recompilados pelo educador e dirigente de movimentos de direitos humanos na Argentina ao longo de sua trajetória. O projeto junto ao arquivo de Mignone foi desenvolvido em parceria com o CELS, Centro de Estudios Legales y Sociales, com aporte financeiro do Programa de Apoyo al Desarrollo de Archivos Iberoamericanos (Programa ADAI).

Tais parcerias, além de permitir antever possibilidades de ação no contexto brasileiro, auxiliaram os profissionais de Arquivistas sem Fronteiras a delinear o formato mais apropriado para atender as especificidades das demandas latino-americanas em relação aos arquivos vinculados aos direitos humanos e à luta por democracia. O constante contato entre instituições argentinas e a seção brasileira de AsF possibilitou uma intensa troca de informações, que, pouco depois, foi fundamental para a criação dos primeiros projetos no Brasil. Não por coincidência, as iniciativas pioneiras da AsF Brasil relacionaram-se justamente com projetos voltados aos arquivos de organizações e militantes que, duas décadas antes, haviam combatido as ditaduras na região.

Nesse sentido, a primeira aproximação consistente da ONG ao tema no Brasil deu-se a partir de 2009 com uma parceria entre Arquivistas sem Fronteiras do Brasil e o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), organização criada em 1979 em Porto Alegre, como esteio de luta contra a ditadura e a favor da redemocratização do país. Inicialmente, AsF Brasil atuou de maneira voluntária no trabalho de organização dos arquivos daquele movimento, marcadamente ligados não apenas ao processo de lutas pela democracia no país, mas também a demandas como o combate aos focos neonazistas no sul do Brasil e aos conflitos pela terra, capitaneados pelo Movimento dos Agricultores sem Terra. Entre 2009 e 2011, AsF Brasil atuou com uma equipe multidisciplinar, higienizando e organizando o acervo do MJDH, ação que descortinou horizontes de pesquisa que levariam, a partir de 2011, à elaboração do projeto *Memórias da Resistência e da Solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva*.

Memórias da Resistência e da Solidariedade

A organização do arquivo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre fez surgirem diversos personagens ligados à luta contra as ditaduras no Cone Sul da América Latina, nomes e histórias que brotaram dos documentos tratados por AsF Brasil e que inspiraram a instituição a elaborar o projeto *Memórias da Resistência e da Solidariedade*, apresentado em 2011 à II Chamada Pública do Projeto Marcas da Memória, da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça do Brasil. O projeto foi aprovado meses depois como uma das propostas habilitadas a receber o fomento oriundo do Governo Federal. Em sua estrutura inicial, a proposta teve como foco a organização e execução de quarenta e uma entrevistas com militantes políticos e pesquisadores ligados ao combate às ditaduras de segurança nacional do Cone Sul. Além de registrar trajetórias, histórias e dados importantes para o resgate dessa importante fase das lutas democráticas na região, o projeto teve como objetivo criar um arquivo audiovisual a respeito do tema, motivo pelo qual foram contratadas equipes de filmagem e edição, responsáveis por gravar os depoimentos em vídeo, traduzi-los (quando gravados em espanhol), legendá-los e transcrevê-los. Além disso,

O arquivo de fontes orais produzido aponta para dois resgates fundamentais: de um lado, o de relatos que contribuem para dimensionar a conexão repressiva, o alcance das ameaças binacionais, o medo cotidiano, a sensação de desamparo e a percepção da existência de fronteiras que, dependen-

do da conjuntura, foram barreiras quase intransponíveis para quem tentava fugir, mas muito fluidas para a colaboração repressiva; de outro, o de ações de solidariedade que salvaram muitos perseguidos políticos, ou que tornaram público, através de denúncias em situações sempre de alto risco, o tratamento desumano sofrido pelos presos políticos da região. A diversidade nacional dos registros não impede o reconhecimento da existência de um pano de fundo comum (o Cone Sul das Ditaduras de Segurança Nacional), de uma dinâmica policial articulada (a conexão repressiva) e da atuação de redes de solidariedade, entre as quais a nucleada em volta do MJDH (PADRÓS & VIVAR, 2013, p. 22).

O primeiro depoimento colhido para o projeto aconteceu em Porto Alegre no dia 12 de março de 2012. Os quarenta depoentes seguintes demandaram viagens da equipe de produção para Argentina e Uruguai, além de diferentes localidades no Brasil. No total, foram coletadas mais de cem horas em vídeo, incluindo depoimentos emblemáticos, como a última entrevista do militante político Universindo Rodríguez Díaz, sequestrado e preso clandestinamente por um comando binacional em Porto Alegre em 1978⁷. Além das entrevistas com sobreviventes e militantes, o projeto também ouviu pesquisadores que se dedicam a elucidar as conexões repressivas no Cone Sul da América. O resultado final do projeto, entregue em 2013, em cerimônia que contou com a presença de representantes do Ministério da Justiça, redundou em uma caixa contendo quarenta e um discos (DVDs) e um livro de 904 páginas, contendo as transcrições de todos os depoimentos. O conteúdo dos DVDs, cuja tiragem foi limitada a poucos números, aguarda digitalização por parte do Ministério da Justiça, que deve disponibilizá-los em breve em sítio especial na Internet. O livro, com tiragem inicial de dois mil exemplares, foi distribuído em escolas e universidades, além de contar com uma versão pública em formato digital.

Além de servir de aporte a pesquisadores e interessados na história recente da América Latina, o projeto *Memórias da Resistência e da Solidariedade* permitiu a AsF Brasil abrir um novo flanco de atuação, agora voltado não apenas à organização de arquivos, mas também à produção de conteúdo audiovisual e editorial. Desde 2009, a organização conta com ISBN próprio, estando autorizada a editar e publicar livros e revistas tanto em formato tradicional como em meio digital. A propósito, a partir de 2013, a instituição passou a contar com um espaço virtual próprio, dedicado à difusão e ao repositório de informações sobre sua atuação através do endereço asfbrasil.org.

⁷ Para maiores informações, ver CUNHA, 2008.

Convém salientar, ainda, que o projeto *Memórias da Resistência e da Solidariedade* redundou também no apoio de AsF Brasil à exposição de mesmo nome, dedicada a contar a história do Movimento de Justiça e Direitos Humanos. A exposição percorreu algumas cidades brasileiras no ano de 2014. Nesse mesmo ano, a Arquivistas sem Fronteiras do Brasil começou a trabalhar em outro projeto de resgate de arquivos, o primeiro no país sem relação direta com a temática das ditaduras.

Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão (Arroio dos Ratos, RS)

O projeto Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão começou a ser delineado ainda no ano de 2013. O Museu do Carvão, como é popularmente conhecido, localiza-se no município gaúcho de Arroio dos Ratos, a 54 km da capital Porto Alegre. A instituição foi criada pelo Decreto nº 32.211, de 31 de março de 1986, com o objetivo de preservar o patrimônio histórico, cultural e ambiental relacionado à atividade de extração do carvão mineral na região do Baixo Jacuí, área geográfica do estado do Rio Grande do Sul que concentrava as maiores jazidas desse minério em todo o país.

A mineração na região teve início em 1853 através das atividades da Imperial Brazilian Collieries. Ao longo de mais de cem anos, diversas empresas ocuparam-se da atividade extrativista, hoje a cargo da estatal CRM (Companhia Riograndense de Mineração) e da empresa privada Copelmi (Companhia de Pesquisas e Lavras de Mineração). A trajetória da mineração gaúcha fez surgirem pelo menos cinco municípios – fruto da colonização e da migração de trabalhadores para a Região Carbonífera –, além de um imenso patrimônio cultural traduzido em manifestações tradicionais, bens edificados e vasta documentação sobre o tema. É importante salientar que o carvão extraído naquele perímetro foi a principal fonte de energia no sul do Brasil antes da criação das hidrelétricas. A região, aliás, recebeu a primeira usina termelétrica do país. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a extração do carvão foi designada como atividade estratégica para a chamada “economia de guerra”, sendo objeto de intenso controle pelo Governo Federal.

Um dos poucos aparelhos culturais mantidos pelo Estado do Rio Grande do Sul fora da capital, o Museu Estadual do Carvão salvaguarda parte importante do acervo museológico e arquivístico da atividade carbonífera na região. A instituição preserva ferramentas e equipamentos utiliza-

dos por trabalhadores nas minas de carvão, além de fotografias, livros, obras de arte, mapas e documentos que remontam não apenas à atividade mineradora sob o ponto de vista das companhias que atuaram na região, como também às tensões entre mineiros e patrões, às condições de vida na época, às formas de controle e incentivo à produção, às políticas de mando e ao desenvolvimento da região. Sediado junto às ruínas do antigo Poço 1, em Arroio dos Ratos, o Museu do Carvão não apenas se configura como depositário de tais acervos, mas atua ainda como espaço cultural comunitário, aberto ao público para eventos, promoções culturais e projetos de integração cidadã.

O projeto desenvolvido por Arquivistas sem Fronteiras do Brasil junto à instituição teve início efetivo em 2013 através de financiamento da empresa Copelmi – via Lei Estadual de Incentivo à Cultura (em parceria com Surya Projetos). Até então, o acervo encontrava-se em avançado estágio de deterioração. Desde meados dos anos 1990, quando foram considerados “inservíveis” pela companhia mineradora que atua na região⁸, os documentos foram alocados em diferentes espaços através de iniciativas comunitárias que visavam preservar a memória e a história das cidades da Bacia Carbonífera. Entretanto, até o início efetivo do projeto, tais registros ainda padeciam as intempéries do tempo, guardados em condições pouco propícias à conservação. A partir do projeto Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão, houve significativa intervenção em tal realidade: armazenados em um edifício restaurado com fins específicos de servir ao arquivo, tais fundos documentais puderam ser salvos da destruição cotidiana que os assolava.

O projeto inicial previa como fases de trabalho: 1) processo de higienização do acervo; 2) estudo, pesquisa e análise do desenvolvimento e consolidação das diferentes companhias responsáveis pela mineração no Rio Grande do Sul, visando delinear critérios para organização dos documentos nos parâmetros arquivísticos; 3) identificação e levantamento de tipologias documentais; 4) acondicionamento físico em caixas-arquivo a partir da atenta classificação definida de acordo com o Quadro de Arranjo⁹; 5)

⁸ Os documentos chamados de “inservíveis” – também tratados como “arquivos-mortos” – seriam eliminados pela Companhia por não ter mais valor legal.

⁹ O Quadro de Arranjo, de acordo com a terminologia arquivística, pode ser descrito como o “esquema estabelecido para o arranjo dos documentos de um arquivo, a partir do estudo das estruturas, funções ou atividades da entidade produtora e da análise do acervo” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 141).

orientação e assessoramento em relação às necessidades de infraestrutura adequada ao processo de conservação preventiva dos documentos; e 6) elaboração de relatórios técnicos a respeito dos trabalhos desenvolvidos.

Ao longo de mais de dois anos de trabalho, o projeto concluiu a organização de cerca de 300 (trezentas) caixas-arquivo de um total de aproximadamente 900 (novecentos) volumes. Tais unidades de acondicionamento referem-se, sobretudo, aos fundos documentais das quatro maiores companhias mineradoras gaúchas do início do século XX em um período que engloba os anos de 1917 até 1936. Ao longo das pesquisas realizadas para a formulação do Quadro de Arranjo desses fundos documentais, a equipe de trabalho multidisciplinar – composta por historiadores, jornalistas, museólogos e arquivistas – remontou as estruturas da mineração desde o período mais remoto de sua existência. Durante as investigações, foram descobertos dados importantes a respeito da origem do capital investido na região, das organizações sindicais, da presença de imigrantes e do papel do Poder Público no fomento à mineração. A organização do acervo permitiu, ainda, o levantamento de importantes aportes a respeito da criação e disseminação da malha ferroviária do Rio Grande do Sul, dados que potencializam as pesquisas não apenas sobre a atividade mineradora especificamente, mas sobre diversas outras questões relacionadas ao tema e à região.

Atualmente interrompidas por questões relacionadas ao financiamento, as próximas etapas do projeto preveem a continuidade da organização do acervo no período pós-1936, bem como são estimados também trâmites ligados ao tratamento documental do relevante acervo de mapas encontrado junto aos documentos. Estima-se que, após a organização e descrição, o Arquivo Histórico do Museu do Carvão possa ser digitalizado e disponibilizado via Internet, servindo de importante referência para estudos multidisciplinares a respeito da atividade carbonífera no sul do país. Mais do que isso, tal proposta marca a trajetória de AsF Brasil, por tratar-se da mais complexa e ambiciosa proposta da organização desde sua chegada ao Brasil. Ao mesmo tempo, visando manter seus vínculos na defesa e proteção aos arquivos em condições de fragilidade e ligados a outras instituições da sociedade civil, Arquivistas sem Fronteiras do Brasil tem buscado estabelecer parcerias diretas e menos dispendiosas ao colaborar com tais instituições, como veremos a seguir.

ONGEP, desafios e perspectivas

Visando atender aos critérios da *Carta Internacional de AsF* e da *Declaração Universal sobre os Arquivos*, a partir de 2015 Arquivistas sem Fronteiras abriu uma nova frente de trabalho, destinada a colaborar com organizações da sociedade civil em relação ao tratamento dos arquivos dessas. Baseada nos preceitos da publicação *Os Arquivos das ONG: uma memória a partilhar*, do Conselho Internacional de Arquivos, AsF desenvolveu uma parceria pioneira com a Organização Não Governamental para a Educação Popular (ONGEP), instituição criada em Porto Alegre nos anos 1980 com o objetivo de atender à demanda de vestibulandos de baixa renda, oferecendo cursos preparatórios a preços acessíveis. O projeto, ainda em estágio inicial, é a primeira parceria efetiva entre AsF e outra ONG no Brasil. Através de estudos a respeito da produção e tramitação de documentos, bem como do acervo histórico acumulado pela ONGEP ao longo de sua trajetória, um grupo de voluntários de AsF Brasil vem auxiliando no cotidiano daquela organização, um processo altamente produtivo e que reflete a própria necessidade de cooperação e solidariedade entre instituições ligadas ao chamado “terceiro setor” neste início de século.

É importante salientar que, a partir de 2016, um novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, proposto pelo Governo Federal, tem regido a atuação de organizações não governamentais no Brasil, fator que incentiva um maior engajamento, mais transparência e seriedade, além do fomento a projetos de integração entre tais entidades. Acreditamos que o futuro próximo será marcado pela parceria entre ONGs (com ou sem a participação de organismos públicos), uma realidade que favorece AsF Brasil em suas perspectivas de trabalho. Para os próximos anos, a organização visa ampliar seus projetos e parcerias de mútuo apoio, abrangendo instituições tais como sindicatos, associações, movimentos sociais, etc. Fundamentalmente, urge fomentar políticas de organização e preservação da memória de tais instituições, no sentido não apenas de suas histórias, mas principalmente em relação à constituição de dados e informações a respeito dos distintos campos de luta e conflitos na sociedade, motivo pelo qual AsF tem buscado aproximar-se dessas organizações.

A propósito de tais perspectivas e à guisa de conclusão, destacamos que a conjuntura latino-americana nem sempre tem favorecido a atuação de ONGs de pequeno porte, ainda mais quando dedicadas a temas como a cultura do acesso à informação, o direito à cidadania e à memória e o fo-

mento à democracia. Embora bem-sucedida, a experiência de AsF Brasil tem permitido antever dificuldades nesse campo, não apenas em relação à sobrevivência e viabilidade econômica de tais projetos (uma vez que, até a instauração do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, todo modelo de gestão das ONGs era baseado na lógica empresarial) como também no que diz respeito à continuidade de suas atividades – uma vez que elas dependem de cidadãos proativos, muitas vezes dedicados de forma voluntária aos projetos delineados. Ainda assim, a despeito dos desafios, acreditamos que a experiência acumulada, a orientação por arquivos como instrumentos de fomento aos direitos humanos e a organização voltada a atender aos objetivos estabelecidos fazem com que Arquivistas sem Fronteiras seja uma iniciativa viável, necessária e capaz de alterar realidades (ainda que pequenas) em defesa de um mundo mais justo e igualitário.

Referências

- ALBERCHI FUGUERAS, Ramón. *Archivos y derechos humanos*. Girón: Trea, 2008.
- ALBERCHI FUGUERAS, Ramón; BOADAS, Joan. *La función cultural de los archivos*. Bergara: IRARGI/Centro de Patrimônio Documental de Euskadi, 1991.
- ARCHIVEROS SIN FRONTERAS (ASF). *Archivos y cooperación – Diez años de Archiveros sin Fronteras*. Barcelona: Archiveros sin Fronteras, 2008.
- ARCHIVEROS SIN FRONTERAS INTERNACIONAL (AsF). *Carta Internacional*. Barcelona, 2002
- ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). *Coletânea da Legislação Arquivística Brasileira e Correlata*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016.

O Centro de Documentação da UNISC/CEDOC guarda e preserva um patrimônio cultural, entendendo este como o conjunto de todos os bens materiais ou imateriais, que, pelo seu valor intrínseco, são considerados de interesse e de relevância para a permanência e a identificação da cultura da humanidade, de uma nação, de um grupo étnico ou de um grupo social específico. Patrimônio cultural constitui uma herança do passado com a qual os homens do presente convivem e a qual pretendem transmitir às gerações futuras. No CEDOC ocorrem ações de ensino, pesquisa e extensão, ou seja, as funções básicas de uma universidade. Nesse sentido, caracteriza-se pela organização do acervo em fundos, séries e subséries, colocando a documentação a serviço da formação de alunos de graduação e de pós-graduação. Entretanto, a parte mais visível do centro de documentação está na disponibilização do acervo para a comunidade universitária, as escolas de educação básica e a população em geral para fins de consulta e para a realização de atividades de educação patrimonial.